

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 18

(Sem revisão final)

14 de fevereiro de 2019

(17 h 10 m – 21 h 12 m)

Ordem do dia:

Audição do Tenente-General António Xavier Lobato de Faria
Menezes

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Carlos Abreu Amorim (PSD)

Ricardo Bexiga (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Connosco, hoje, temos o Sr. Tenente-General António Xavier Lobato de Faria Menezes, a quem cumprimento e agradeço a disponibilidade para estar hoje connosco.

O Sr. General fará uma intervenção inicial, após a qual se iniciarão as inquirições propriamente ditas. Portanto, sem mais delongas e renovando os meus cumprimentos, tem a palavra o Sr. Tenente-General.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes** (Comandante das Forças Terrestres, de 17 de junho de 2014 a 10 de julho de 2017): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me esta ocasião para saudar, na pessoa do Sr. Presidente, e dos grupos parlamentares aqui presentes, a atenção, o acompanhamento, o escrutínio e a solidariedade institucional manifestada pela Assembleia da República, realizada em proximidade pela Comissão de Defesa Nacional, que sempre senti no exercício das funções de comando que me foram atribuídas e, sobretudo, no apoio e orgulho pelas mulheres e homens que, como soldados, servem Portugal e os portugueses.

Saúdo, igualmente, na pessoa do Sr. Presidente, os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a quem cabe apurar as responsabilidades políticas e consequências do furto de Tancos.

Tratou-se de um evento grave, que minou a confiança dos portugueses numa das funções inalienáveis do Estado, que feriu a credibilidade das

Forças Armadas e, em particular, do Exército, e que importaria rapidamente ser controlado, investigado, responsabilizado, assumido e corrigido, sem preocupações de gestão política ou controlo de danos, mas focado, unicamente, no restabelecimento institucional do nosso Estado de direito.

Perante uma falha grave, existe um caminho fácil e tentador de apontar o dedo a terceiros, justificar falhas próprias com decisões pretéritas, eleger o elo mais fraco como máximo responsável. A culpa, ou melhor, a responsabilidade, seria, assim, sempre deles, no máximo nossa, e nunca minha.

Não é esse o caminho da honra que aprendi a trilhar muito cedo, em berço militar, revigorado como menino da Luz, nos claustros do Colégio Militar, cimentado nos bancos da Academia Militar, e praticado ao longo de 41 anos no exercício de comando. Se o Estado falhou em Tancos, se o Exército falhou em Tancos, eu falhei em Tancos.

Acharam, assim, VV. Ex.^{as} pertinente convocar o comandante das Forças Terrestres, em funções na altura dos acontecimentos, para responder perante o Parlamento, o que vai ajudar a identificar responsabilidades políticas e consequências da violação, com furto, de uma instalação militar à guarda do Exército. Apresento-me, assim, com total respeito, responsabilidade e compromisso.

Respeito pelo Exército, que me acolheu, me formou e me proporcionou a realização plena do meu chamamento.

Respeito, sobretudo, pelos oficiais, sargentos, praças e civis, que tanto me ensinaram e que são os verdadeiros artífices nas horas dos sucessos.

Respeito pelos que me antecederam e pelos que me sucederam, sem julgamentos pretéritos ou críticas cómodas, feitas na reserva, pois a decisão de um comandante tem sempre algo de racional, circunstancial, pode ser participativa e contraditada, mas será, sempre, uma responsabilidade solitária.

Responderei, igualmente, assumindo a responsabilidade total pelas minhas decisões, não delegáveis nos meus subordinados. Um comandante militar atribui missões num quadro de prioridades, alocando recursos necessários para o seu cumprimento, sem nunca descuidar a segurança dos seus homens. Assim procedi e não concebo outra forma de comandar.

Garanto o compromisso de responder às vossas importantes perguntas, sempre com frontalidade e baseado em vivências presenciais, sem qualquer desejo de catarse pessoal ou conjeturas opinativas que alimentem ainda mais o ruído ou prolonguem a expiação e que em nada contribuam para a credibilidade, confiança e respeito que, tenho a certeza, os portugueses sentem pelo seu Exército.

Coloco-me à disposição de VV. Ex.^{as}.

O Sr. **Presidente**: — Iniciar-se-á agora a inquirição, começando com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, a quem cumprimento. Espero voltar a intervir apenas para lhe recordar que o tempo de 8 minutos que lhe está atribuído terá, entretanto, decorrido.

Tem, assim, a palavra, o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim**: — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. General António Xavier Lobato de Faria Menezes, em primeiro lugar, pela magnífica folha de serviços que apresenta aqui e também pela frontalidade com que, desde já, iniciou esta sessão de trabalho da Comissão de Inquérito, com a sua locução inicial.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que o papel do Exército e o papel dos oficiais, que aqui têm vindo a ser interrogados e que continuarão a sê-lo, é, única e exclusivamente, o de apurar a verdade dos factos, para que, mais tarde, se possam apurar as responsabilidades e não outro papel

qualquer. Salvaguardamos o papel das Forças Armadas portuguesas e do Exército, que consideramos absolutamente relevante para o interesse nacional.

Queria perguntar ao Sr. General o seguinte: entende que as demissões que foram efetuadas, dos Srs. Coronéis comandantes das Unidades, que foram exonerados temporariamente — pelo espaço de 15 dias, como sabemos —, deveriam ter ocorrido ou não, em sequência daquilo que sucedeu em Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, quanto ao currículo magnífico, somos todos magníficos no Exército; eu sou apenas, como dizia ontem o General Jerónimo, um fruto do trabalho dos homens que comandeí.

Passando à sua pergunta, que considero importante, de tal maneira importante que, perante essa situação, e também pela nota que quis ler inicialmente, foi, naturalmente um facto de que, confesso aqui à Comissão, quando recebi esta convocatória, me tentei afastar, mas agora não posso. Não dei nenhuma entrevista, não falei disto, porque achei que era importante apaziguar o barulho, o ruído, para tentar que as pessoas que entraram pusessem isto no sítio. É que saiu do sítio.

Então, vou dizer, rapidamente, o seguinte: a demissão, exoneração temporária, tudo o que se possa chamar — não vou ligar à figura jurídica ou à figura de estilo que foi utilizada —, para mim, é um ato inqualificável. É um ato inqualificável, como militar, pelas razões que aponteí.

Ninguém deve ser exonerado sem antes ter completamente esgotado a sua competência. Um comandante da Unidade é a primeira pessoa que tem de prestar contas à cadeia de comando. E, para isso, tem autoridade e tem a competência disciplinar para proceder. Não se ganha nada em afastar o órgão

fundamental para apurar a primeira instância — perdoem a minha linguagem jurídica.

O comandante do Regimento de Engenharia, no dia 28, recebeu do seu comandante, que sou eu, a ordem para proceder à abertura de processo de averiguações sumário para termos a noção do que é que aconteceu. Ora, não faz sentido, quando ele iniciou um processo de averiguações, que tem prazos, que tem códigos de justiça militar, sair antes de concluir este processo.

É que, se verificarmos, o processo foi retomado quase com 30 dias de perda de tempo. Ou seja, houve ali fatores militares, estritamente militares, não criminais — porque a Polícia Judiciária Militar foi chamada na mesma altura, e tomou conta da ocorrência — e a parte de ilícito disciplinar tem de ser apurada pelo comandante. É ele que responde e perante a sua resposta, eu, como comandante, também tenho a minha autoridade e a minha competência disciplinar.

Ora, em relação ao comandante do Regimento de Engenharia, que é o caso mais presente, parece-me claro, nesta explicação, que nunca faria sentido uma exoneração, ou uma suspensão, uma saída de funções, enquanto isso não fosse apurado.

Relembro, também, ao Sr. Deputado que não foi o procedimento seguido no caso dos Comandos.

O Sr. Carlos Abreu Amorim: — Dá-me licença, já agora?

Não foi, como disse, o procedimento seguido no caso dos Comandos, mas este procedimento aconteceu em alguma outra situação, relativamente semelhante, de que tenha tido conhecimento ao longo da sua carreira?

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Fez doutrina, fez doutrina desde essa ocorrência.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim**: — Mas antes não?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Que eu saiba, não. Só respondo pelo meu comando. Nunca afastei nenhum comandante com autoridade enquanto ele não explicasse completamente o que é que tinha acontecido sob o seu comando.

O comando tem missões, tem responsabilidades e tem competências. Por isso é que o Sr. Coronel tem competências disciplinares.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim**: — Mas, Sr. General, sem querer interrompê-lo — porque, com certeza, vai retomar as explicações e aquilo que estava a dizer —, fazendo agora aqui a figura jurídica, embora de direito canónico, de advogado do Diabo, aquilo que foi dito pelo Sr. General Rovisco Duarte foi que não queria que os comandantes exonerados fossem entrave às averiguações. Faz algum sentido esta explicação?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Tento responder às questões até ao dia 7 de julho — e perdoem-me por falar em linguagem militar —, porque foi o dia em que, oficialmente, deixei as funções de comandante das Forças Terrestres.

O dia 1 de julho é um dia que recordarei até Deus me levar. Foi o dia em que fui surpreendido por um ato que, em termos militares, dificilmente será aceite, será compreendido, embora seja legítimo. Não ponho em causa a legitimidade do Sr. General-Chefe para fazer as figuras que deseja. Não tenho problemas nenhuns. A questão aqui é o procedimento militar típico.

Se me perdoa, voltava atrás, para dizer como procedi com o caso dos Comandos que resultou no falecimento do soldado Dylan da Silva e do

furriel Hugo Abreu. Não vamos falar disso, porque não tem aqui interesse, mas tem interesse pelo método seguido.

O método foi o mesmo. Dirigi-me ao Campo de Tiro de Alcochete, na própria noite. Estava lá o Sr. Comandante dos Comandos e eu disse: «Coronel Dores Moreira, abra processo imediato para averiguar o que é que se passou». O processo tem prazos, é ouvido quem ele quiser e ele tira as conclusões.

Quando chegou à conclusão, ele disse-me: «Meu General, neste momento não estou em condições de ser oficial-averiguante, porque também sou parte que tem de ser ouvida no processo».

E o processo transitou para o escalão superior, que foi para mim. Portanto, isto correu bem, até em termos criminais, temos a ideia de que correu tudo bem, porque era um crime, essencialmente, militar. Foi a Polícia Judiciária Militar que tomou conta da ocorrência e correu tudo bem, funcionou como órgão de polícia criminal do Ministério Público. Poderá ser criticado, mas digo que tudo funcionou de acordo com o que está previsto no quadro legal.

Mas se este procedimento correu bem, se se apurou o que aconteceu, se foram punidas as pessoas que, em termos disciplinares, deviam ser punidas pelo comandante das Forças Terrestres, porque assumi o processo, neste caso não.

Aqui, fui posto completamente de lado, ou seja, o comandante tático ficou sem a sua competência disciplinar. O comandante acima, que é o da Brigada, ficou sem competência disciplinar. O comandante das Forças Terrestres ficou sem competência disciplinar. E o General Chefe, o que não é normal, assumiu aquilo no gabinete. Pergunto eu: porque é que se mudou isto?

Não queria entrar no direito canónico — e desculpe aproveitar a sua expressão —, mas gostava de explicar claramente o caso dos outros coronéis, porque também é importante.

Sou comandante das Forças Terrestres, mas também sou diretor da Arma de Infantaria, e também fui, como Brigadeiro, como Major-General, presidente do Conselho. Eu escolhi estes coronéis. São todos de Infantaria, tirando o Coronel João Paulo Almeida, que é de Engenharia. Fui eu que os escolhi.

São coronéis com uma folha de serviços brilhante, homens que, se se tivessem aqui a oportunidade — e se calhar tiveram — de ver o currículo, tudo apontava para esses caminhos... Quer dizer, não estranhem muito a nomeação. Portanto, o caminho normal seria a nomeação para o curso de comando, porque, na verdade, são coronéis de grande qualidade, com provas dadas.

Logo, a questão é que, quando tenho a confiança de propor ao meu General Chefe o nome destes coronéis para comandar, tenho naqueles homens uma fé inabalável de que vão cumprir a missão. Ora, não posso quebrar esse vínculo, a não ser que tenha factos. Quer dizer, têm de me provar que o Sr. Coronel Paulo Almeida, o Sr. Coronel Duarte, o Sr. Coronel Hilário Peixeiro, o Tenente-Coronel Correia — posso estar a falhar algum — tenham falhado, em algum momento, neste caso. Mas, no apuramento que fiz, de 28, 29 e 30 de junho, não consegui perceber nenhuma falha deles, sinceramente.

Vou dizer ao Sr. Deputado, por exemplo, no caso do comandante do Regimento de Paraquedistas, a missão que lhe atribuí: «Forneça elementos para a guarda no paiol». Ele forneceu os elementos para a guarda no paiol.

Não faço *micromanagement*. O Sr. Coronel sabe perfeitamente o que é uma guarda e quando atribuiu essa missão a um sargento, para ir para lá, o sargento também sabia perfeitamente, porque esse sargento, que, no caso,

conheço pessoalmente, já estive no Afeganistão com cinco homens atrás. Portanto, não vamos agora também pensar que...

O nosso sargento é um homem que comanda, e, portanto, tem responsabilidade e sabe fazer a sua função.

Deixe-me só contar, a título de exemplo, para especificar o que é que é o comando.

Eu tenho um defeito que é se não me param, faço *micromanagement*. Tenho pena, mas sou assim e peço desculpa aos meus subordinados sempre que faço isso. Gosto de me interessar pelas coisas, gosto de falar com as pessoas, gosto de saber o nome das pessoas.

Na Bósnia, uma viatura UMM avariou. E estava um cabo da Polícia do Exército, com os seus quatro homens, a mudar o pneu. Passei, parei e comecei a dar instruções «armado» em engenheiro, perdoe-me o termo. O Sr. Cabo aturou-me e, no fim, disse-me assim: «Meu Tenente-Coronel, o senhor sabe comandar o batalhão e eu sei comandar a patrulha!». Nunca mais me esqueço do Cabo Carvalho, porque levei uma rabecada, desculpem o termo. É assim! As pessoas têm de saber ser e são profissionais.

Portanto, o procedimento utilizado foi perfeitamente inqualificável e, em sede própria disse-o, tentei tudo para convencer o meu General Chefe, na altura, para não ir por esse caminho, porque ia perder o Exército. É a leitura do Sr. General Menezes!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não me interrompa, senão perco o raciocínio.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas disse uma coisa muito importante, nem que responda mais tarde...

Então, falou com o General Rovisco Duarte para tentar impedir essa situação?

O Sr. Tem. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Preferia só responder à sua questão depois. Mais tarde, terei oportunidade de explicar.

Tenho um defeito terrível, pois, como tenho uma «cabeça-de-alhochocho» e não sou muito bom tecnologicamente, tenho um diário. Neste diário, fornecido pela Presidente da Câmara da Amadora — até faço propaganda — e que está um bocado velho, como veem, tenho tudo. Infelizmente, releio-o várias vezes e tenho a fita de tempo completa das ações que tomei, das coisas que se passaram, do que não percebi.

Perdoem-me se não revelar coisas que sei que, nesta Comissão, tenho de revelar, mas há conversas pessoais e de natureza telefónica, em que a linguagem e os termos utilizados só são possíveis de entender entre camaradas de um curso da Academia.

Não foi uma conversa entre um general de quatro estrelas e um general de três estrelas, foi do cadete 66 para o cadete 86. Desculpem, mas foram assim as conversas que tive para tentar que o meu General Chefe não perdesse o Exército, na minha leitura.

Posso estar enganado, mas, na minha leitura, eu, coronel exonerado por um General Chefe, dificilmente poderia aceitar voltar ao meu Regimento sem ser punido ou ser completamente ilibado de qualquer responsabilidade. Como sou assim, pus-me na posição deles e pensei: «Eh, pá, mas estes Coronéis, que eu escolhi, que são os melhores para comandar isto...».

O comandante do Regimento de Paraquedistas é um símbolo dos paraquedistas. Há uma jornada anual dos paraquedistas, em que toda a gente fala dele como «O Comandante». Então, e é exonerado? O que é que a

comunidade dos paraquedistas vai dizer, quando se reunir no próximo dia? Se calhar, vai criar uma tempestade!

Portanto, tentei tudo e não fui só eu, também o Sr. General Serafino, que esteve aqui, e o Sr. General Calçada, que vai cá estar. Não é importante, como eu disse, porque a decisão é solitária, mas tem de ser participada e tem de ser contraditada, porque só assim é que sei trabalhar. Nunca deixei de dar a minha opinião ao meu comandante e ele podia dizer: «Registei a tua opinião». E depois fazer exatamente o contrário! É assim que se faz na tropa, mas, a seguir, a decisão do comandante é a minha decisão.

Sr. Deputado, neste caso, tenho pena e por isso tenho uma dor tremenda na minha alma, porque nunca pensei sair daquilo que amo, que é o meu Exército, por uma razão destas, porque isto atinge os pilares da minha educação militar. Não posso nunca quebrar o vínculo sagrado de confiança com os meus subordinados, porque isto na guerra pagava-se caro! Com o meu coração aberto, digo, aqui, que não faço nenhum juízo de valor em relação ao meu camarada Frederico José Rovisco Duarte, mas digo que o General Chefe, naquele momento, não teve um momento brilhante na sua história.

Sinceramente, por isso e para não ser indisciplinado... O que me restava era ficar e violar tudo aquilo em que acredito! Além disso, mais grave ainda, apercebi-me claramente que esta medida em nada ajudava a descobrir o que se passou e até protelava a investigação.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, se falou com o Sr. General Rovisco Duarte a esse propósito, se inclusivamente outros comandantes falaram também a esse propósito, se a atitude do Sr. General foi extraordinária, anormal e até, pelos vistos, inusitada até esse momento, pergunto diretamente: em algum momento dos que teve com o Sr. General Rovisco Duarte, tentando impedir que ele cometesse aquilo que, para si, era

um erro grave, teve a percepção de que, por detrás dessa atitude, se tratava de pressão política? O que justificaria a atitude do Sr. General Rovisco Duarte que não fosse, por exemplo, a pressão política?

O Sr. Tem. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, julgo que é importante, então, entrar na fita do tempo, até porque queria esclarecer várias coisas que se passaram.

Como estou na reserva e a minha paixão era a vida militar, eu gostava de... Tenho feito o meu desporto, não tenho netos ainda, tenho um cão. Passeio o cão, tenho muito tempo e consigo ficar três horas no *tablet* a assistir... Como este assunto me interessa e me magoa também — por vezes, é bom magoar para limpar de vez — tenho tido a felicidade de poder assistir às perguntas e às respostas.

Considero que, ao contrário do que muita gente pensa, a única crítica que poderia fazer a esta Comissão é que se tivesse sido feita no dia 4 de julho e eu estivesse aqui, fardado n.º 1, a responder a quesitos, sentia-me muito mais confortável e feliz. Tenho a certeza de que se teria evitado uma quantidade de ações, de inações, de omissões, de procedimentos que enxovalharam não o General Menezes, mas os militares na reserva e na reforma, que se sentem mal com estes procedimentos. Isto não é o *ethos* militar, não é assim que se procede!

Quando o Sr. Deputado me pergunta «Considera que o General Duarte sofreu pressões políticas?», eu não tenho oportunidade de... Como isto tem o valor de um tribunal, não fica bem estar aqui sem apresentar provas. Tinha de ter provas excelentes! Só posso ter a palavra que me foi transmitida em Conselho Superior do Exército e em telefonema, para minha casa, no dia 1 de julho... É importante fazer aqui o ponto de situação, porque há uma quebra completa de tudo.

Sr. Deputado, se me permitisse, até para conhecimento de todos, daria agora a minha fita do tempo. A «minha», que confirma tudo, pois não há nada aqui que eu não possa provar por testemunhas ou factos documentais.

No dia 28, entre as 16 horas e 30 minutos e as 17 horas, não posso precisar, o Sr. Comandante do Regimento de Engenharia relatou incidente. Isto tem uma forma a que nós chamamos de RELIM, ou seja, relatório imediato. Como sou da cadeia de comando, recebo a comunicação imediatamente, porque é obrigatório.

Queria quebrar, já aqui, o primeiro erro que tenho ouvido várias vezes. Gostava de dizer que acredito que as pessoas não são mal-intencionadas, mas que podem ter menos preocupação em escrever as coisas e, se calhar, dizem coisas que não... Não é verdade! Eu vou dizer tudo!

Eu, comandante das Forças Terrestres, informei o meu General Chefe, informei o Comandante Aéreo, porque temos uma cadeia paralela nos ramos, informei o Comandante Naval, informei o Comandante Operacional Conjunto, que é o órgão da plataforma de comando do CEMGFA (Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas), informei o Comandante da GNR, que faz questão de ser também meu amigo pessoal, e informei todos os OCAD (Órgão Central de Administração e Direção do Exército), ou seja, o General Serafino, o General Calçada, o General Vice-Chefe do Estado-Maior e estão todos.

A Polícia Judiciária Militar foi chamada, chegou à noite, a seguir ao jantar. Foi feito o contacto ao DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) de Lisboa, por isso é que digo que acho estranho... Tenho de dizer isto com toda a frontalidade, pois a mim não me interessa estar a averiguar o que falhou. Como Comandante, nunca me preocupei em saber se alguém falhou aqui ou ali, o que quero é que não se falhe mais! Portanto, não se pode dizer que se soube pela comunicação social!

Houve um comandante meu que disse, aqui, mas estava nervoso e deve ter-se esquecido... Porque fiz uma mensagem na rede de dados de Exército e ele fez uma mensagem para todos os comandantes que davam segurança ao paiol. Não quero desmentir o meu Coronel, penso que foi apenas uma questão de nervoseira, porque ele disse: «Eu também soube pela comunicação social». Está na moda dizer isto, mas não é verdade!

O sistema foi todo acionado, foi imediatamente feito um reforço da segurança dos paióis violados, o 14 e o 15, eu autorizei — digo «eu», mas não sou eu o protagonista, pois o Sr. General Chefe está sempre comigo nisto — o encerramento de saídas e as averiguações sumárias.

Feito o RELIM, recebi a seguinte informação, em cerca de meia hora: «violação de fechaduras, redes exterior e interior violadas, paióis 14 e 15 violados». Um dos paióis tinha a porta encostada e dei ordem para que não entrassem lá e para levarem um elemento da EOD (*explosive ordnance disposal*) e esperarem pela Polícia Judiciária Militar. Isto para não contaminarem as provas ou coisa parecida.

Imediatamente, o Sr. Coronel disse-me: «Meu General, assim à primeira vista, há falta de explosivos, há falta de munições». Mandei aguardar conhecimento do elemento EOD e, logo a seguir, o General Chefe determinou uma averiguação sumária. Imediatamente, enviei a tal mensagem para todas as Unidades do Exército...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, qual é o modo de procedimento?

O Sr. Tem. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — É um sistema... Não posso revelar! Posso revelar, pronto. É o sistema secreto do Exército.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas a que todos têm acesso? Todos os comandantes?

O Sr. Tem. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Só quem tem necessidade de saber, só falei à minha cadeia de comando.

O comandante do CFT (Comando das Forças Terrestres) comanda as três Brigadas, alguns Regimentos, nomeadamente o Regimento de Engenharia, o Regimento de Polícia do Exército. Também tiveram essa distribuição o Regimento de Apoio Militar de Emergência e as zonas militares, ou seja, a Zona Militar da Madeira e a Zona Militar dos Açores.

Mandei fazer, imediatamente, conferência do material de guerra, porque, tendo sido completamente surpreendido por isto, não sabia se tinha sido um caso pontual ou manobra de um grupo interessado numa coisa mais grave. Como não tinha noção e nunca me confirmaram nenhuma ameaça, nenhum aumento do grau de ameaça, estava a receber a ocorrência e, portanto, a primeira coisa que os militares fazem debaixo de fogo é instalar e estabelecer a segurança. Foi o que mandei fazer!

Tenho de dizer aqui, com toda a felicidade, que a cadeia de comando, em apenas um dia, disse: «Não falta nada do material principal!». O que quer dizer que não faltava nada de armas.

Também gostava de explicar que o Sr. Ministro da Defesa Nacional e o Sr. General CEMGFA estavam em Bruxelas, por isso o Sr. General Chefe telefonou para eles e, como imaginam, não é um acontecimento fácil de gerir numa conferência da NATO. Este facto, se calhar, explica a razão pela qual os comunicados demoraram algum tempo, pois há que digerir a informação.

O dia 29 é o dia dos Comandos e foi um dia importante, porque foi o dia em que o nosso General — e o meu General Chefe continua a sê-lo no dia 29, como era no dia 28 — determinou a abertura do processo de averiguações. Eu disse: «Eh, pá, já o fiz, no entanto, podes fazer um papel

oficial, tudo bem. Olha, como a Unidade depende hierarquicamente da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, podes pôr a Logística nisto, mas, como tenho as quatro Unidades de segurança, prefiro que fique no Regimento de Engenharia, pois no dia da ocorrência era este». Portanto, eu assumi que o processo era conduzido pela minha cadeia de comando.

O comandante da Brigada de Reação Rápida, como é o órgão competente, ficou com esse processo. O General Chefe determinou *as soon as possible* um conjunto de medidas para controlo de danos, apuramento de responsabilidades e, também, aumento das medidas de segurança. Propus que, além do aumento de reforço de efetivos...

Srs. Deputados, em termos de segurança temos o nível mais baixo que é o plantão. O que é um plantão? É o homem que controla acessos, ou seja, abre portas e fecha portas. Depois, há uma guarda, que é uma força organizada e que tem piquete e reforço. Quem fez serviço militar obrigatório lembra-se que, por exemplo, em Mafra, estamos a falar de ficar na Unidade à ordem e que o piquete era uma missão muito chata. Depois, com a redução de efetivos foi reduzido esse tempo. Mas, em termos normais, o CFT tem isto, por isso tem capacidade para reforçar. Foi isso que fiz, mandei avançar.

Entretanto, claro, foi feito o comunicado do Exército aos órgãos de comunicação social no dia 29. Da parte da tarde, a seguir à cerimónia, o Sr. General Chefe reuniu o seu Conselho Superior do Exército informalmente. Com certeza, tenho agora de explicar o processo de tomada de decisão, que é sempre assim: no Conselho Superior do Exército somos solidários, cada um tem uma área respetiva. Sou um privilegiado, como o Sr. General Jerónimo disse aqui. O comando da Logística, o comando do Pessoal trabalham para colocar homens e recursos no CFT para executar as missões, por isso sou um privilegiado. Costumava dizer: «Vocês são umas joias de pessoas, porque só tenho vantagens e só tenho sucessos! Tudo o que vocês cá puserem, eu executo». Portanto, era fácil!

Fizemos uma reunião do Conselho Superior do Exército e, nessa reunião, estava tudo em linha. Digo isto com toda a frontalidade, a linha é assim: «isto» estava identificado, não há ironias, acontece. Não vamos agora aqui dizer que em 20 anos ninguém fez nada!. Não! Nem somos nós muito bons, porque fizemos neste ano, mas o que é verdade é que este assalto ocorreu com a geração que se preparava para resolver o problema. Isto tem de ser dito com toda a verdade! Não acuso os outros, porque não tenho... Aliás, assumo tudo o que os meus antecessores fizeram.

A questão é que o Sr. General Rovisco Duarte é uma pessoa que tem o dom, a clarividência, a competência para atalhar processos e atacar. Além de ter um profundo conhecimento sobre o Estado-Maior, porque passou toda a sua vida lá. Mal assumiu, pôs ênfase nos processos. Ele estava a atacar os problemas. Se há situação injusta e se o destino é injusto, se há um General Chefe mais injustiçado ou, como dizia Napoleão, «um general sem sorte» é o General Rovisco Duarte! Ponham isto, se faz favor, quando fizerem as vossas análises, porque isto podia ter acontecido com o General Jerónimo, com o General Pina Monteiro e com o General Menezes em qualquer situação. Não há cá pessoas, há situações que ocorrem!

O que é verdade é que nós definimos que os militares consideravam «isto» muito grave. É esta a posição, que não está escrita em lado nenhum, mas digo-o com toda a frontalidade, porque foi opinião unânime. Como CFT, tenho de dizer ao meu General que esta é uma situação gravíssima. Nunca o Exército desvalorizou a situação, foi sempre uma situação gravíssima e temos de a enfrentar.

Já fizemos a contenção de danos, agora, noutra patamar, havia que apurar responsabilidades. Agora, toda a gente tem de se chegar à frente. E quando digo «toda a gente» são os militares que cumprem missões determinadas pela política. A política tem de alocar recursos e quando não os aloca tem de cortar missões ou então assumir responsabilidades.

Portanto, no Exército, a posição era muito clara: isto tem de ser trabalhado, estava identificado, agora vamos avançar com isto e vamos assumir, porque a nossa geração tem de assumir isto.

Foi uma falha que ocorreu no nosso período de vigília. Foi no meu turno! É como o sentinela: naquele dia, o soldado Mateus era o soldado que estava de vigilância ao paiol, azar! Mas se estivesse o soldado Henriques do Regimento de Paraquedistas — e estou a inventar os nomes, com certeza — naquele dia também era ele.

Portanto, o sentinela tem sempre responsabilidade e quem está de serviço, o oficial de dia, também tem responsabilidade que tem de ser apurada. E o comandante da Unidade se não procedeu como devia isso também ter de ser apurado. Assim como em relação ao comandante da Brigada isso também de ser apurado. E o comandante do CFT é o primeiro a assumir isto tudo, porque se aquilo tiver corrido mal, por má ação minha, por inação minha, por falta de recursos, por não ligar a quem me avisou, então tenho de ser chamado.

E foi assim que partimos do princípio que seria passada a mensagem para a política: nós, militares, estamos preparados para assumir as responsabilidades que nos cabem. Pronto, era isto que queria dizer e que foi a posição que saiu no dia 29.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas não foi isso que aconteceu!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não estou a dizer que foi o que aconteceu, mas a avaliação militar foi esta.

Se me permitirem, chegava até ao dia triste para, depois, não falar mais disto. Senão, aguardo... Mas preferia responder assim por ser mais rápido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — No dia 30 foi feita uma reunião de segurança interna. O processo de averiguações sumário do Exército teve conclusões não secretas, mas que foram dadas ao Sr. General Chefe para informar o escalão político, como é lógico. Estávamos a falar do regresso de Bruxelas do Sr. Ministro, embora estivessem em comunicação telefónica. Desconheço, mas isto é sempre assim.

A Polícia Judiciária Militar estava em investigação, procedeu a inquérito aos militares. Também digo aqui uma coisa que estranhei, mas sou eu. Aliás, o Sr. General Serafino já explicou aqui: não tenho nada a ver com a Polícia Judiciária Militar a não ser, e tenho a experiência dos Comandos, a de nunca interferir na investigação. Estarem na Polícia Judiciária Militar militares ou civis, para mim, era igual, porque eles não me respondem a mim. Chamei-os e, imediatamente, disseram; «Sr. General, isto agora é connosco, temos aqui um laboratório forense, vamos fazer as provas, etc.»

Portanto, a Polícia Judiciária Militar ouviu os militares. Depois, o Diretor da Polícia Judiciária Militar poderá aqui explicar o que foi feito, se não estiver em segredo de justiça.

O assunto do dia 30, recordo a todos...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas ouviu os militares que estavam nesse momento...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Os que a Polícia Judiciária Militar entendeu.

No âmbito disciplinar...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não ouviu os comandantes?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não. Ouviu o Sr. Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, julgo eu. Mas estou a supor. No âmbito do direito canónico, estou a supor porque não estava lá presente, não o posso dizer.

Em relação ao dia 30, gostava de dizer que não percebo, sinceramente. Tenho um respeito imenso pelos Srs. Deputados, sempre respeitei a política, sempre entendi o papel dos militares como subordinados à decisão política e nunca questioneei as regras do debate partidário, salutar em democracia. Não o ponho em causa!

O que é verdade é que, no dia 30, o assunto foi trazido para debate público e de forma acintosa. Acintosa não no sentido ofensivo para ninguém, mas é no sentido de dizer assim: «Há que tomar medidas!»

Ou seja, foram pedidas na praça pública demissões. Foi a primeira vez que se ouviu a palavra «demissões».

Queria só marcar isto...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, são pedidas por quem? Para integrar também essa informação e perceber a linha do tempo.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Pelo Sr. Dr. Passos Coelho ao microfone, numa viagem qualquer, nos órgãos de comunicação social.

Risos de Deputados do PS e do PCP.

Foi a primeira vez que ouvi falar em demissões. Julgo que o texto, e posso estar enganado, não o tenho aqui, é claramente assim: É inadmissível que não tenha havido demissões. Nem sequer é posto «político» ou «militar», Falou em demissões e, pela primeira vez, houve esta dimensão da ocorrência que até o momento estava contida a nível militar por nós, generais.

No dia 1, o CEME aprovou... Isto é tão verdade que tenho de confessar uma coisa: dia 1 foi, como se lembram, ou se não se lembram tenho aqui, um sábado. Isto estava nesta fase de debate político, nos órgãos de comunicação social. O assunto, que é gravíssimo, estava na praça pública e nós, militares, estávamos a tentar, ao nosso nível, averiguar, tentar minorar, perceber o que podíamos fazer e o que é que falhou, reforçando medidas.

Tomei a medida... Aumentei eu e informei eu o General Pina Monteiro, que era quem determinava o estado de segurança das Forças Armadas, e propus ao meu General Chefe o desselamento dos carregadores e a introdução de munição real nas armas. E anunciou-se, porque isto era um sinal claro já que se alguém pensava que as armas estavam menos utilizáveis, nesse momento, estavam utilizáveis de mais. Ou seja, aumentei o estado de prontidão e de postura para a missão.

Isto foi geral em todas as Unidades do Exército só, porque, entretanto, o comandante naval e o comandante aéreo fizeram os mesmos procedimentos que fiz e declararam que não tinham notícia de nenhum furto em nenhuma instalação da Marinha ou da Força Aérea.

No dia 1, e agora vamos entrar nos pormenores que me interessam, para depois parar de falar, porque, a seguir, tomei uma posição e não posso estar a opinar sobre coisas que ocorreram na minha ausência, o Sr. General falou comigo e disse: «Eh pá, Sr. General CFT, muito bem, vamos avançar com isto, já falei com o Sr. Ministro e ele concorda com a nossa postura de aumento de segurança, já falei com o Sr. General CEMGFA».

Isto passou-se na praia, num dia horrível. Sei porque tive de sair da Costa de Caparica porque estava um dia terrível. Sei que esta conversa foi feita por telemóvel militar.

E ele disse-me: «Vou agora ao *Jornal da Tarde*». Quando cheguei a casa, assisti à entrevista do meu General Chefe, com surpresa minha, porque não mo anunciou, nem era obrigatório, no *Jornal da Tarde*. Se forem rever, vão ver exatamente as posições de que falei aqui.

O que o Sr. General Chefe anunciou foi que ia fazer uma investigação à segurança, que ia fazer uma investigação aos procedimentos, que ia não sei quê e não sei que mais...

Portanto, ouvi e telefonei-lhe e disse: «Eh pá, Rovisco» — peço desculpa, mas falo com ele assim —, «impecável! Gostei, estiveste bem. Porreiro». Expressei a minha solidariedade. E estava calmo.

Às 15 horas e 30 minutos, o Sr. General Chefe telefonou-me e informou que, por razões de pressão superior... Não gostaria de usar esta expressão porque não posso dizer que é *sic*. Mas o que ele me disse foi deste tipo... E eu tomei nota do que foi dito ao telefone, portanto não levem isto a rigor.

Quando digo que ele disse que as razões eram de pressão superior, o que ele disse foi: «Eh pá, temos de fazer qualquer coisa, porque estamos a ser muito pressionados. Tenho de fazer qualquer coisa e não sei quê e não sei que mais...». Estava muito nervoso.

E eu disse-lhe: «Mas, ó Rovisco, porquê?» E depois disse-me a frase assassina: «Já decidi e vou exonerar... Já falei com um comandante ou dois, vou exonerar os comandantes...».

Sinceramente, partiu-me o coração. Pedi-lhe: «Não faças isso!» Mas ele disse: «Vou já e não sei quê, e vou fazer e vou já anunciar no *Jornal da Noite*».

E eu disse: «De forma pública? Isso é que não, pá!» Estou a falar com toda a frontalidade nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para verem que estou a provar o meu estado como militar.

O Sr. General Serafino disse aqui.

Eu perguntei-lhe: «Meu General Chefe, já falou com os seus generais?» O Sr. General Calçada foi informado meia hora antes do comunicado. Um general que não tinha nada a ver com assuntos de segurança, mas estava num órgão que ia ter de exonerar e nomear, foi informado meia hora antes, porque eu o informei. Perguntei ao CEME: «Já falaste com os generais todos do teu Exército, pá? Já viste o que é que isto vai causar? O que é que se resolve com isto?»

Este era o meu estado de espírito. Perdoem-me, mas fui incapaz... O Sr. General Chefe, naquele momento, tentei... Não interessa o número de telefonemas que fiz, mas ainda hoje tenho guardado o número de chamadas que fiz... Hoje à tarde vou apagá-lo porque não tem interesse nenhum...

Tentei tudo. Tentei argumentar com assuntos pessoais, tentei mostrar que isto seria uma solução que mataria o Exército, quer dizer, a confiança que tinha... Portanto, vamos a coisas sérias e cheguei a um ponto em que disse: «Meu General Chefe,» — e foi formal, foi o último telefonema que fiz e tenho-o de cor, foi às 19 horas e 30 minutos — «pensaste bem? Queres manter isto? Já ouviste os teus generais? Nenhum te apoiou ou melhor nenhum concorda com isso.»

Isto porque não apoiamos nem desapoiamos, temos uma posição que o Sr. General seguirá ou não. Tem toda a legitimidade para ouvir e, depois, seguir.

Mas eu disse: «Se tomas essa posição, imediatamente, deixo de ser teu General CFT! Porque isso viola os princípios todos que sempre servi na tropa e não consigo ser leal com esse procedimento. E, para não ser indisciplinado, tenho de sair».

E foi esta decisão que me custa estar aqui a dizer, porque, na verdade, não é com muito prazer que uma pessoa diz que abandona 41 anos de carreira. Não tinha ambições nenhuma, estava a fazer aquilo de que gostava. Sempre gostei muito de comandar. Estive três anos a comandar a Brigada Mecanizada (BrigMec), três anos como comandante das Forças Terrestres e teria mais um ano num cenário normal. Não tinha ambições nenhuma.

Já tinha sido contactado e depois poderei falar nisso ... Porque deveriam pensar claramente como é que está a ser feita a escolha do General Chefe, porque, neste momento, são quatro os generais e três na GNR, ou seja, são sete. Será que é necessário... Por exemplo, porque é que o Parlamento não é envolvido numa audição? Deixo isto...

Mas vamos ao caso concreto: a partir desse momento tomei uma decisão, pedi um Conselho Superior do Exército, formal, porque não tinha havido nenhum nesta fita do tempo, para solicitar as posições oficiais dos Srs. Generais naquele Conselho. Isto porque era importante, já que o Sr. General, ao telefone, por motivos de segurança, não me explicou os motivos disse só: «Estou a ser pressionado, tenho de fazer alguma coisa, logo, decidi exonerar os coronéis, para não interferirem com a investigação».

Como não concordava, como já expliquei, com este termo, disse: «Não será melhor seguirem o procedimento que foi feito nos Comandos? Correu normalmente, pá, não seria melhor fazer isso?» Mas ele disse: «Não, não, tem de ser rápido e tal».

Respondi: «Vamos embora, o Sr. General decidiu».

Estou solidário com a minha decisão, porque também tenho uma coisa que os Srs. Deputados podem perguntar: «No sentido maniqueísta, o senhor é o bom e ele é o mau?».

Não, não sou. Não há bons, nem maus aqui, o que há é o interesse do Exército e o respeito da minha cadeia de comando. Nunca mais conseguia olhar para os meus coronéis se ficasse no Exército. Nunca mais conseguia

perceber que eles tinham de tomar... Porque da cerimónia, há coisas que convém saber. Um comandante de Regimento recebe o estandarte nacional do seu segundo comandante quando toma posse. Quando é exonerado, sai vergonhosamente — desculpem o termo que é meu — e aparece em casa à família e tem de explicar porque é que foi exonerado.

Digam os Srs. Deputados, na vossa consciência, o que diriam em casa? Fui exonerado porque o Sr. General Chefe decidiu! E se a minha mulher me perguntasse: «O que é que fizeste?» Digo: «Mandei os seis homens para o paiol que era minha missão».

Portanto, é isto que não consigo entender. Foi um atentado à família militar. Sinceramente, ponderei que seria impossível esta situação não ter repercussões gravíssimas. O Sr. General Chefe sempre me disse: «Acredita em mim, isto vai resultar». E eu disse: «Não acredito nessa medida, desejo-te as maiores felicidades, mas com essa medida o Sr. General Menezes não está disponível para continuar. Custa-me muito dizer-te isto, porque sou do teu curso, mas, olha, perante isto, tenho de sair».

Perguntam-me: «Porque é que o Sr. General não bateu com a porta nesse dia?» Porque havia uma cerimónia fundamental, que era o encerramento do teatro de operações do Kosovo, presidido pelo Sr. Presidente da República, no dia 5 de julho e decidimos que, independentemente de as posições estarem mais ou menos assumidas, ninguém diria cá para fora nada, nada, até ao dia 5. A partir do dia 5, consoante as decisões políticas, consoante as leituras que fossem feitas pelos órgãos competentes ...

Quando foi a demissão do General Jerónimo, tenho de confessar, francamente, quando anunciou em Conselho que se ia embora, disse claramente que ainda tinha esperança que alguém conseguisse reunir, falar, perceber, entender que isto não era um cenário bom para ninguém.

Uma demissão do General Chefe tem de tocar campainhas de alerta! Não pode ser visto como normal. Não é normal! Um General Chefe não bate com a porta por normalidade e tem de haver consequências, tem de se saber claramente porque é que ele bate com a porta e se fica ali o acontecimento.

O Sr. Ministro tem de dizer assim: «Não perdi a confiança no Sr. General Chefe, portanto, eu é que o demito!»

Nós estamos subordinados à política. Não pode ser assim. Posso alegar razões pessoais, mas tenho de as explicar. Razões pessoais são as que eu estou a dizer: não acreditei nesta medida, portanto, tenho muita pena, o Sr. General Chefe fica e eu saio. Foi assim que fizemos.

Tenho de completar o meu raciocínio. E ainda não disse isto: no dia 3 de julho, segunda-feira, falámos no sábado em que isto se passou, e digo mesmo que quando liguei, tentei e disse: «Isto não vai acontecer, acho que o General Chefe, quando ligarem as câmaras vai dizer...» Porque eu disse-lhe: «Eh pá, porque é que não esperas até segunda-feira?»

Na segunda-feira havia uma reunião da estrutura superior do Exército com todos presentes. Então eu disse-lhe: «Porque é que não ponderas até segunda-feira, amanhã é domingo, vamos todos aí ao Estado-Maior, reunimo-nos, vamos com calma, sem precipitações. Não sabemos ainda como é que foi feito o assalto, como... Porque é que estamos a pôr na praça pública acusações, suspeitas? Porquê?»

Não fui bem-sucedido...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas qual foi a resposta que lhe deu o General Rovisco Duarte?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Que estava feito, que já tinha tomado a decisão.

Portanto, à noite do dia 1, às 20 horas e 30 minutos, infelizmente, assisti ao momento que considero mais vergonhoso da minha vida militar. Foi inqualificável. E digo isto quase com a lágrima a sair-me do coração, porque imagino a cara da minha mulher... Quer dizer eu, se fosse coronel, como é que eu posso... Com retratos!... O meu General Chefe pôs retratos na televisão!... Já não foi um programa qualquer, que não quero referir, porque não quero falar desse programa, já não estou a falar do retrato dos instrutores, que foi feito no programa; estou a falar de um órgão institucional, o comandante, que tem o dever de preservar tudo, a honra, a identidade, tudo!...

Eu era incapaz de fazer aquilo, porque, então, dizia: «Agora, vou demitir-me!» Eu, a seguir, demitir-me-ia! Eu, se fizesse isto – eu, General Menezes –, eu, se tomasse aquela medida, acabava o *Telejornal* e dizia: «Decidi exonerar os Srs. Coronéis e, como isto representa uma quebra total de confiança na cadeia de comando, apresento amanhã também a minha demissão ao Sr. Ministro». Isto para mim fazia sentido e juro, por honra das minhas filhas, que no dia seguinte metia o papel.

O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD): — Sr. General, respeito imenso, acredite, a forma franca, direita e frontal como está a responder às perguntas e como está aqui a expressar o que sentiu, não só a fita do tempo como também a sua perceção dos acontecimentos, mas há aqui coisas a que tenho de voltar.

Sr. General, do que relatou aqui, percebe-se, de uma forma muito clara, que há uma posição do Sr. General Rovisco Duarte antes e depois, ou seja, há uma mudança de opinião e essa mudança de opinião só pode ter sido, de acordo com a lógica do relato que aqui nos fez, por pressão política e não foi por pressão política do então líder da oposição, que não tinha poder para

isso, mas por pressão política daqueles que exerciam funções políticas a essa data e nesse tempo.

Portanto, pergunto-lhe se foi essa a percepção com que ficou nessa altura.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, gostava de pôr um bocado de ordem, perdoe-me a expressão, na mesa,...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — E bem!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não posso fazer essa leitura.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A leitura resulta daquilo que nos disse.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — O que posso constatar, e foi isso que disse na minha intervenção inicial quando disse que ia relatar factos, é que os factos são os seguintes: até dia 1 de julho às 15 horas o Exército estava unido, coeso e atrás do seu General Chefe, pronto para enfrentar tudo. E a posição era a que os senhores já aqui ouviram e não vou repetir, do General Serafino, que, aliás, não era uma posição...

Nós identificámos as lacunas. Podemos ser criticados por todas as opções que tomámos, mas o exercício do comando militar tem sempre uma gestão de risco, tem uma gestão de prioridades. É criticável e o Parlamento tem de escrutinar as minhas decisões, mas eu tenho de explicá-las.

Não posso dizer que o Sr. General Rovisco Duarte... Estamos a falar de dia 1 e eu continuo a dizer que o meu General Chefe não me disse que foi por pressões políticas que mudou a sua posição, o que constato...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, por que é que mudou a sua posição? Por que é que, na sua opinião, mudou a sua posição?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, como compreenderá, ao interromper o Sr. Tenente General e ao falar de modo tão célere isso não permite contabilizar o seu tempo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ainda bem, quase que diria...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — A tática é essa!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, ou deixa o Sr. General responder, ou então...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Bom, agora, sem contabilizar o tempo, porque estou a responder ao Sr. Presidente, tenho imensa pena e gosto muito até do estilo de depoimento que está aqui a ser feito, vivo e sentido, mas se não interromper, a certa altura, torna-se um monólogo e não é esse o objetivo da Comissão de Inquérito.

Vejo-me forçado a interromper a benefício dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Então, o Sr. Deputado terá de formular as perguntas em termos de poder ser contabilizado o tempo de que dispõe, ou, então, se faz a pergunta num ápice acaba por fazer 500 perguntas e não gasta um segundo que seja.

Queira continuar, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O Sr. General disse há pouco, e cito-o de memória, e peço desculpa se não estiver a ser totalmente correto: «A pressão é muita, temos de fazer qualquer coisa!» Foi a frase que disse, atribuindo-a ao Sr. General Rovisco Duarte.

No seu entender, a pressão era de quem? Qual foi a perceção com que ficou?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, desconheço o autor da pressão!

A pressão existiu, mas não posso testemunhar, em sede parlamentar, uma coisa a que não assisti. O que me transmitiu o meu General Chefe foi, com toda a frontalidade, numa conversa que transmiti aqui. Se calhar, já fui muito longe, porque foi uma conversa entre dois generais, mas como esta Comissão tem o poder de um tribunal, ou seja, o que for, o tal direito canónico... Alguma coisa mudou na posição do Exército que estava todo unido, que estava todo coeso e pronto para assumir nesta sede ou noutra todas as respostas que os Srs. Deputados merecidamente têm direito, a partir do dia 1 às 20 horas o Exército ficou dividido...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Completamente dividido!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Estou a falar dos generais, porque não tenho possibilidade de explicar e falar pelo Exército todo. Estou a dizer que a nível dos generais a coesão acabou.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, se a pressão existiu e não sabe qual foi, obviamente que, por exclusão de partes e

obedecendo a todos os princípios da lógica, só pode ter sido uma pressão política....

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — De Pedro Passos Coelho!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não, Sr. Deputado. Ele era líder da oposição e não...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, está no uso da palavra inquirindo o depoente e todos os demais grupos parlamentares ainda vão usar da palavra.

Por isso, pedia que permitissem que o Sr. Deputado continuasse.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, obviamente que não podemos considerar estas tentativas de desconversar, mas este atentado à família militar – são suas as palavras –, que foi perpetrado, a partir de determinado momento por um dos seus mais altos responsáveis, no diálogo que aqui nos transmitiu o Sr. General Rovisco Duarte disse: «Isto vai resultar». Isto, o quê?

A razão da minha pergunta é a seguinte: o Sr. General disse que nunca o Exército desvalorizou a situação. Não entende que, para além da medida de demitir os comandantes das Unidades ou, aliás, de exonerar os comandantes das Unidades, houve, depois, um esforço de diminuir a situação, de dizer que foi só uma caixinha, que o material não era relevante. Houve toda uma lógica, um conjunto de declarações de uma série de responsáveis que vão no sentido de desvalorizar a situação.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta, tem todo o mérito, mas de mim não vai ter nenhuma declaração sobre depois do dia em que passei à reserva.

Portanto, eu posso ter opiniões, mas, como declarei inicialmente, falo de vivências, de factos e a partir do dia 7 não posso falar, porque — e acho que é gravíssimo — uma pessoa perante este foro e perante esta responsabilidade não pode fazer acusações e, muito menos, as faria a uma pessoa com quem partilhei os bancos da Academia, fiz o curso do Estado-Maior, o curso de promoção a general, sou amigo da família, conheço os filhos e, portanto, não tenho nada de pessoal nisto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nem nós!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Nem sequer quis pôr esse rótulo...

A questão que está aqui é de atitudes. Só manifesto nesta sede que, no dia 1, o Exército, a nível da sua cúpula superior, perdeu a sua coesão. Não estou a dizer que foi bom ou mau — sempre disse isto aqui. Não sou valente, não sou o cavaleiro de armadura brilhante e o Sr. General um monstro, o cavaleiro negro, não foi isso que eu disse. O Sr. General Chefe foi escolhido politicamente e nunca lhe faltei em nada, em apoio e em coesão.

A partir do momento em que não podia ser leal, e é assim que os militares têm de falar, frontalmente, teria de dizer e foi assim que eu falei no último telefonema que lhe fiz: «Meu General Chefe, se o meu General insiste em fazer isto eu, amanhã, já não sou o comandante das Forças Terrestres.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, lamento imenso, mas vou ter de tentar que o Sr. General desdiga aquilo que acabou de dizer agora, designadamente quando diz que não vai falar para além desse dia,

dessa marca, porque o Sr. General no jornal *Público*, do dia 12 de outubro de 2018, perante a demissão do anterior Ministro da Defesa Azeredo Lopes, disse e cito: «Saúdo o regresso de uma cultura de responsabilização».

O que é que isto quer dizer, nomeadamente face a esses acontecimentos que acaba de nos relatar?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Essa opinião é a de um general na reserva, é pessoal, é a minha opinião.

Na leitura que fiz como cidadão e como militar, que gosta da coisa militar, da coisa profunda, tenho de dizer que, em relação a esses acontecimentos, esta gestão política, e corroboro totalmente, foi desastrosa e assino já por baixo — eu como militar na reserva, porque não estou a falar no ativo... No ativo não tenho nada de fazer julgamentos de valor do meu General Chefe, mas na reserva eu digo que a gestão política, infelizmente...

O Sr. General Faria Menezes também é pai e todos nós, que somos pais, a frase que mais detestamos de dizer a um filho nosso é «Eu não te disse?!...» É a coisa mais horrorosa que um pai pode dizer, porque nós avisamos, eles fazem a asneira e, depois, não gostamos de dizer isso!

Portanto, não quero ter a certeza, mas tinha este caminho, para a desgraça, completamente desenhado na minha cabeça: «A partir de agora isto vai ser uma desgraça...! Vai ser uma desgraça, porque as feridas são tão intensas...!» E a prova está aí! Não queria concluir isto, a meu ver, mas isto foi transmitido em posição oficial, isto só tem uma solução, solução essa que só surgiu nesse dia.

Isto é um erro e os Srs. Deputados e nós todos, como cidadãos, temos de perguntar o que é o exercício da tutela política. Até que ponto é que o chefe militar tem de ser submisso? Isso não existe em lado nenhum! Tem competências próprias e responde àquilo que a política decide.

Posso ter uma opinião. Já agora, que me citou como pessoa, quero dizer que tenho uma posição militar, e transmito-a aqui, que escrevi durante o exercício das minhas funções e que era contra a retirada das nossas forças na missão da KFOR, no Kosovo. Esta é uma posição militar.

A partir do momento em que a política decidiu sair do Kosovo, o Conselho Superior de Defesa Nacional aprovou e fui encarregado da retração do Kosovo. Falhou alguma coisa? Nada! Agora, eu, como militar, não sou uma pessoa limitada... Então, se sou o homem que sabe mais – peço desculpa – do Kosovo em termos militares, não posso dar uma opinião?!

Por isso é que eu estou a dizer que nessa posição a cultura da responsabilização é aquilo de que eu falei, ou seja, o comandante é responsável. O General Menezes é responsável por tudo o que mandou fazer, pelas omissões detetadas de procedimentos ou por alguma falta de recursos que os meus comandantes anunciaram, mas que eu não lhes dei e não expliquei. Há aí uma coisa importante: o comandante quando não responde a um subordinado tem de explicar porquê.

Eu comando assim e digo: «Registei as suas falhas, as suas preocupações, mas considero que a missão é cumprível com estes elementos e com estas condições. Percebeu? Siga, pronto!» E nunca houve problemas nisso... E vou lá ver que é para não...

E quando isto atinge o limite — que é um caso de que, depois, irei falar, porque já antecipo a pergunta que me vai ser feita —, quando os militares apresentam os seus problemas à cadeia de comando, o Sr. General Chefe decide e não concordo, o máximo que posso fazer é ter solidariedade de comando, é estar presente naquela missão que é – desculpem o termo – «um pincel». Estarei lá, porque assim eles dizem: «Eh pá, este homem não conseguiu convencer-me, mas está aqui...!»

O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD): — Sr. General,...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Peço desculpa, porque assisti às outras sessões e não queria fazer um monólogo, mas, faz favor, Sr. Presidente, interrompa-me, porque eu tenho a tendência para levar as coisas com o coração e, depois, não consigo parar.

Portanto, eu acho que devo dar oportunidade a todos de fazer perguntas para eu responder.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É evidente, mas quando falei no monólogo foi para...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Julgo que a minha primeira intervenção...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — ... responder ao Sr. Presidente no sentido de que, de vez em quando, também temos de interromper para que isto seja, de facto, uma audição com pergunta/resposta.

Mas devo dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PSD aprecia bastante a forma, mais uma vez o digo, frontal, direta e clara como o Sr. General está a dizer o que aqui está a dizer.

Considera que estes processos de averiguação que se seguiram, contra os quais tanto lutou, e que terminaram com o arquivamento e como únicas entidades punidas um sargento e um soldado, e esta situação se encaminha para aquele caminho do desastre de que o Sr. General falou?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, quando falo do caminho do desastre vamos pôr isto num nível em que não posso tocar. O caminho do desastre tem de ser assumido por dois escalões, e digo escalões, porque é a linguagem militar. No caminho do

desastre há responsabilidades de dois escalões e isto tenho de dizer com a minha opinião militar, a opinião do General Menezes, que vale o que vale, é a opinião de um cidadão.

É assim: considero que houve uma completa mescla ou mistura de gestão militar e gestão política e a partir deste momento todos devemos ponderar — e peço encarecidamente aos Srs. Deputados, porque eu gosto imenso de ser português, respeito imenso os órgãos de soberania — e de pôr a mão na consciência e pensar: já passaram tantos anos do PREC (Processo Revolucionário em Curso), já passaram tantos anos do 25 de Abril e ainda não temos uma relação político-militar escoreta de um País de topo, em que um militar seja militar e seja o representante dos interesses dos seus homens no dever de tutela e que o escalão político tenha a preocupação de defender esse chefe militar, apoiar as suas iniciativas, mas obrigá-lo, com certeza, a seguir o Programa de Governo sufragado em eleições, porque é muito importante, e sobre isso não temos nada a apontar.

Agora, há que melhorar, claramente, mas normalmente em Portugal, infelizmente, só quando as coisas dão para o torto é que estas lições surgem. Esta é a altura ideal, com calma, com serenidade... Esta Comissão tem um papel que considero relevantíssimo nisto, que é o de apurar claramente se estamos a fazer bem, se as condições estão criadas, desde a escolha até ao mandato do chefe militar, para verificar se ele tem a liberdade para executar todas as suas competências sem ser constrangido constantemente por restrições orçamentais e por extrações das suas tarefas e das suas competências. Isso é uma violência.

Além disso, se isto correr mal, aparece nas redes sociais: «Os chefes não fazem nada, os chefes não protestam!». Podemos ignorá-las, mas isto vulnerabiliza a instituição militar, vulnerabiliza o Estado e eu nunca defendi isso, porque eu sei... Está aqui a Sr.^a Deputada Berta Cabral e outros Srs. Deputados, perdoem-me, mas não conheço todos, que já tiveram

responsabilidades governativas e sabem perfeitamente que as coisas militares são tratadas nos gabinetes porque os militares não têm expressão pública nem isso faz sentido.

E, portanto, quando um chefe militar chegar a um governante e disser: «Sr. Ministro, eu preciso que me resolva isto! Ou resolve ou então está o caldo entornado...» Isto porque o Sr. General Chefe não tem mais nenhum meio de pressão, só tem a sua palavra, a sua honestidade e a lealdade em dois sentidos.

Portanto, é este caminho. Quando falava no caminho da responsabilização é este, é o caminho que sempre segui, ou seja, o da responsabilização de ter de se respeitar cada escalão. Portanto, não tenho razão nenhuma para pôr culpas em ministros ou em chefes militares, a relação tem de ser melhorada.

Não digo que não haja culpas nossas, também há. Se calhar, temos um espírito muito corporativo, mas isso é saudável se for tratado, enfrentado sem medos, sem receios, e estou disponível para esse debate amplo na sociedade. Mas agora o que sinto — e neste período em que fui General de três estrelas senti isso — é que, na verdade, se passam mensagens que são perigosíssimas, tal como a de que o chefe militar tem de ser quase o cartão do Governo. Isso não existe! Isso não existe! Nem aceito isto!

Tive um processo de escolha em que lamentavelmente houve coisas pessoais que nunca irei revelar porque a conversa que o Sr. Ministro faz numa audiência com o Sr. General não é para ser revelada publicamente.

Mas têm de perguntar ao Sr. General qual é o seu projeto para o Exército e não se acha que correu tudo bem com o Colégio Militar! Isto porque perguntei se a minha audiência era para ser diretor do Colégio Militar ou se era para ser comandante do Exército, já que só me perguntaram se eu achava bem o que se passou no Colégio Militar e eu respondi: «Já estive lá sete anos, mas se quiser eu digo alguma coisa».

Portanto, há que haver mais responsabilização e mais abertura para melhorar esta relação e é isto que considero importante.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, as únicas demissões que resultaram desta situação, pelo menos no momento em que ocorreram os factos, foram a sua e a do Sr. General Calçada. Esse descontentamento, pelos vistos, foi mais generalizado. Consegue encontrar alguma explicação para isto?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, a questão é a seguinte: um general para chegar a esse escalão tem várias passagens pela sua vida militar. Por casualidade, eu, o Calçada e o General Duarte somos do mesmo curso da Academia Militar, fizemos a vida toda juntos e perceberá claramente que, ao contrário do que se possa pensar, e como é lógico, temos muito orgulho em ter um cadete nosso como General Chefe do Estado-Maior do Exército, não tenho nada a apontar na confiança, na gentileza ou na forma como fomos tratados e como tratámos o nosso General Chefe e o nosso cadete.

Mas a questão fundamental aqui é a seguinte: cada general é um homem, cada general tem uma leitura do Exército. Não tenho nenhum interesse em dizer que a minha leitura é a mais correta.

O Sr. General Serafino pôs o lugar à disposição, o Sr. General Chefe não aceitou demissões. É um facto. O Sr. General Serafino é tão nobre como eu porque pôs o Sr. General Chefe perante o cenário, dizendo: «Eu não concordo com a exoneração do Sr. Coronel do Depósito, no entanto, se tiver responsabilidades... Isto é prematuro, mas se houver alguma responsabilidade a apurar, ponho o lugar à disposição». Eu, General Menezes, só tenho de falar por mim.

Conversámos com todos os generais, mas as tomadas de posições foram pessoais e até foram — falamos nisso mais tarde — provocadas por um acontecimento em que considero que houve alguma desfaçatez, até, mas não queria falar muito disso até porque não interessa.

Só queria dizer uma coisa: o Sr. General Calçada não tem nada a ver... Portanto, as tarefas e competências do general comandante de Pessoal, que vai estar aqui e vão perguntar-lhe isto, é uma posição de militar. Funcionalmente não há nada a apontar, porque nenhum comandante é dele, o paiol não é dele, nenhum Regimento é dele e, portanto, poderia calar-se. Mas não, o Sr. General AGE (Ajudante-General do Exército) não concorda com este procedimento, e, portanto, explicará qual é a posição.

O General Serafino já explicou a posição dele e também quero dizer, a bem da verdade, que, perante o cenário que depois se construiu — imagino as pressões que houve — de demissão de 50% do Conselho Superior do Exército, pela demissão do Comandante das Forças Terrestres, que é nomeado pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, é o único que tem nomeação... Agora já foi mudado mas na altura demorei mais tempo a ser promovido porque a nomeação tem de ir ao Sr. Ministro, os outros são de nomeação direta.

Só queria dizer que a demissão do General Comandante das Forças Terrestres não pode passar, também a nível político e a nível dos órgãos de soberania, como um facto normal, nem sequer pode ser minorado. Não pode ser, como fui, vilipendiado na praça pública, quando disseram que se tratava de generais aziados porque não foram chefes, porque foram sempre oposição do General Duarte e que não sei o quê e não sei que mais.

Queria dizer, francamente, que enfrentei com o meu General Chefe a crise dos Comandos. Seria fácil abandoná-lo, mas nunca abandonei o meu General Chefe. Enfrentei a crise de Tancos até ao dia em que ele exonerou os coronéis. Não tem uma, uma razãozinha para apontar. E, portanto, não

tolero isso. Perdoem-me a desfaçatez de aproveitar esta oportunidade, porque foi vil da parte de alguém que passou a informação de um assunto, que nunca foi tratado em Conselho Superior do Exército, que era o de quem é que iria ocupar, daqui a um mês...

Aliás, imaginem, Tancos, um problema gravíssimo, e acham que é altura para falar: «Eh, pá, quem é que vai substituir o General Costa no próximo mês?». Sinceramente, isso nem fez parte da agenda.

Portanto, o General CFT — digo isto deliberadamente —, o General Comandante de «9000 homens» só por serviço é que aceitava ser vice-chefe ou recusava ser vice-chefe. Nunca negaria uma função nas minhas Forças Armadas! Então, mas estamos a brincar?! Então, mas agora tomo uma posição em defesa dos meus homens e o que é apontado é: «Ah, como não foram generais vice-chefes...».

A ultrapassagem do General Serafino é um ato normal de serviço. Eu tomaria a posição que achasse bem. Portanto, é uma coisa normal e estão aqui pessoas que sabem isso, as pessoas são escolhidas e arrumam-se.

Disse claramente ao Sr. Ministro, no fim da minha entrevista: «O Sr. Ministro tem um grande problema para resolver». E ele disse: «Eu? Não tenho problema nenhum». E eu disse: «Tem, tem, vou dizer-lhe. Tem uma plêiade de oficiais generais para ser General Chefe, qualquer deles com uma categoria imensa e por modéstia não inclua o meu nome». E ele disse: «Eh, pá, o Sr. General!...». E eu continuei: «É verdade! O senhor escolha qualquer um deles». E ele: «Então, mas as antiguidades...». E eu lá disse: «Não se preocupe com isso, a gente arruma-se».

Porque é assim o sentir militar, o servir militar é assim. Ninguém está aqui com «eu sou mais antigo, isto é uma coisa muito chata!». Há princípios, as pessoas ponderam, consideram que não é bom para o Exército ficar, como foi o General Serafino aqui disse. Ele considerou que não era bom ficar. Pronto, tudo bem! Ele, nesta posição, considerou não concordando que era

melhor ficar. Eu, com toda a honestidade, corroboro o que ele disse aqui porque é verdade.

Fui das pessoas que lhe disse: «Serafino, eu vou-me embora, o Calçada vai-se embora. Eh, pá, claramente há aqui um cenário de destruição da cadeia de Comando. Tu puseste o lugar à disposição, o Sr. General Chefe não aceitou a demissão, tens toda a liberdade para ficar e tens o meu apoio». E vou dizer-lhes claramente: o General Serafino é um senhor! Mas é um senhor porque ficou.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nesta última intervenção o Sr. General disse que houve um facto inusitado do qual preferia não falar. Mantém essa posição, prefere não falar?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — É muito simples. Já disse que isto não é uma violação de segredo porque o Conselho Superior do Exército não foi formal, portanto, posso dizer isto francamente.

Já lhe expliquei que foi combinado que havia uma cerimónia importantíssima, eu, como comandante das Forças Terrestres, preparei-a e tenho um orgulho imenso. Até pelas notícias que vieram nos jornais, porque tenho *Facebook* e não tenho problemas nenhuns em dizer isso, não tenho medo de ninguém porque utilizo o *Facebook* como quero, sou um cidadão com os outros, nunca o utilizei para violar nenhuma consideração de segurança. Tenho opiniões que transmiti em discursos e de forma pública, e, portanto, o que está lá são os meus discursos de forma pública.

Normalmente utilizava o *Facebook* no ativo para incentivar os meus camaradas que não estavam presentes nas cerimónias em que falava.

Queria dizer claramente que o acontecimento inusitado é muito simples: a cerimónia realizou-se e, como se lembram, o Sr. Presidente da

República e os órgãos do Governo no dia 4 visitaram o paiol de Tancos. Não estive presente nem fui convidado para estar presente.

Não estou a dizer que estou ofendido, estou a dizer é que achei estranho porque, já agora, convinha o comandante das Forças Terrestres, que garante a segurança, estar ali, mas não. Pronto! Foi decidido que era de alto nível e, portanto, só iam os nossos chefes.

Nesse dia, pedi uma audiência — isto posso dizer, porque é particular — ao Chefe da Casa Militar do Presidente da República porque não me queria ir embora sem o transmitir a uma pessoa pela qual sempre tive respeito. Isto porque aprendi, desde os nove anos, que há três símbolos que são indissociáveis da Pátria. Perdoem-me o meu saudosismo, mas aprendi aos nove anos que o Hino Nacional, a Bandeira Nacional e o Presidente da República simbolizam a Pátria. E, portanto, nunca faltarei ao respeito, institucionalmente ou como cidadão, ao Presidente da República.

Por isso pensei: «Já que com o General Jerónimo o Sr. Presidente não conseguiu ou não achou necessário intervir» — e eu tinha a esperança de que o Sr. Presidente ainda conseguisse juntar as peças daquele *puzzle* que estava completamente descredibilizado... Nesse momento pensei que a única hipótese era dizer ao Sr. Presidente da República como é que isto ia ficar.

Pedi uma audiência ao Sr. Presidente da República. Naturalmente não foi possível porque no dia 4 o Sr. Presidente se reuniu com os chefes militares e o Sr. Chefe da Casa Militar transmitiu-me que, uma vez que ele já tinha reunido com os órgãos superiores, já tinha recolhido opinião, a minha opinião não seria recolhida, sem qualquer menosprezo por ela. Aceitei-o perfeitamente, porque não era obrigatório, até poderia ser entendido como uma violação da cadeia de comando o Sr. Presidente ouvir um subordinado.

Portanto, não levei isso a mal, mas gostaria de o ter alertado para dizer que a minha leitura da situação — e não falarei mais nisso — era a seguinte: perante o cenário que estava ali, o estado era tal que só havia uma saída

possível que era a demissão do Sr. Ministro e a demissão do General Chefe do Estado-Maior, antecipada com a demissão do Sr. General Menezes, que era o responsável pela segurança, e a demissão do Sr. General Serafino.

Chame demissão, chame exoneração, a figura jurídica de passagem à reserva, portanto, é o que quiser. Era esta a posição que eu defendia perante o cenário depois da exoneração dos coronéis.

A única maneira de ser refundada a credibilidade da instituição militar e mesmo da situação do Estado era esta: os militares tinham de dar o primeiro passo e o primeiro passo era assumir as responsabilidades. Sou responsável pela segurança, posso dar aqui 40 respostas às vossas perguntas, mas a verdade é que o assalto se realizou. Não tenho desculpa. Posso estar aqui a explicar mas a minha maneira de ver as coisas é muito simples: era o responsável pela segurança, nomeei aqueles homens.

Não me importo e nem acredito nesse milagre redentor de, daqui a seis meses, saber como aquilo foi criminalmente. Não aceito que a responsabilização tenha de esperar pela parte criminal. Não aceito isso! Esse é um método que também, pessoalmente, acho que é um método de ilação de responsabilidades.

As responsabilidades têm de ser assumidas por quem faz a falta. Não são responsabilidades ou consequências que são atribuídas quando eu souber que o «Fechaduras» trabalhou com o Manel... Porque tenho suspeitas, tenho a certeza de que aquele roubo só pode ter sido realizado... Certezas não tenho, como disse o General Jerónimo, mas perante a minha experiência militar, a minha experiência nas Forças Nacionais Destacadas (FND), a minha experiência face à situação, digo assim: «Só com conluio interno aquilo pode ser feito e não tenho dúvidas nenhuma e Deus queira que eu tenha razão». Porque no dia em que eu tiver essa razão, pergunto assim: «Acham normal que o comandante das Forças Terrestres nunca tenha sido avisado, informado, que a ameaça tinha subido?» Nunca! Nunca recebia

nenhum relatório do sargento da guarda, da Brigada, nenhum relatório em nenhuma Unidade do País de que havia tentativas de violação do perímetro, tentativas de aproximação, tentativas de aliciamento de sentinelas, porque houve casos desses! E assim a postura mudaria completamente.

Se me dizem claramente que há elementos a reconhecer perímetros e não sei o quê, tenho de agir. Se tivesse sabido que alguém, como soube posteriormente, e não nesta fase, que o Ministério Público tinha conhecimento de uma ameaça a uma instalação militar em Tancos, eu pergunto: «Que País é este, Srs. Deputados? Temos todos de corrigir a parte da segurança.»

Estive em 20 reuniões em que, por causa do terrorismo, se disse «temos de partilhar informação», «temos de não sei o quê», mas não operacionalizámos isto. Porque, reparem neste caso: no Ministério Público há um pedido de escutas de um crime que se vai realizar numa instalação militar e ninguém se preocupa em dizer «Se calhar, convinha avisar os militares»?

Então, numa investigação criminal, se tiverem descoberto que alguém que vai atacar a Caixa Geral de Depósitos de forma física, ninguém avisa a Caixa Geral de Depósitos? Ninguém avisa a PSP? E depois dizem: «Mas aquilo não tinha segurança». Por amor de Deus, vamos corrigir esse aspeto!

Queria dizer claramente que tomei esta posição, o General Calçada explicará porque é que tomou a sua posição, mas sei-o perfeitamente, porque ele partilhou comigo... Até lhe disse: «Ó Calçada, tu não tens nada a ver com isto.» Porque eu até disse que... Houve ali uma situação em que se pôs a questão «Eh, pá, para...»

O último argumento que eu tive foi: «Eh, pá, os coronéis não. Porque é que não sou eu? Exonera-me a mim». Usei esse argumento. «Antes de ires ao *Telejornal*, pelos mesmos motivos que apontas, diz que é para não interferir com a investigação...» Porque, de facto, foi isto que me

fizeram...Quando o comandante das Forças Terrestres é posto de lado numa investigação, também estou a ser afastado para não interferir com a investigação. Isto é uma coisa crítica. Mas disse ao General Chefe: «Portanto, só há uma hipótese: vai ao *Telejornal* e corrige o teu discurso. Diz assim: ‘Decidi exonerar o Sr. General Faria Menezes porque é o responsável pela segurança. Decidi exonerar o Sr. General Serafino porque é o responsável pelo paiol. E esta exoneração não tem nada a ver com culpabilidade ou não sei o quê..., mas tem a ver com a necessidade de haver um processo transparente de averiguação de responsabilidades’».

Isto é que era responsabilidade. E eu dizia assim: «Ó meu General Chefe, concordo totalmente. Amanhã tens aí o meu papel. Apresento-me no Estado-Maior e, pronto, fico lá a aguardar processos.»

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Mas o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim ainda não terminou.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas queria fazer uma interpelação.

Queria pedir os bons ofícios do Sr. Presidente no sentido de nós prosseguirmos sem trazermos para a nossa audição o Sr. Presidente da República. Acho que a Assembleia da República faz bem em não trazer.

Queria apelar ao Sr. Presidente para que nenhum grupo parlamentar trouxesse para o debate o Sr. Presidente da República, sendo que o Sr. General, no calor da sua intervenção, referiu o Chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República.

Gostaria, pois, de pedir que não se fizesse esse debate aqui, no âmbito da Comissão de Inquérito.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ascenso Simões.

Os grupos parlamentares são livres de formularem as perguntas que entenderem pertinentes para o objeto desta Comissão, do mesmo modo que o Sr. Depoente é livre de responder nos termos em que for questionado. Mas registamos a sua observação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim para concluir as suas perguntas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em momento algum, o Grupo Parlamentar do PSD trouxe para esta audição o nome do Sr. Presidente da República ou o de algum membro das suas Casas Militar ou Civil.

Sr. General, muito obrigado pelas declarações que aqui fez. São extremamente elucidativas acerca daquilo que se passou e, independentemente daquilo que o Sr. General pôde perceber ou da leitura dos factos que aqui nos descreveu de uma forma, repito, bastante clara, aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD pode dizer é o seguinte: há dois momentos na atuação do Sr. General Rovisco Duarte.

Há um momento em que está em consonância com os seus comandos militares, e há outro, em que, devido a pressões que não sabemos quais foram, mas que podemos presumir, o Sr. General Rovisco Duarte resolveu tomar a atitude de demitir os comandantes das Unidades e persistir numa lógica de desresponsabilização, em que houve uma mistura entre o escalão político e o escalão militar.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, isso não contribuiu para a dignidade do Exército, ao contrário daquilo que o Sr. General fez aqui nesta audição, em que, de facto, com clareza e com essa frontalidade que

demonstrou, conseguiu, de alguma forma, restabelecer a dignidade que entretanto foi perdida algures neste processo.

Muito obrigado, Sr. General.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, não se tratou propriamente de uma pergunta, mas, obviamente, o Sr. General responderá.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, peço claramente desculpa e penitencio-me, porque não invoquei o nome do Sr. Presidente da República para nenhum depoimento da minha parte. Fiz questão de dizer que, desde os nove anos, tenho respeito pela figura do Sr. Presidente da República.

O que quis aqui dizer foi a minha tentativa desesperada de tentar mostrar que a situação ia descambar. Perdoe-me a minha frontalidade, se calhar não deveria ter referido. Em nenhum momento o Sr. Presidente da República me contactou, me falou, nada.

Um militar não pede desculpa, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não tem nada que pedir desculpa.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: - Sr. Deputado, eu não peço desculpa, porque os militares não pedem desculpa. Têm uma frase que é «primeira forma». Portanto, voltaria a dizer, dizendo assim: «Gostaria de não referir aquilo que eu disse sobre o Presidente da República».

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Seguramente, vai seguir-se, então, um conjunto de questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga. Dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. General, muito obrigado, desde já, pelos contributos que nos vai dar para o cabal esclarecimento daquilo que aconteceu em Tancos. Esta primeira fase do seu depoimento ajudou-nos a esclarecer claramente as suas divergências, do ponto de vista da gestão militar, com o General Rovisco Duarte, mas — peço desculpa por esta minha afirmação — pouco ajudou a esclarecer aquilo que, efetivamente, se passou em Tancos.

É claro para todos nós que o que se espera desta Comissão é que se dê uma resposta muito clara aos portugueses, porque os portugueses confiam muito e têm muito orgulho nas suas Forças Armadas. E quando sucedeu isto em Tancos questionaram o seguinte: como é que foi possível acontecer o que aconteceu em Tancos, numas Forças Armadas tão bem preparadas, que nos orgulham tanto pelas suas missões no estrangeiro, que nos orgulham tanto pela forma eficaz como colaboram com a comunidade na defesa de interesses para além dos interesses da defesa nacional? Portanto, os portugueses querem saber o que é que aconteceu em Tancos e como é que foi possível acontecer Tancos.

A pergunta que lhe fazia, Sr. General, é esta: no melhor pano caiu a nódoa?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Vou tentar responder mais rapidamente e mais pragmaticamente, mas não queria que interpretassem um menor tempo de resposta com alguma desconsideração por algum grupo parlamentar. Terei muito gosto em

desenvolver, mas gostaria que todos tivessem a hipótese de perguntar tudo, porque eu gostaria de responder com tudo o que tenho.

Pergunta-me como é que pode ter ocorrido o furto em Tancos. Não vou perder tempo com semântica, porque o que se passou em Tancos foi a violação de uma instituição militar e um furto. Agora, se é roubo, se é furto... Assalto é que eu não gosto, porque assalto implica que tenha havido confronto e empenhamento da defesa. Não houve isso, portanto, militarmente... Assalto é que eu não gosto, furto tudo bem.

Passando à resposta pragmática, diria assim: tirando as minhas opiniões e suspeições, perante a guarda que estava lá montada, armada e pronta para combate, no meu critério, nunca pensei que fosse possível ocorrer um assalto naquela instalação. Portanto, não tenho essa imagem de literatura de dizer que no melhor pano cai a nódoa, porque seria uma ofensa para os trinta e tal mil homens que fizeram e fazem segurança neste País...

Também convinha dizer que o comandante das Forças Terrestres tem à sua responsabilidade cerca de 45 Unidades militares com forças militares. Todas estas têm uma arrecadação de material de guerra única, todas estas são guarnecidas 24 horas por presença física, alarmes e sensores de intrusão e algumas por dados biométricos. Foi um projeto em que se gastou muito dinheiro, e bem gasto, derivado do assalto com furto de armas no Regimento de Comandos, na altura Centro de Tropas Comandos.

Queria dizer que não consigo responder à pergunta «Como é que se realizou aquela operação?». Não tenho dados, não sei. Sei é que, como comandante das Forças Terrestres, com a experiência que tenho da montagem de segurança e que gostava de partilhar em termos técnicos, é assim: levanto o estado de segurança consoante a ameaça... E as minhas diretivas são claras no sentido de que, se a ameaça aumentar, eu farei assim. Ou seja, nas Forças Nacionais Destacadas, a ameaça é presente e real, logicamente o estado de segurança é máximo, ou seja, nada é de confiar.

No território nacional, a nossa postura é a de segurança necessária. Não estou a dizer que é desprezável, que é abandono. Não era isso que existia. Existia a segurança que eu achava necessária — posso estar errado e posso ser criticado — para o paiol que estava em guarda física.

Como é que foi realizado aquilo? Sou franco e honesto: parece-me incrível que um cidadão português, com as suspeições que eu leio nos jornais, que é um antigo militar, que jurou bandeira, que fez serviços, tenha a coragem, tenha a vergonha de tentar entrar num paiol militar por motivos de dinheiro ou por outros motivos quaisquer que não são importantes. Uma pessoa que tem essa aleivosia tem de ter conhecimento da prática, dos procedimentos, do material que quer ir buscar.

Ouvi um Sr. Coronel dizer que devia ser obra de amadores. Eu nunca pratiquei essas artes, estou mais no lado dos amigos, portanto eu faço a segurança, não sei atacar paióis nem roubar armas e, portanto, não sei se são amadores ou se são profissionais, guardo isso para a parte criminal. Sei é que houve uma violação, que não pode ocorrer e que não era expectável que houvesse.

Portanto, eu diria assim: no meu melhor pano — porque era responsável pela segurança das 40 Unidades — caiu uma nódoa.

O Sr. Ricardo Bexiga (PS): — Obrigado, Sr. General.

Já fizemos um longo trabalho de audições de diversas personalidades. O Sr. General é já a 14.^a personalidade que aqui ouvimos. Temos também já acesso a um conjunto de documentos que nos foram enviados e hoje é claro para nós que, pelo menos desde o princípio deste século, era do conhecimento da estrutura de comando das Forças Armadas, concretamente do Exército, a situação de segurança ou de insegurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Vou, por exemplo, dar-lhe nota de um relatório do Comando das

Forças Terrestres de 2012, mas nós sabemos que antes já havia este diagnóstico

Em 2012, as conclusões desse relatório do Comando das Forças Terrestres eram as seguintes: não existia um plano de segurança, havia um deficiente equipamento de vedação dos paióis, o equipamento de vigilância eletrónico era obsoleto, o sistema de deteção instalado na vedação era inoperacional, inexistia um sistema de comunicações adequado e havia uma clara necessidade de limpeza e de desmatação do espaço dos paióis.

Entretanto, foi definido o efetivo de pessoal que devia montar a guarda. E esse efetivo estava definido pelo Comando das Forças Terrestres: um sargento, um cabo e seis soldados.

O que pergunto é se esse efetivo de pessoal de segurança aos paióis era compatível com o diagnóstico que os comandos do Exército já conheciam relativamente à situação das infraestruturas de segurança do Paiol de Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela questão.

Não fazendo minhas palavras de outros que já responderam, diria assim: julgo que o General Serafino já esclareceu tudo sobre a parte infraestrutural e que não me compete a mim responder. A mim, compete-me responder sobre a segurança.

Independentemente dos relatórios e da atuação ou não atuação dos meus antecessores, institucionalmente assumo tudo o que foi feito. No meu comando — e comandeí Santa Margarida —, face à ameaça que está definida, face aos recursos humanos que tenho disponíveis, face às missões que me são atribuídas... Não preciso, mas se quiserem eu digo: a principal atividade do Comando das Forças Terrestres é o aprontamento, a preparação e a disponibilização de forças para o Sr. General CEMGFA. Essa era a minha

missão prioritária. E eu queria dizer que a segurança é uma missão inerente a essa responsabilidade.

Portanto, perante a ameaça, perante o cenário, a minha gestão é a de considerar que os homens que lá estão são os homens necessários para a segurança. Enganei-me, caiu a nódoa no pano. Assumo as responsabilidades, mas só depois de saber claramente como é que a coisa foi praticada, porque tem a ver com que ameaça é que foi colocada aos meus homens e a postura que tem de ser averiguada. Não tive tempo para a averiguar, mas a postura que me foi relatada não era a que era determinada à guarda que estava no paiol. Portanto, há aí, claramente, responsabilidades a apurar.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Muito obrigado, Sr. General. Mas então...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, deixe-me só completar.

O General Menezes, sinceramente, haja ou não assaltos, em uma Unidade qualquer, e o Sr. Deputado Ascenso Simões conhece bem, pensa assim: nem um passo à retaguarda! Eu, General Menezes, não preciso de falar com o Comandante da Brigada de Intervenção nem com o Comando do Regimento de Infantaria n.º 13 em Vila Real, porque tenho a certeza que há um sargento da guarda que sabe o que é o distrito da Guarda. Há, de certeza, sentinelas e rondas montadas, a sua responsabilidade é, no período de atividade reduzida, guarnecer a vigilância do quartel e, portanto, não me passa pela cabeça que a guarda esteja a dormir, que as rondas não sejam efetuadas e nem me passa pela cabeça que a sentinela facilite a entrada de algum intruso com intenções malévolas ou criminosas. Portanto, foi assim que dormi descansado na véspera do assalto, peço desculpa, do furto.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O que está a dizer-me é não a ideia de que errou na perceção do grau de vulnerabilidade de segurança dos paióis, mas sim, perante a situação descrita, designadamente pela hierarquia que respondia perante o Sr. General, que não havia razões nenhuma para entender que havia uma vulnerabilidade maior do que a normal para aqueles paióis.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, ainda bem que me faz a pergunta, porque posso não ter sido claro.

A ameaça que tenho é a ameaça do estado de segurança alfa, ok? De todos os sinais que tenho, da visão global que tenho de cinco anos na componente operacional em funções de general, nunca foi relatado um incidente deste tipo. Quais são os relatos normais, as ameaças normais de que tenho relato? São miúdos que atravessam o perímetro militar para fazer desporto e não notam que existe uma vedação — Santa Margarida é um caso normal —; alguém que tentou roubar cobre da igreja, é um relato de um caso que também aconteceu.

Portanto, é este tipo de ameaças. E também lhe digo claramente que este seria outro debate importante de fazer nesta Comissão, também para dar liberdade de atuação aos nossos militares em território nacional, porque estão aqui Deputados que, se calhar, fizeram o serviço militar obrigatório — e nós estávamos naquele tempo dos blocos e das ameaças e não sei o quê —, mas há uma coisa que é certa e que a mim me faz um bocado de confusão: fui questionado, durante as minhas funções de Comandante das Forças Terrestres, várias vezes, por entidades públicas governamentais com responsabilidade, se as minhas patrulhas de vigilância deveriam ou não levar arma.

Pergunto a todos os Deputados: quando eu dou uma ordem a um comandante meu e digo que o perímetro está sinalizado e é proibida a sua

intrusão, qual é o enquadramento jurídico e as ameaças que estamos a criar que permitam aceitar que um cidadão nacional, por incúria ou intenção, seja alvejado com um tiro de G3 dentro de uma instalação militar? Eu serei o primeiro a ir a tribunal, porque nunca admitirei que a sentinela seja sujeita ao vexame de explicar por que é que utilizou uma arma se as regras de empenhamento eram que o primeiro tiro é de salva, o segundo é para o ar, o terceiro tiro é para avisar... e tentei acertá-lo nas pernas. Isto é linguagem militar.

A minha pergunta é esta: estamos preparados para aceitar esse procedimento? Vou dizer claramente: agora estou, porque em Mafra, quando comandava 260 cadetes, estava habituado a que quando havia uma prova topográfica em que nós dávamos o sinal de partida, os nossos recrutas, coitados, fugiam do instrutor e só depois é que pensavam em consultar a carta.

Não era raro que houvessem armas perdidas encostadas à árvore, mas a postura normal do nosso cidadão António Menezes é que uma arma que apareça na sua quinta vá ser devolvida ao militar. E várias vezes, em Mafra — também fiz tropa em Mafra —, eu, preocupado que estava ao ver chegar o soldado recruta sem arma, disse: algum recruta deve ter perdido a arma.

Hoje em dia há que mudar este paradigma. Não são precisas preocupações com o terrorismo ou o crime organizado. A postura que temos com as sentinelas tem de ser mudada, porque o tempo da «gente boa» e «filho de boa gente» não é geral, porque há muitos cidadãos que têm olhos no ouro.

Sou o primeiro a dizer que Tancos também me acordou para isso, porque estou habituado a ter uma postura em Força Nacional Destacada, em que uma ameaça é clara, mas em Portugal não estou, porque vou fazer uma missão de apoio a uma autarquia — e tenho de partilhar isto — e foi com surpresa que, uma vez, em plena serra de Monchique, uma equipa de engenharia, que levava um sargento, o operador da máquina e um

muniador da máquina, foi sujeita a tiro de arma de fogo para roubo de gasóleo à máquina. E a minha ordem foi simples: a partir de agora são todos armados e equipados e não há cá mais confusões! Mas recebi algumas preocupações da sociedade civil porque os militares estavam armados a operar a máquina de engenharia. Quanto à postura, só queria dizer isto.

Portanto, respondendo rapidamente à sua questão: o meu grau de ameaça, a postura de combate que eu esperava daqueles homens, até ver, nunca me falharam. O Regimento de Paraquedistas, o Regimento de Tomar, o Regimento de Engenharia, são homens que cumpriram a missão sempre por padrões de alto nível.

Claro que o estado final define o pano e a nódoa, porque o estado final é que durante o meu mandato, a minha guarda, não acontece nada, impecável; durante a minha guarda aconteceu a ocorrência. Foi por isto que fiquei consternado, envergonhado e pensei imediatamente: vamos corrigir o nosso procedimento.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. General, confesso que o que me surpreende um pouco, no que nos transmite, se bem entendi as suas palavras até à pouco, com a inquirição do meu colega do Grupo Parlamentar do PSD, é que vejo muita indignação da sua parte no que diz respeito à gestão política deste dossiê pela parte do Sr. General Rovisco Duarte, mas não vejo muita indignação da sua parte relativamente a esta falha na missão de segurança, sobretudo com o que está nos relatórios que hoje são conhecidos.

Por exemplo, vou citar-lhe outra das conclusões que está no relatório feito pelo comando das Forças Terrestres, concretamente pelo Regimento de Engenharia n.º 1, de que penso que também terá conhecimento, em que uma das conclusões é que foi apurado que o serviço de rondas era, em regra, realizado com grande ligeireza, de forma despreocupada, sem consciência de

que o fator humano era o único garante de segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos.

Percebo, um pouco, umas declarações do anterior líder do PSD, o Dr. Passos Coelho, na altura Presidente do PSD, quando, no dia 1 de julho, disse estar surpreendido por ainda ninguém da hierarquia militar ter apresentado a sua demissão. De facto, face ao que logo na altura foi conhecido dos factos e das características deste assalto, parece que com o que temos de nos indignar é com as falhas desta natureza, tão básicas, de forças militares que deveriam estar prontas a responder, independentemente do grau de ameaça, a situações como esta que se verificou no Paiol Nacional de Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, não posso concordar com nada do que disse porque isso não é verdade. O senhor está a dizer que o General Comandante das Forças Terrestres não se indigna com o roubo de Tancos?! Não se preocupa com a segurança?!

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Eu não disse isso!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Peço desculpa, foi assim que o entendi e perdoe-me a minha má interpretação.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Falava dos níveis de indignação!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Os níveis de indignação não são para aqui chamados, a questão é que como General CFT me tira do sério quando fala assim! E vou explicar-lhe porquê.

Eu tenho três anos de comando de tropas como general. Sou a primeira pessoa a tomar conta da ocorrência, sou a primeira pessoa a ficar indignada,

revoltada, e falei assim, cara com cara. Partilho da revolta e indignação do meu chefe militar.

O meu General Chefe estava revoltado e indignado. Todos os generais ficaram indignados. Não consigo conceber que um cidadão consiga ser escutado ou pedir escutas e que ninguém me avise. Não consigo conceber esta troca de informações, não consigo conceber! E essa é uma das razões para a minha postura, porque se eu tivesse sido avisado, garantidamente que em Tancos não entraria ninguém, como não entrou a partir dali, porque há sempre uma questão que tem de se estudar, quanto à ameaça e aos procedimentos, que são as réplicas.

As pessoas, quando tentam roubar, se não houver reforço da segurança voltam lá outra vez. A primeira coisa que fizemos foi aumentar imediatamente o estado de segurança, anunciar publicamente que as medidas estavam mais rigorosas. Portanto, fico surpreendido que se traga para aqui que a minha indignação é mais pela gestão política do que pelas minhas funções militares. Não me quero meter na política, sou responsável militar.

Portanto, quero dizer que eu represento os 30 000 militares que fizeram segurança às instalações e não tenho nada a apontar a 29 990 militares e há 10 militares, de que o senhor tem aí o processo de averiguações, que foi constatado que não fizeram rondas, não fizeram o seu dever. Ora, se não fizeram o seu dever têm de ser punidos e sou o primeiro a dizer isto.

Portanto, não estou a perceber. Peço desculpa pela minha alteração de humor, mas isto toca-me na ferida. O senhor está a dizer-me que eu dormi descansado depois de Tancos?! Eu não durmo desde Tancos!

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. General, falámos aqui muito também da questão da credibilidade militar, designadamente do ponto de vista da sua intervenção e de toda a forma como foi gerido o processo de

exoneração dos comandantes dos diversos regimentos responsáveis pela segurança de Tancos. O que lhe pergunto é se esta situação não teria sido evitada — e estou agora a falar do ponto de vista do alarme e da situação quase de desconfiança, de como foi possível isto ter acontecido —, se, eventualmente, os comandantes responsáveis pela garantia de segurança aos Paióis de Tancos não tivessem, eles próprios, apresentado a sua demissão, dado que era conhecido de todos e os depoimentos que tivemos aqui foram confirmados pelos coronéis e tenentes-coronéis que tivemos aqui, de que tinham conhecimento das debilidades da missão de segurança que estava a ser feita a Tancos.

Portanto, se tinham conhecimento e a missão de segurança não foi cumprida, dentro do que está, aliás, definido no Estatuto das Forças Armadas, isto é, que ao comando há a correspondente responsabilidade pelo exercício desse comando, pergunto-lhe se os Srs. Comandantes não deveriam, logo na altura, ter apresentado a sua demissão.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, obrigado pela questão que coloca.

Eu queria só dizer uma coisa: essa figura não me parece possível, porque as pessoas têm de perceber que o Estatuto diz isso, pode dizer isso, mas hoje em dia já foi revisto.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Houve tempo?!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, desculpe, deixe-me dizer-lhe que uma das razões por que os Srs. Coronéis não podem demitir-se é que se se demitirem passam à reserva, vão para casa com a pensão correspondente aos anos de serviço que têm, e têm sempre de ser sujeitos a requerimento do General Chefe.

Comigo já não é assim. É fácil, bato com a porta, passo à reserva e sou sujeito à infração pecuniária, à redução pecuniária sobre o que recebo. Para um coronel não é assim.

Mas o caso nem é por aí. Onde é que os coronéis falharam? O Sr. Deputado tem a certeza que os coronéis falharam em alguma coisa? É que não foi aberto nenhum processo a nenhum coronel. Foi aberto algum processo de averiguações ou processo disciplinar a algum coronel?

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Acha que deveria ter sido aberto?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — O senhor é que constatou isso, dizendo «esta situação seria evitável se os coronéis se tivessem demitido».

Mas por que razão é que eles se demitiriam? Já foi imputado algum ilícito disciplinar ao Sr. Coronel? Houve algum processo aberto pelo General Chefe ou pela cadeia de comando a um coronel? Houve tempo para isso? Não houve, não houve!

Estou a dizer-lhe que abri um processo de ocorrência no próprio dia, mas ninguém me mandou abrir um processo ao Sr. Coronel. Se eu tivesse apurado que algum procedimento do Sr. Coronel tinha sido incorreto ter-lhe-ia aberto um processo disciplinar ou um processo de averiguações que, se calhar, depois teria seguimento.

Mas também queria dizer aqui uma coisa de justiça. Os Srs. Deputados ouviram aqui os Srs. Coronéis. Não vou falar, nem fazer votos de consternação ou de preocupação. Sinceramente, se eu estivesse como Comandante das Forças Terrestres no ativo, os Srs. Coronéis viriam aqui porque têm de vir, mas eu estaria sentado ali, porque, claramente, isto também é um contributo para um mau entendimento da cadeia hierárquica, porque deve ser ouvido primeiro o responsável máximo e, depois, se ficarem

dúvidas por esclarecer, deve ser ouvido o outro. Mas essa é a minha opinião, não quero meter-me no regulamento que o Sr. Presidente já explicou aqui, superiormente. Portanto, esse aceito.

O que é de justiça dizer aqui é que o Coronel Comandante do Regimento tem as seguintes preocupações e problemas. O Sr. Coronel Comandante, hoje, não comanda o Regimento, tem meios a menos. O Comandante do Regimento nunca terá 600 homens. Tem 200!

E quando os Srs. Deputados, nos seus círculos, vão aos juramentos de bandeira, ficam entusiasmos. O vosso coração freme quando veem 30 ou 40 recrutas a jurar bandeira. Em Mafra, quando lá estava, eram 5000.

No serviço militar obrigatório, na praça de Abrantes não se conseguia fazer o juramento de bandeira. Hoje, faz-se com grande abertura e simpatia, mas são 30. E 30 representa o efetivo todo que vai reforçar o Comando das Forças Terrestres.

Eu tenho falta de 2000 soldados e recebo 30. Os comandantes são homens de uma grandeza militar que impoluta, até prova em contrário. E eu, como Comandante deles, digo que não tenho nada a apontar aos Comandantes que foram exonerados. Não tenho nada a apontar!

Se querem assumir responsabilidades, têm de perguntar assim: «Sr. Comandante das Forças Terrestres, se acha que os seus coronéis cumpriram a sua missão e cuidaram dos seus homens, por que razão os quer averiguar?».

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Então, pergunto-lhe: no seu entender e com o conhecimento da circunstância de na altura ser o Comandante das Forças Terrestres, quem são os responsáveis por ter falhado a missão de segurança dos paióis nacionais de Tancos, dado que todos os Srs. Comandantes que aqui estiveram, reconhecendo também a falta de recursos humanos, que, aliás, é pública, nunca se queixaram dizendo que foi devido a essa falta de recursos humanos que o assalto a Tancos teve lugar?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, julgo que fui explícito na minha declaração inicial.

O Sr. Deputado quer saber quem é o responsável pelo acontecimento do furto de Tancos?

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Não na prática. Quero saber quem foi o responsável por isso ter sucedido.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não interessa. Nós, militares, não temos práticas e procedimentos. A missão é atribuída e são alocados recursos. Eu dei a missão a quatro Regimentos meus — um é meu mas não é da cadeia de comando, é numa cadeia de comando direta, que é o Regimento de Engenharia — de fazer a segurança rotativa.

Assumi que os meios que atribuí eram suficientes para a missão. Se a missão falhou, como o Sr. Deputado considera, e bem, que falhou, só há um responsável: António Xavier Lobato de Faria Menezes. Não posso ser mais claro.

O Sr. **Presidente**: — E o Sr. Deputado Ricardo Bexiga já não pode fazer mais perguntas, pelo menos nesta ronda.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o Sr. Tenente-General Lobato de Faria Menezes e agradeço as respostas que já nos trouxe.

Vou reorientar algumas questões que tinha para lhe colocar, uma vez que o Sr. General já respondeu a algumas delas, e de forma bastante pormenorizada, na primeira parte da audição.

Considera o Sr. Tenente-General que, com os acontecimentos de Tancos, o Exército foi atingido na sua credibilidade? A segurança do País esteve em causa ou não com esses acontecimentos?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Saúdo o Sr. Deputado e agradeço a sua pergunta.

Respondo-lhe assim: por amor de Deus! A segurança nacional esteve em causa?! O Sr. General Menezes incorreu num erro terrível. Aumentei o estado de segurança das Unidades do País sem haver aumento da ameaça. A Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna disse, neste Parlamento, que tinha sabido pela comunicação social e nunca deu ordem ao General CEMGFA para aumentar o estado de segurança.

Na reunião de 5 de julho, fiquei surpreendido. Como militar, digo-lhe claramente que não comento decisões políticas. Não comento! Aceito-as e cumpro-as.

A questão é simples: o País é assaltado e o estado de segurança é o mesmo? Por amor de Deus! Fico preocupado! Então, quer dizer, assaltam o paiol de Tancos e continuo a fazer segurança com o efetivo que lá estava? É assim que esperam que eu reaja? A medida de segurança que me disseram é a resposta que tenho de dar... Eu não, eu achei que não.

A proposta que fiz ao meu General Chefe é: independentemente da avaliação, considero que nunca mais vamos afrouxar isto, porque já acordei mal um dia, não acordo mais. Portanto, isto não acontece.

Além disso, em relação ao estado de segurança do País, como foi constatado em reunião de segurança interna, chegou-se à conclusão de que já havia desenhos tenebrosos. Pela natureza do material furtado, ou seja,

sabendo da letalidade daquele material — e respondo já a uma futura pergunta que haja —, confesso aos Srs. Deputados que dormi mais descansado um pouco quando o material foi recuperado, porque eu sei o grau de letalidade dele. E não me venham com a conversa de que os lança-granadas foguete estão fora de prazo, porque eles fazem danos da mesma. Eles falharam uma vez ou duas. Portanto, o lote foi todo considerado obsoleto e será destruído.

A segurança do País só poderia ser melhorar, a meu ver, quando foi recuperado o material. Enquanto o material esteve solto — ou está solto ainda, isto tem de ser apurado —, qual é o grau de letalidade e de ameaça que podem fazer? Isto é importante saber.

Digo-lhe claramente: fico preocupado que, no estado de investigação criminal e com a separação de poderes, estejamos a brincar com a segurança nacional.

Portanto, era obrigatório, digo eu, e sujeito a qualquer crítica da parte de toda a gente... Tenho amigos na Polícia Judiciária e na Polícia Judiciária Militar também... A investigação tem de ajudar imediatamente ao restabelecimento da segurança. E têm de me dizer assim: «Esqueçam lá, isto foi com conluio interno». Isso, para mim, é logo um sinal claro de que tenho de fazer mais averiguações internas, tenho de ver o pessoal que estou a manter no paiol, que, se calhar, tem de ser mais registado, mais apurado, mais entrevistado. É que os quarteleiros, e eu dizia isso francamente, são sujeitos a um escrutínio total — registos criminais, famílias, de onde é que vêm, o que fazem, confiança do comandante, etc.

Quanto à segurança, todos os militares fazem segurança. Se calhar, temos de mudar isto e o Sr. General Rovisco Duarte, numa das investigações que mandou fazer, concluiu exatamente isso. Há que aumentar o escrutínio do pessoal que faz a segurança.

Repondo rapidamente ao Sr. Deputado: considero que, a nível militar, a segurança do País, face à ameaça, tinha de ser acautelada, tinha de se subir o estado de segurança. Julgo eu que era um bom sinal.

Depois, claramente, devia ser apurado não no sentido criminal ou no sentido de crueza de julgamento... Mas faz-me confusão, porque eu, como General Comandante das Forças Terrestres, nomeadamente quando há operações de segurança de eventos de grande responsabilidade, estou sentado a uma mesa parecida com esta e as conclusões são sempre as mesmas — temos de partilhar mais informação, temos de operacionalizar conceitos de trabalho das Forças Armadas com as formas de segurança. Ora, por amor de Deus! Perante a primeira evidência isto falha?! E se fosse uma ameaça mais grave?! Guardavam segredo?!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Tenente-General, há pouco, referiu que — e também o disse na comunicação social —, com a exoneração dos cinco comandantes, houve uma quebra de vínculo sagrado entre os comandantes e os subordinados.

Depois, escreveu no *Facebook* — também já aqui o disse — que, e cito, «(...) na parada nem marchar com o passo trocado, violando valores e princípio espartilhados com excepcionais oficiais, distintos sargentos, exemplares praças e dedicados civis que servem Portugal e os portugueses todos os dias e em todas as circunstâncias».

Afinal, quem é que estava com o passo trocado? Está a referir-se ao Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército na altura ou a mais alguém?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, agradeço a sua atenção por ter lido o meu *Facebook*, porque, na verdade, tem pouco interesse. Tenho corrido e tenho lá posto umas fotografias de corrida. Agora estou numa fase em que não faço mais nada.

Quando escrevo, escrevo o que me vai na alma. Não sei em que data é que isso foi escrito, nem sei gravar aquilo que escrevi. Estou a tentar escrever um livro e já pedi à minha filha para ir buscar os textos que escrevi.

Desde os nove anos que vivo militarmente. O meu pai é militar, o meu tio é sargento, portanto cresci em berço militar. O meu pai foi preso no Estado da Índia numa invasão da União Indiana. Pagou o preço de ser prisioneiro de guerra... Não vou dizer mais nada!

Vivi o drama dos saneamentos, das exonerações, da política, dos camaradas que não se falam. Fui a um funeral de um tio meu e foi lá que os do curso dele fizeram finalmente as pazes. Portanto, veja as sequelas de quando a política entra na parte militar. Veja as sequelas! Homens que eram do mesmo curso da academia fizeram as pazes no enterro. Custa-me tanto ver isto. E pela primeira vez assisti à volta destes fantasmas...

Isto não pode aparecer aqui. Os militares não têm partido, os militares não são acéfalos. Sabem pensar, sabem analisar e ler a situação. Digo uma coisa com toda a certeza e o Sr. Deputado sabe disso perfeitamente: posso não concordar com as posições políticas do seu grupo parlamentar no que respeita à NATO ou à União Europeia, mas, se o Sr. Deputado estiver aflito em algum cenário possível, nenhum soldado vai pensar no facto de o Sr. Deputado ser do Bloco de Esquerda. O Sr. Deputado é um português e eu sirvo Portugal.

Em relação ao passo trocado, nós, no Colégio Militar, usamos uma expressão: «As mães, quando olham para a formatura, veem sempre que há um miúdo que vai com o passo trocado». A visão delas pode ser «o meu filho é o único que vai com o passo certo».

Queria dizer ao Sr. Deputado que, infelizmente, ainda hoje, estou convicto de que ia com o passo certo, e não foi a minha mãe que me viu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente à exoneração dos comandantes e, mais concretamente, ao seu pedido de exoneração, o Sr. General teve manifestações de apoio e até de mal-estar, já aqui frisou, no seio do Exército.

Veio a público que houve um movimento, na altura, dinamizado por um oficial na reserva, que convocava — depois, foi desconvocada — uma marcha de consciência de entrega simbólica das espadas junto à Presidência da República.

O Sr. General teve conhecimento deste movimento? Se sim, incentivou-o? Ou teve uma posição contrária? Gostaria que esclarecesse esta questão.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, com toda a franqueza e com toda a frontalidade: tenho uma formação militar e tenho uma formação de berço e de Colégio Militar que faz com que não consiga perceber manifestações de militares. Sinceramente, nunca me verá nisso. Violeiei esse princípio, pela primeira vez na reserva, quando fui a um jantar de homenagem a um coronel comandante do regimento. Estive lá presente. Tenho a certeza que devia lá estar, mas isto não é para objeto desta Comissão.

Desconheço completamente quem esteve na origem do «movimento das espadas». Mas posso dar-lhe a certeza — falo por mim e pelo General Calçada — que não sou de direita nem de esquerda, sou às direitas. Nunca, nunca, entregaria a minha espada em símbolo de protesto. A espada morre comigo.

Portanto, não tenho conhecimento, não apoiei, não sei de nada. Li no *Facebook* e assisti às declarações públicas. Alguém quis associar a nossa demissão a isso, o que é totalmente despropositado. E quem tem essas

leituras tem fantasmas encobertos. Eu não tenho e o Sr. Deputado também não.

Estamos aqui a falar olhos nos olhos e eu vou dizer-lhe: sou incapaz, por alguma razão, e poderia haver mil razões... Quando bati com a porta, assumi claramente que era um dever de consciência para comigo mesmo e não desrespeitei ninguém. Já disse aqui. Quem ficou, ficou, achou que devia ficar. E o Sr. General Rovisco Duarte tem de ter as condições todas para comandar.

Apoiei o meu sucessor, dei-lhe palavras de estímulo, dei-lhe palavras de ânimo, tive uma reunião com ele, sofri a prescrição de consciência. Mas isso é um dever que tinha de suportar. Sabe perfeitamente que o homem do passo errado e do passo certo volta aqui à conversa.

Sei as consequências que isto ia representar. Em consciência, prefiro viver chateado, amargurado, mas nunca rancoroso. Fico amargurado porque gosto de ver o Exército e a Nação elevados e, neste momento, julgo que está a caminhos largos para isso ser saneado, no bom sentido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, na mesma altura, ocorreu um jantar de homenagem ao Coronel Pipa Amorim, na mesma altura, mais ou menos,...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Um ano, um ano... Não, não, isso é um ano depois.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Pelo menos veio na comunicação social.

Quanto a esse jantar, de homenagem ao Coronel Pipa Amorim, o Sr. General sabe quais os motivos desse jantar?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, o Sr. Presidente tem de me ajudar um bocado.

Se quiserem fazer uma comissão parlamentar de inquérito sobre os comandos, estarei aqui com muito gosto. Julgo que relacionar a exoneração do Sr. Coronel Pipa Amorim com este objeto... não me parece que tenha grande interesse, mas responderei...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Era só uma pergunta.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Presidente, responderei, mas não estou a ver a ligação.

Já estou na reserva, é uma exoneração que se passa por outra situação, que não tem nada que ver com Tancos.

Posso dizer ao Sr. Deputado, com toda a franqueza, se o Sr. Presidente permitir estou pronto a responder, que é assim: o Sr. Coronel Pipa de Amorim foi exonerado, legitimamente, pelo General Chefe. O General Chefe tem competência para nomear e exonerar.

A meu ver, e agora estou a falar em consciência, como militar na reserva, também deve, com toda a frontalidade, explicar claramente os motivos — é que o normal é um comandante estar dois anos no Regimento — e não se pode escudar na razão administrativa.

O Sr. General Rovisco Duarte dizia — com toda a frontalidade, sou o primeiro a dizer, foi isso que eu disse —: «O Sr. Coronel Pipa de Amorim perdeu confiança no meu coronel. O meu coronel falou, eu não gostei do que o senhor falou e vou retirá-lo do comando.» E eu bati continência e disse também: «Ó Pipa de Amorim, bateste os pés? O nosso General perdeu a confiança; estamos na tropa...».

Mas envolver isto numa couraça administrativa que parece... Não, isto parece que foi só... Isto é a tal doutrina de não responsabilização. É que a exoneração não é uma figura de punição. Mas em casa, é uma punição!

Não gosto de chegar... A exoneração administrativa é: «Sr. General Menezes, fez três anos e vai para General CFT. É exonerado de Comandante da Brigada». Isso, para mim, é um movimento administrativo.

Mas um mandato em que o Sr. General Chefe me chama e me diz: «Sr. Coronel, o senhor vai ficar lá dois anos, quero que faça isto, faça aquilo. Tem algumas dificuldades, o que é que quer, etc.?» E, um ano depois, coincidente com uma atuação pública ou não pública, decorrente de uma defesa bem feita ou mal feita num discurso, é exonerado, a pergunta que se faz é: porquê? Porquê?! Qual foi a pressão? Porquê? Diga-se!

O Sr. General Rovisco Duarte tem de dizer: «Eu não tenho nada que explicar. É das minhas competências e, portanto, achei que o Sr. Comandante portou-se mal, ou portou-se bem...» — nem precisa de explicar! — «... e decidi exonerá-lo.» Mas, mandar passar o lugar, que é uma transferência administrativa... Eu, como militar, não me senti bem. Não me senti bem, porque fui eu que escolhi o Amorim. Está a ver? Cá está, mais uma vez. Tenho um azar bestial, escolho mal os comandantes. É um azar. São todos exonerados os meus comandantes.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, já vamos à razão pela qual fiz esta pergunta. Mais à frente o Sr. General compreenderá.

O Sr. General também falou aqui sobre a missão no Kosovo, com que, enfim, o Sr. General não concordou...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Militarmente!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Não concordou.

Passo a citar, também, umas expressões que escreveu no *Facebook*, sobre o fim da missão no Kosovo, na altura, em que disse: «... era uma decisão política, com pouca ou nenhuma discussão mediática ou em sede parlamentar e que ...» e foi desmentido pelo Ministro da Defesa de então.

E o Sr. Ministro, a um órgão de comunicação social, disse que a situação foi discutida, numa sessão específica da Comissão de Defesa, no Parlamento; foi amplamente discutida aquando da discussão do Orçamento; foi amplamente apreciada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional; e referiu ainda que não foi uma decisão clandestina, nem semiclandestina, e que foi muito pesada no Conselho Superior de Defesa Nacional, presidido pelo Chefe de Estado e onde estão representados agentes políticos, órgãos de soberania e chefias militares.

E disse mais. O Sr. Ministro disse o seguinte, e passo a citar: «está demonstrado que um general no ativo mais rede social não costuma dar bom resultado e que o comandante operacional do Exército não era inimputável».

O Sr. General sentiu-se atingido com estas declarações? E confirma aquilo que escreveu?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, o Sr. Ministro da Defesa Nacional... Cá está, vamos voltar a falar das relações político-militares.

Considero que abusei da palavra. Fui repreendido, pessoalmente — e bem! — pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército verbalmente, que me disse: «não devias ter dito isso; não devias ter escrito isso no *Facebook*». Eu respondi: «Rovisco, tens toda a razão».

Agora quero explicar porquê: nunca pus em causa o Conselho Superior de Defesa Nacional. Seria completamente impróprio. O que pus em causa foi o parecer militar que escrevi. O que pus em causa foi o parecer

militar que o General Chefe transmitiu em conselho de chefes. O que pus em causa é que esse parecer militar, os motivos que foram lá apresentados, nunca foram postos a debate.

Sabe quais eram? Vou dizer-lhe: a missão no Kosovo — não tem nada que ver com política, é militar, puro... As Unidades têm um ciclo de treino ideal que é: entram em aprontamento, fazem o seu treino militar em tarefas e são empregues na missão. Certo?

A paragem da missão, na altura em que foi feita, interrompeu um ciclo de treino, com problemas de motivação, no recrutamento... E foi isto tudo o que pus no meu parecer, porque a missão, em si, é uma missão política.

No que diz respeito ao militar, preparei a tropa para cumprir aquela missão, mas senti claramente que aquilo era um fator de desmotivação, porque havia militares, ao terceiro ano de contrato, que tinham de meter o contrato, que se ofereceram para essa missão e cujo fim desse cenário os obrigaria a meter o contrato, porque eles iam-se todos embora. E foi isso que disse.

Respondendo rapidamente: o General Menezes é frontal e igual. Acho que o Sr. General-Chefe do Estado-Maior do Exército procedeu comigo de forma lisa, como militar. O Sr. Ministro da Defesa Nacional não tem nada que ver com isto. Com o devido respeito. Tem de dizer...

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Mostra o País!

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Posso completar? Posso completar? Se não me interpelar, vou completar.

A competência disciplinar é do Sr. General Chefe, ok?

O remoque do Sr. Ministro da Defesa... Se eu fiz mal, ele fez pior.

O *Facebook* que utilizei foi mal utilizado, porque tenho de falar para a tropa e não tenho de falar em público, no *Facebook*. Aí, dou toda a razão

ao Sr. General Rovisco Duarte. E dou razão também ao Sr. Ministro, que ele pode dizer isto, mas não precisa de o dizer em público. Bastava dizer ao Chefe do Estado-Maior: «Vê lá o que é que se passou com o teu CFT, que ele enlouqueceu. Então põe isto no *Facebook*?! Olhe que isto foi discutido, foi debatido e tudo.»

O que quis dizer à tropa, e a minha intenção foi má, foi péssima, o que lá foi metido foi incorreto...

É simples: «Sr. General-Chefe, não gostei de ler no *Facebook*»... Aliás, o Sr. Ministro não leu. O que é mais grave é que eu sei de tudo isto e sabemos como é que isto se faz.

Sabe como é que se faz? Há um jornalista, que lê o meu *Facebook* desde que eu sou General CFT. Há um jornalista, eu sei o nome dele, mais grave até, conheço-o de muitos cenários, em que ele esteve comigo e com a minha tropa! Mas, repare bem, nunca me telefonou. Agora, que o Sr. Ministro já se demitiu, veio confessar-se: «a minha missão era dizer isto...».

Acha normal, isto?! Acha normal isto? Quer dizer, mas então sai no *Jornal de Notícias* o meu *Facebook*?! Então o *Facebook* do General Menezes a dizer «a minha filha fez anos ontem», porque é que isto não sai no *Jornal de Notícias*? Tem interesse? Não tem!

Mas eu fiz mal. Eu fiz mal! Eu fiz mal, assumo claramente!

Já lho disse, o Sr. General-Chefe falou comigo: «eh pá, está a dar uma bronca bestial, vê lá tu que no *Jornal de Notícias* saiu isto, que tu dizes, no *Facebook*, dizes que nós não concordamos...» E eu respondi: «Eh pá, Rovisco, desculpa lá, olha meti os pés... Mas queria dizer isto para a nossa tropa, que nós defendemos. Defendemos o argumento. Pronto, fiz mal.» Olhe, cá estou...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. General considera que não devia ter escrito aquilo, e frisou que se excedeu e que hoje não o faria, não é?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas estou cá para responder a perguntas sobre Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Claro, claro!

Mas isto é...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Tenho muito prazer em responder sobre isso, mas se quer fazer um julgamento à minha atividade no *Facebook*, estarei disponível em qualquer outra altura.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas isto tem que ver com Tancos. Quer se queira quer não, na minha opinião, tem que ver com Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não vejo a relação entre Kosovo e Tancos, desculpe lá.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Desculpe, Sr. General, o que ia perguntar era o seguinte: quando chegamos aos acontecimentos de Tancos, não teriam outros incidentes permitido gerar aqui um sentimento já de mal-estar? A situação já não estaria — e, desculpe-me a expressão entre aspas — «azedada», por exemplo, entre o Sr. General e o Sr. Ministro, entre o Sr. General e o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército? Os acontecimentos de Tancos não acabaram por extremar, até, algumas posições, por exemplo?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, separo claramente as pessoas dos cargos. Sinceramente, não consigo ver essa leitura que faz, do exacerbar do relacionamento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Só estou a perguntar, Sr. General.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Mas tem algum dado disso?

É que, sinceramente, e vou-lho dizer claramente, isso é do foro pessoal... Tenho de respeitar os órgãos de soberania, ai de mim. Isso não faz sentido, eu estou aqui, tenho o máximo respeito por todos.

O Sr. Deputado pode fazer-me as perguntas que quiser, que tenho o direito e a obrigação de responder. A questão é a seguinte, e peço desculpa: essa sua frase interpreta uma coisa que, sinceramente, me surpreende. Havia um mal-estar entre o General Menezes e o Sr. Ministro da Defesa Nacional? Mas de parte de quem? Da minha parte?!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Só estou a perguntar...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Já transmiti aqui, o Sr. Ministro é Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro João Pedro — é João Pedro, não é? — Aguiar Branco era Ministro da Defesa Nacional fechou Odivelas e fundiu no Colégio Militar.

Uma vez em Tancos, sentou-se ao meu lado e o Sr. General Araújo, CEMGFA, disse assim: «Ih, Sr. Ministro, não podia ter pior companhia. Tem aí três ex-alunos do Colégio Militar ao seu lado». Ele, sem querer — coitado do Sr. Ministro — diz assim: «Eh pá, então vou ser atacado...» E eu

respondei: «Sr. Ministro, não tenha problemas, porque o senhor é político, tomou uma decisão política em consciência, deve ter algum argumento. Só quero que faça uma coisa:...» — que, ontem, o Sr. General Jerónimo disse aqui — «Admiro imenso a coragem de um político que fecha uma instituição e vai lá fechá-la. Isso é que é coragem política.»

Eu, como ex-aluno, não como General do Exército, estaria nos claustros a bater as mesmas palmas que bati, quando ele fez um discurso, no início do ano letivo, em que disse que os colégios eram para manter. Mas ouvi bem as palavras do Sr. Ministro e ele disse que era um de género e um de ensino. As pessoas é que não ouviram, pensaram: «ah, deve ser o dos pupilos que vai fechar, não é para mim, portanto, vou bater palmas.» Mas não, o Sr. Ministro tinha essa ideia...

Só tenho uma coisa a dizer, é que o Sr. Ministro Aguiar Branco nunca foi ao Colégio Militar, a partir daí. Isso é que...

Não é para ouvir vaias, porque o Sr. Ministro Aguiar Branco ouviu vaias e eu, como militar, fiz guardas de honra com vaias, e os senhores sabem isso. E não há nada mais ofensivo para um militar do que prestar honras a um organismo do Estado a ouvir vaias.

É a liberdade de expressão, mas olhe que, para um militar, custa imenso estar ali. E eu não olho para as cores políticas, estou a prestar honra a uma entidade. A entidade representa o Estado e os militares que estão ali, estão a ser sujeitos a insultos, impropérios, e têm de estar ali, têm de manter a disciplina.

Portanto, sobre isso, e vamos acabar com esses fantasmas, é assim: quero que o Sr. Dr. Azeredo Lopes tenha uma vida feliz; é, de certeza, um homem excecional, como eu sou. Não tenho nada a apontar ao cidadão António Menezes ou ao cidadão Azeredo Lopes. Como político, tenho uma opinião sobre a crise que espoletou, com a demissão do seu General Jerónimo.

Peço desculpa, mas isso, o Sr. Ministro sabe, porque, quando foi a audição para possíveis sucessores, ele perguntou-me e ele sabe o que eu lhe disse. Portanto, nada mais franco e frontal. Eu disse-lhe que, se fosse General-Chefe e tivesse ocorrido a mesma coisa, também me demitiria. Ele, depois, perguntou-me se eu achava bem a questão do Colégio Militar, etc. Portanto, foi uma conversa que pensei que era para diretor de Colégio Militar. É a única crítica formal que tenho a fazer.

No relacionamento, nunca mostrei má cara a nenhum político, nunca fui descortês, porque isso não é da minha educação, se tiver alguma coisa para dizer, em termos de posições militares, transmito-o em sede própria. Um General CFT não tem de criticar ministros, tem de falar com o seu General-Chefe.

Portanto, acabava com esse assunto assim: em nenhum momento a crise de Tancos tem que ver com o agravamento de um estado de espírito ou de relacionamento com o Sr. Ministro.

Da minha parte, não tomei nenhuma decisão pensando que o Ministro se chamava Azeredo Lopes, Aguiar Branco ou António Menezes.

Não, sinceramente, na minha decisão, não tenho nada a apontar ao Sr. Ministro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, só para terminar esta parte, e também já foi aqui referido, quando o Sr. Ministro, o anterior Ministro da Defesa, se demitiu, o Sr. General, publicamente, saudou com energia essa iniciativa e disse que representava o regresso a uma cultura de responsabilidade política. Já aqui falámos sobre isso.

Considera que o Sr. Ministro foi irresponsável politicamente?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, dá-me licença que corrija? Nunca disse responsabilidade política. Falei no regresso de uma cultura de responsabilidade, política...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Está escrito, assim?! Se o Sr. Deputado leu...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, vou citar...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Vai citar-me? Então pronto...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Vou citar o que vem num órgão de comunicação social, no dia 12 de outubro de 2018.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Num órgão de comunicação social?!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — É um órgão de comunicação social e é de 12 de outubro de 2018.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não, não!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já lhe mostro: «Saúdo com grande energia esta iniciativa, que representa o regresso a uma cultura de responsabilidade política e, com certeza, irá contribuir para uma salutar

serenidade e maior credibilidade da instituição estruturante do Estado que são as Forças Armadas». Fim de citação.

Confirma, não é?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não sei, não tive acesso a essa... Por isso é que digo, se escrevi isso, sim... Mas qual é o ponto que o Sr. Deputado quer fazer?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Era se considera que, perante estas declarações, a serem verdade, o Sr. Ministro agiu de forma irresponsável?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, não vamos estar aqui, agora, a fazer leituras cruzadas porque não tenho acesso às declarações que o Sr. Deputado faz, em qualquer sítio. Não tenho nem quero saber!

Mas o que é que isto tem a ver com Tancos? Não estou a perceber. Sinceramente, não percebo. Se tiver interesse, vou responder à sua pergunta, mas acho que não tem interesse para ninguém.

É assim: a mim, o Sr. Ministro Azeredo Lopes nunca me disse frontalmente que tinha alguma dificuldade de relacionamento comigo e eu nunca manifestei nada publicamente. Agora, peço desculpa, mas quando passo à reserva, perante o cenário — e quero dizer isto com toda a verdade! — de gestão política e militar desastrosa que se passou, não posso ter boa opinião! Peço desculpa!

Não faço julgamentos políticos. Considero a responsabilidade... pela minha demissão, aceito as minhas responsabilidades. Pela gestão política danosa, que transformou o clima nas Forças Armadas num clima de suspeição, em que o General Chefe esteve um ano só a responder a Tancos, a questõezinhas e a questiúnculas, que não conseguia comandar o Exército...

isto tudo é um problema e alguém deveria, na altura correta, ter posto termo a isto! Era só isto que queria dizer.

Não tenho medo de confrontações com aquilo que escrevi. Escrevo tudo o que... estou aqui à vontade. O meu sentimento é este: a partir do momento em que não houve uma assunção clara da responsabilidade das consequências, militares e políticas, a gestão entrou em gestão danosa! Danosa para a credibilidade das instituições.

Não faço julgamentos de cores nem de nada. A questão é que os militares têm culpa e os políticos têm culpa, mas alguém — alguém! — deveria ter dito: a leitura tem de ser esta, perante a dimensão da gravidade da situação, perante o cenário de desgaste que vai haver.

As Forças Armadas nunca podem ser motivo de debate ou de disputa partidária. Não podem, porque servimos a todos e quem traz isto para o debate perde, seja de que cor for. Tenho amigos de várias cores políticas e disse-lhes: «não podem pôr a demissão de um chefe militar como agenda política, porque vocês questionam políticas não questionam militares! Amanhã, o Governo troca e o chefe militar pode ser o mesmo. Com que cara é que, depois, vocês falam com ele? Não pode! Isto é um erro estratégico, o debate tem de ser sempre ao nível político. Peçam a ‘cabeça’ do Sr. Ministro, discutam essas coisas todas, tudo bem. Ao nível militar não! Senão estão a fazer do chefe militar um político e, depois, como é que isto anda para a frente? Como é que os soldados olham para o chefe militar?». Esta é que é a minha reação epidérmica.

Alguém deveria ter lido os dados da situação e dito: isto não pode parar porque há aqui danos irreparáveis, ou dificilmente reparáveis. O processo criminal vai ter uma duração que não é mediática, não tem um tempo político nem um tempo mediático, e não se pode aguardar pelo final, por saber se foram o «Fechaduras» e o «Zéquinha das Osgas» que assaltaram com um

canivete e não sei quê, para se assumir o fecho deste *dossier* rapidamente. Um *dossier* que afeta a credibilidade do Estado!

O que estou a dizer é o seguinte: se achei que a demissão do Sr. Ministro foi motivo de júbilo? Não. Não lancei festas nem fiz festejo porque respeito imenso o cidadão. Que é um ponto de partida para o saneamento deste desgaste das instituições do Estado, sim, é um ponto de partida. Vou dizer-lhe mais, com toda a frontalidade, e assumi-o no dia em que bati com a porta e disse claramente: «Tenho pena, se tiver razão e tiver o passo certo — volto à minha imagem —, mas isto só se resolve com a demissão de um chefe militar e com a demissão de um chefe político, ou de um nível político. Aí, este cenário fica fechado.». Tenho pena, é a minha opinião.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, o que é certo é que tivemos o assalto, o roubo ou o furto em Tancos. De acordo com vários documentos, com o que é dito em vários relatórios, os sistemas não funcionavam desde longa data. Isso é reafirmado em muitos relatórios — em 2000, 2006, 2007, 2012, 2013 —, em muitos dados das forças terrestres, e outros que poderemos citar. O Sr. General tinha conhecimento dessas lacunas e deficiências, desde a rede periférica a sistema de para-raios que não funcionavam?

Nesses relatórios são apontadas medidas e propõe-se, efetivamente, que aquilo seja resolvido. Isso é inegável, sem dúvida, mas afinal, Sr. General, por que razão é que isso não foi resolvido? Tendo em conta que era uma estrutura complicada, difícil em termos militares, com um número de homens reduzido — talvez, não sei, o Sr. General dirá se aqueles militares eram suficientes —, com todo o sistema de videovigilância inoperacional, não obstante serem colocadas cassetes num sistema de videovigilância obsoleto, segundo o que aqui nos foi relatado por um comandante, mas essa é outra questão, e tendo em conta que os chefes militares dizem sempre que

estão prontos para todas as missões, pergunto: por que razão os chefes militares, que, à partida, deveriam ter força, não dão um murro na mesa quando é necessário e não dizem «meus senhores, isto não pode continuar, tem de ser resolvido, pois podemos ter aqui um caso grave»?

E, de facto, tivemos um caso grave. Só não foi mais grave porque, enfim... se aqueles explosivos têm caído em outras mãos, como o Sr. General já confirmou, poderíamos ter tido situações graves. Aliás, os procuradores do Ministério Público também o disseram, que dava para explodir, enfim... não vou agora referir.

Portanto, Sr. General, porque é que, ali, o problema não foi efetivamente resolvido, mas para operações externas parece que há sempre verbas? Parece que os militares estão sempre prontos e vão para todas as operações externas e num caso destes, enfim...

Já ontem o Sr. General Carlos Jerónimo — e com isto termino — disse que, com a Reforma 2020, manteve-se a componente operacional mas reduziu-se a componente fixa. Afinal, onde é que estamos? Como é que o Sr. General pode explicar isto?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, vou tentar ser breve, conciso e simples na resposta. Eu, General Menezes, defendo e leio os documentos que a política define — o Conselho de Estratégia de Defesa Nacional, o Conselho de Estratégia Militar — e, independentemente das posições dos grupos parlamentares, considero que Portugal está mais seguro no seio das alianças de segurança e defesa. Considero que a nossa participação na NATO, de que somos membros fundadores, a nossa participação na União Europeia, onde as missões não têm carácter executivo, ou seja, são missões de treino, e a nossa participação nas Nações Unidas são missões importantes.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — São prioridade!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Se me deixar completar, poderei alongar-me. Não estou a interpretar as decisões políticas, estou a ler a minha maneira de ver as coisas.

Gosto que o meu País tenha as Forças Armadas capazes de serem certificadas, de ombrear com os seus aliados, de estarem aptas a resolver responsabilidades que lhes são cometidas e isto foi a prioridade de todos os Governos enquanto fui General CFT e comandante de brigada.

Não vou elaborar mais sobre a diferença entre certificação de uma força segundo padrões NATO, em que a força é testada, inspecionada e declarada pronta, igualzinha aos outros membros, ou segundo padrões das Nações Unidas, em que Portugal tem estatuto de superpotência na República Centro Africana em termos de capacidades.

Sr. Deputado, em termos de capacidades, a força militar portuguesa é uma superpotência, ou seja, o grau do seu armamento, da sua operacionalidade, do treino certificado de padrões NATO, naquele ambiente operacional, tem categoria como... É apontado por toda a gente, mas o desempenho não me surpreende, a mim, porque não tenho nada à minha volta que se equipare em termos de certificação, em termos de padrões, em termos de equipamento.

Quanto a equipamento, o que para nós é importante — e disso, como Comandante das Forças Terrestres, nunca abdicarei nem nunca abdiquei — é que onde quer que o nosso militar, o nosso cidadão fardado, homem ou mulher, esteja a desempenhar uma função de Estado, eu tenho de lhe dar tudo. Tudo! Isto implica que toda a gente — eu sou, como lhe disse, o maior beneficiário—, a logística, o pessoal, toda a gente coloca o melhor recurso nesse empenhamento, não descurando as outras missões. Certo?! Não

descurando as outras missões, e vou falar da gestão do risco e da gestão dos meios.

Tenho pena de não estar cá o Sr. Deputado que foi Secretário de Estado da Administração Interna, porque fiz três épocas de incêndios. Numa fase inicial, os incêndios são geridos pelo Plano Faunos, um plano gerido pelo Instituto de Conservação das Florestas, basicamente, de abertura de faixas de gestão de combustível com o empenhamento da Engenharia e patrulhamento de proximidade para alertar as populações. Estou a falar de antes de Pedrógão, nem sequer tem a ver com Pedrógão.

Esse plano é feito, pela perspectiva do Exército, por empenhamento de «*no benefit, no costs*». O que é que isto quer dizer? As autarquias pedem, o Instituto de Florestas pede, as máquinas de Engenharia são empenhadas — as frentes de trabalho — e apenas o combustível é ressarcido. É simples.

Pois, vou-lhe dizer claramente: este plano, num Estado perfeito, representa o investimento de 500 000 euros em combustível. Ninguém reforçou o Exército em 500 000 euros! Ainda estou para receber essa verba. Ou seja, tive de retirar verba do meu treino operacional para fazer o Plano Faunos e voltaria a fazê-lo já amanhã, porque o Plano Faunos é importante para o cidadão.

Depois há o Plano Lira, que é já no rescaldo ao incêndio. Preparei 15 pelotões. Sabe quantos pelotões foram empenhados nos incêndios de Pedrógão? Foram 55 pelotões!

Estive dois anos em reuniões do dispositivo de combate a incêndios a ouvir toda a gente a dizer que os meus soldados iriam receber equipamentos de proteção individual. Este ano, já na reserva, vindo de Lagos, parei numa área de serviço e encontrei uma patrulha equipada com o material de proteção de incêndios, dizendo «Exército», com botas especiais e tudo. Falei com um rapaz, que não sabia quem eu era, e disse-lhe: «Gosto muito de o ver assim. O que é que vocês acham da vossa missão?». Ele estava

entusiasmado, e vou-lhe dizer porquê. Porque não há nenhum general — e não é o General Menezes — que, vendo o País a arder, tem coragem para, naquele momento, dizer ao Chefe de Estado-Maior ou ao Sr. Ministro que não vamos empenhar.

Foram todos! Convoquei pessoal de férias e nenhum disse que não.

Numa calamidade, esta generosidade é explicável, mas quando não há calamidade não se pode fazer disto um procedimento normal.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Nem missão prioritária!

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Não posso classificar a missão como prioritária, porque isso está definido nas missões.

A questão é esta, não consigo... vendo os cidadãos em necessidade, o Exército só tem uma posição a adotar: estar lá!

É a tal coisa que digo ao Sr. Deputado, se eu não tiver meios, e não concordei... não concordei e disse ao Sr. General-Chefe: «Outra vez os soldados com as botas da tropa queimadas e com os camuflados queimados? Isto é um escândalo! Já é a terceira reunião a que vou e em que isto não aparece». À resposta «O que queres que eu faça? Temos de ir», disse: «Temos de ir, mas eu estou lá». Ou seja, disse que não concordava, apresentei as minhas reclamações, mas que vou cumprir a missão porque... não há explicação!

Nenhum soldado compreende que em Vila Real esteja a arder a serra e que ele esteja no quartel a fazer guarda! Não há possibilidade de explicar isto a um soldado, até porque ele tem familiares ali na zona. Então nos «regimentos de província», como lhes chamamos, que são Regimentos de proximidade, isso é impossível.

Como CFT, assumo isso claramente. Nunca tive problemas em gerir o risco e assumo as responsabilidades. Agora, missões em que o meu País, o meu povo, que jurei defender e apoiar, me pede, aí não é dia para preocupações nem para apresentar reclamações. Aí, é dia para marchar! Como dizia o General Norton de Matos, «a Pátria não se discute, defende-se».

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, nos mesmos termos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Em nome do CDS, queria começar por saudar o Sr. General Faria Menezes.

Esta audição já vai longa, já se discutiu muita coisa e acho que é importante recentrar a discussão em alguns pontos que, para o CDS, são importantes.

O primeiro é que esta é uma comissão parlamentar de inquérito, que se destina a apurar responsabilidades, e para nós é importante distinguir entre aquilo que são as responsabilidades militares e aquilo que serão as responsabilidades políticas. Por isso, pedia ao Sr. General que me dissesse, em termos de responsabilidades militares, quem é responsável pelo sucedido em Tancos e de quê. Ao nível das responsabilidades políticas, na sua análise, pergunto-lhe quem é responsável e de quê.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, julgo que já tentei responder, mas vou tentar ser mais rigoroso nessa resposta.

Acho que é importante ser justo numa apreciação, e já fiz aqui muitos juízos de valor. Diria assim: o Sr. General Rovisco Duarte, na sequência do

General Jerónimo e após o período da troica, teve, finalmente, possibilidade de começar a resolver várias questões e muitas ficaram pendentes.

Aconteceu Tancos e foi gravíssimo. Aconteceu, e não vale a pena estarmos aqui com duas visões: «Eh pá, está bem, mas depois de casa roubada trancas na porta...» Não, não é assim! Não foi isso! Isso não é verdade nem é justo!

O Sr. General Rovisco Duarte, sempre, antes de Tancos, atacou os problemas e isso é visível nos relatórios que têm aí. Pela primeira vez as prioridades são mudadas, eu, como CFT, fui a uma reunião, da qual não me recordo da data, peço desculpa porque não tenho jeito para recolher dados sucintos, mas sei que houve uma reunião em 2016 de alterações de prioridade do SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância Eletrónica) e lembro-me...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Em 2015!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Em 2015...

Sei que fui a uma reunião, já como CFT, e quis ir porque era presidida pelo General Serafino – eu sou mais antigo e temos essas coisas na tropa – e eu pedi-lhe para ir também e essa reunião, que foi em Tancos, onde, pela primeira vez, havia uma diretiva clara: a prioridade era o SICAVE e tinha de ser investido ali.

Os investimentos que foram feitos no SICAVE anteriormente tinham a ver com a reforma 2020 e eu sou o principal interessado num dos projetos – e ontem vi o debate que aqui teve lugar e o Sr. General Jerónimo esqueceu-se de referir: a transferência do comando das Forças Terrestres, situado em Oeiras, para a Amadora, e a junção com o Regimento de Lanceiros, que saiu da Ajuda, recebeu prioridade, porque fazia parte do pacote da reforma

estrutural da componente fixa 2020, que era a saída de Lisboa, o abandono da Calçada da Ajuda e eu digo mesmo abandono da Calçada da Ajuda, porque isto cria feridas quando o Regimento tem história, porque o Regimento não é só paredes, tem legado e o Regimento da Ajuda está vazio, neste momento, e não havia 4 milhões de euros para recuperar as casernas do Regimento de Lanceiros.

Por isso, eu assumi e falei com a associação de Lanceiros falei com tudo e transferimos para a Amadora... Reparem bem: isto é tudo feito com uma gestão das pessoas. Na Amadora, ainda hoje, o IC 19 chama-se «trânsito fechado na reta dos Comandos»... Já não há Comandos na Amadora...! E aquele simbolismo para os Comandos é muito importante; para os Lanceiros a Ajuda, embora não conste todos os dias do relatório do trânsito, também era significativo, mas conseguimos que as suas tropas especiais com muito sentimento, que se fizesse isso o mais simpaticamente possível com o acordo de todos, com o sarar de feridas, impecável...

E queria dizer ainda que estas transferências da reforma 2020 têm de ser completas, porque são muito dinheiro, há prioridades e os projetos não podem ficar a meio. Eu podia apresentar aqui uma data de casos em que, por vezes, as ideias políticas têm ciclos eleitorais e, depois, os militares têm de completar as ideias políticas, concordando ou não concordando com elas.

Vou dar um exemplo e vou falar de um caso em abstrato – Colégio Militar. Imagine que este Governo decidia reverter a decisão e abria Odivelas outra vez. Vou dar este exemplo para estudarmos aqui. Quem é que vai meter o dinheiro outra vez em Odivelas para recuperar aquilo? De onde é que virá? Mas a decisão era boa ou má? Houve acordo de Estado, ou foi só uma decisão política?

O Exército tem de enfrentar isto, porque não há ninguém que, como o Sr. General Jerónimo muito bem explicou ontem, venha com verbas de fora para ajudar a funcionar cá dentro qualquer projeto que se queira fazer.

Respondendo à questão do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, acho que é assim: perante este cenário, quando se dá Tancos, ou o acontecimento é contido, é percebido, não tem uma dimensão que salta para a parte mediática e política e é aceite por todos que isto é um problema que aconteceu, que há que tomar conta da ocorrência e há que resolver. Mas há uma coisa que não se pode impedir, porque estamos numa sociedade de informação, é que isto põe em causa a credibilidade da instituição, preocupa os portugueses, porque, não sabendo nada, dizem: «Eh pá, mas as armas estão entregues aos militares, os gajos deixam roubar as armas...».

Depois, como diz o General Jerónimo, toda a gente opina e a ignorância é muito atrevida, porque – e os Srs. Deputados agora são conhecedores disto – numa fase inicial falava-se de armamento como se fala de... sem qualquer pensamento estruturado.

O Exército tem paióis, tem depósitos e tem arrecadações. Sejam claros! Nas arrecadações estão as armas, nos paióis não há armamento; a única arma que lá havia, se considerarmos arma, é um lança-granadas cuja granada é uma arma e estava pronta para ser destruída.

Portanto, o depósito de Benavente é o único perigo maior, porque tem tudo, tem armas, tem artigos de abastecimento de várias classes, tem tudo! Vou dar-vos um exemplo: a Unidade de Emergência tem a sua unidade sanitária em Tancos tem material muito sensível em termos de valor económico e aí também há vigilância, ali foi posta vigilância, ainda herdada pelo programa da aviação ligeira, que não foi um caso específico foi um aproveitamento.

Portanto, quando se analisa tem de se por isto tudo... Para ser mais pragmático, para ser rápido a resposta é assim: a partir do momento em que este assunto é grave, sempre foi entendido como grave, entra na agenda política, entra na agenda internacional, não pode ser desvalorizado e a partir deste momento há responsabilidades a serem assumidas.

Como eu disse aqui, francamente, respondendo ao Sr. Deputado, volto a dizer o mesmo: eu posso não ter leituras corretas e dizer: «Eh pá, estás a assumir uma responsabilidade, porquê? Mas foste tu que guardaste o paiol? Mas foste tu que tiveste a dormir 20 horas? Mas foste tu que não passaste rondas? Eh pá, foste tu que nunca deste indicações claras aos teus comandantes? Eh pá, mas os teus coronéis alguma vez descuraram a segurança? Eh pá, mas os sargentos todos que fizeram o serviço não sabiam fazer o serviço, ou foi um caso isolado?»

E perante isto há graus de responsabilidade. Para já a responsabilidade – lícito disciplinar. Há que punir quem falhou, porque só assim é que a autoridade é respeitada, porque se eu tiver uma competência disciplinar e não a utilizar... Oh pá, atenção à disciplina...! Há várias maneiras de utilizar a parte disciplinar, e eu não preciso de me explicar mais.

A seguir passa para o nível a seguir. «Sr. Comandante, desculpe lá o que é que se passou nesse dia? O seu oficial de dia fez tudo bem?» «Fez!» «Falhou alguma coisa?» «Ah, a viatura não...» «Eh pá, tem de se apurar isto. Desculpa lá, tenho muita pena, mas chamas o oficial de dia e tem de ser um processo disciplinar». «Sr. Comandante, guarneceu a missão que lhe dei? Fez isto tudo? Informou-me de tudo o que tinha para fazer? Alguma vez pôs a questão para cima? O que é que eu lhe disse? O que é que eu respondi? O Sr. Comandante está ilibado».

O Comandante CFT: «Eh pá, desculpa lá, tu asseguraste que a missão era cumprida face à ameaça?» «Eu acho que sim!» «Eh pá, eu acho que não, vou abrir-te um processo disciplinar». É assim na tropa! É tão simples e coeso! Portanto, a responsabilidade militar vai subindo.

A partir do momento em que está em causa valor da credibilidade de uma instituição, a partir do momento em que está em causa, não procedimentos, não a vida interna, mas a imagem de uma instituição, o

máximo responsável pela instituição tem de dar a cara, tem de assumir a responsabilidade e as consequências da sua responsabilidade.

E quando digo máxima responsabilidade é: antes do meu General, se o meu general se quiser demitir, foi sempre o que eu lhe disse, primeiro tenho de me demitir eu. Se o cenário de demissão está em cima da mesa, se o nível político falou com o Sr. General, nível militar, e disse: «eu quero que sejam apuradas responsabilidades e eu considero que isto é um caso o CFT tem de ter uma solução». E se isto for pedido, naturalmente, parece-me lógico, só há uma demissão, se o General Chefe assume, assume; se não assume eu digo logo: «Eh pá, desculpa lá. Eu, neste momento, não consigo deixar-te assumir essa responsabilidade, porque eu sou o responsável pela segurança». É assim, clarinho como água!

Portanto, a posição do General Menezes é assim: perante a dimensão e gravidade da ocorrência, perante a falta de credibilidade de uma instituição estruturante do Estado, perante a nossa imagem junto dos nossos aliados e junto do cidadão comum, porque toda a gente perguntava «como é que isto era possível?» Há que fechar as responsabilidades. E fechar responsabilidades é assim: «Responsável máximo pela segurança, General Menezes, tenho pena, eh pá,...» E não é como diz o nível político, não é por estar como CFT é por ser comandante! Eu não me demito, porque estou como CFT; eu demito-me, porque sou comandante do CFT. E é isto que a nível militar eu acho que devia ter acontecido.

A nível político, Sr. Deputado, perdoar-me-á, mas eu não quero – aliás, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda já me fez esta questão – que haja qualquer alusão a... porque eu tenho a mesma posição seja que ministro for. Perante a dimensão de os militares assumem isto, mas os militares não têm culpas isoladas; os militares cumpriram missões com os recursos que lhes foram disponibilizados, pelo que perante esta responsabilidade o senhor da tutela tem de assumir também as suas responsabilidades.

Pergunto eu com toda a lisura: meus senhores, um ministro... Já houve a demissão de um chefe militar, isto tem de ser posto em cima da balança... Mas como é que isto ...? Como eu disse, da primeira vez, isto é grave tem de se tirar alguma leitura disto. Da segunda vez, era um cenário de hecatombe, desculpem o termo. Este cenário é de hecatombe, porque não há sustentação política para duas demissões de um chefe militar...

Aliás, na nossa história, e isto é também uma coisa que eu gostava de dizer, pedindo aos Srs. Deputados que analisassem com calma, por que é que, se todos os chefes militares protestam, protestaram e na reserva ficam muito ativos como eu que, neste momento, estou muito ativo – aliás, eu sempre fui muito ativo, como o Sr. Deputado fez questão de me lembrar que eu já fazia *Facebook* quando era ativo, não é só na reserva, se bem que, por acaso, agora tenho estado mais contido...

Mas queria dizer, claramente, que os chefes militares não podem dizer que faziam muito barulho, que não concordaram, que não cumpriram as missões, que são muito valentes nos cafés e tudo mais, mas isso para mim é tudo batatas, é conversa de café. No local próprio e nos locais devidos quando os Srs. Ministros dizem: «Eu quero, a minha ideia política é esta e vamos fazer isto, isto, isto e isto».

Os chefes militares têm de fazer a sua avaliação militar, têm de se reunir em Conselho de Chefes e dizer: «Perante este cenário, preciso destes meios e se for assim há esta missão que eu não posso cumprir. Se eu não cumprir esta missão vai haver riscos, agora politicamente há que assumir: não corro riscos na missão externa, porque é importante para o País, para a imagem do País, para a credibilidade do País junto às nossas alianças, aí não corro riscos...» – este é o raciocínio típico militar, peço desculpa, mas eu não sei raciocinar politicamente.

Eu racionava assim, a minha ideia política é esta: «eu não quero correr riscos, quero que Portugal tenha uma representação condigna de nível *x* na

NATO, na União Europeia e nas Nações Unidas. Quero que tenha participação nos fóruns todos de comando dos quartéis-generais e para isto tenho tantos recursos». É assim que se faz o planeamento estratégico, é assim que eu fui chefe de planeamento estratégico, foi assim que apresentei sempre as opções de resposta militar.

Perante isto os chefes militares assumem as suas responsabilidades, mas quando dizem assim: «Eu, em sede própria...», que não é no espaço público, porque isso não é assim que se faz, era em despacho com o Sr. Secretário de Estado, em Conselho de Chefes, tem de ser feito o papel e não é importante vir para a comunicação social, não é importante isso. Não é assim que se tratam os assuntos de Estado, assuntos que são importantes para a instituição nacional.

Portanto, para mim, é assim: os chefes militares dizem claramente isso. E, agora, é assim: «Eu assumi as posições, eu alertei em tempo, o Sr. Ministro não me deu as condições, esta coisa ocorreu, eu tenho responsabilidades na matéria, eu tenho de assumir isto. E o Sr. Ministro agora faça como entender».

É assim a minha resposta e peço desculpa pela demora, mas cheguei lá!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, muito obrigado pela resposta, mas ela suscita-me uma outra questão, que é a seguinte: o Sr. General acabou de dizer «em sede própria foi alertado o poder político».

Pergunto: tem conhecimento de ter sido alertado o poder político para a situação em Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não. Julgo que com essa especificidade não, porque, como ontem tiveram

oportunidade de ouvir, eu nunca estive reunido com o Sr. Ministro, sou franco e honesto! Nunca tive reunido, a minha competência nunca chegou ao nível de ter despacho com Secretária de Estado ou com o Sr. Ministro, a não ser em visitas e *briefings*. Ou melhor, com o Secretário de Estado Marcos Perestrelo tive um despacho por causa da aviação do Exército e da frota dos Kamov; foi a única vez que falei com o Secretário de Estado *tête-à-tête*, de resto é sempre o General Chefe de Estado-Maior.

Em sede própria sei que, como disse o General Jerónimo e o que ele nos transmitia em Conselho, porque há sempre um *debriefing*, porque vamos lá ver: o General Calçada virá cá... E eu fui testemunha, em termos dos efetivos, que nenhum ministro da defesa, nenhum, nos últimos cinco ou sete anos, pode dizer que não foram apresentados os problemas, que não foram ditas quais as medidas militares que se podem tomar ao máximo, porque havia algumas que se podiam tomar para aumentar o recrutamento, mas que havia problemas políticos e os senhores tinham de assumir isto.

Isto foi «brifado», eu assisti porque o General Calçada «brifou» dois ministros, e hoje apresenta soluções como sendo o suco da barbatana, dando-lhe um rótulo de 100, 200 medidas... Mas vamos lá ver: as cento e tal medidas que aumentam o recrutamento têm a ver com 20 medidas militares, mas as principais têm a ver com vencimentos, têm a ver com incentivos claros, porque, hoje em dia, ninguém vem para a tropa com o ordenado mínimo, ninguém vem para a tropa, a perspectiva de retorno é muito maior do que a perspectiva de serviço, portanto um militar escolhe uma profissão, um jovem não escolhe um retorno de serviço à Pátria – e isso também é tomado –, mas o importante é que é uma opção profissional.

E é isto que eu tive de viver. Eu vivi com o serviço militar obrigatório, comandeie a brigada mecanizada e nunca tive um patamar tão baixo como vejo agora. Eu disse aos meus militares que no dia ...

Peço desculpa, mas gostaria de aproveitar para prestar o seguinte esclarecimento: o comandante das Forças Terrestres tem duas soluções, e isto hoje é válido: ou toda a gente para nos quartéis e não se faz treino operacional, e não tem a ver com recursos, tem a ver com efetivos...

Eu explico: uma fragata da Marinha, quando sai ao Bugio em treino ou em operações, leva sempre guarnição, abastecimentos e armamento para todas as missões, porque esse meio naval não sabe se vai fazer vigilância das pescas, se vai buscar um cidadão a um país qualquer ou se vai fazer cooperação externa. Portanto, leva a guarnição completa.

Um avião, um meio aéreo, para ser mais correto, para levantar voo e para aterrar, tem de ter a manutenção feita, a certificação dos pilotos e, portanto, não falha nada, porque senão cai. O desempenho deve ser este: o número de aterragens convém ser igual ao número de levantamentos.

Em termos do Exército, o treino operacional é assim: eu tenho viaturas em Santa Margarida, M113, que são apresentados aos Srs. Deputados, a quem agradeço a presença e procuro sempre... Acreditem claramente que é assim: em dia de visita, ninguém vai apresentar problemas aos Srs. Deputados, sinceramente. Não convido ninguém para minha casa para dizer que a manta está rota. Peço desculpa, mas não é o meu feitio.

Os problemas são tratados em sede própria: ou em audição da Comissão de Defesa Nacional ou em despacho... Não é nas visitas que um comandante vai dizer: «Ó Sr. Deputado, já viu isto...» Não é assim. Ninguém faz isso, porque temos orgulho em mostrar.

Mas há lacunas que um militar vê. E, Srs. Deputados, querem ver um simples exemplo: eu, para mostrar um tiro da arma anticarro TOW (*Tube-launched, Optically-tracked, Wire-guided*), chama-se assim ... O apontador é um cabo, o municionador é um soldado, mas quem faz a demonstração é um primeiro-sargento e um cabo. Sabem porquê? Porque senão há riscos para a vida. E porque é que acontece isto? Porque o número de horas de treino não

é suficiente. Quando mando sair uma viatura para o campo, ela deve levar os homens suficientes porque, se partir um trilho, que é uma coisa simples da lagarta, eles, a composição da secção ou da esquadra, têm capacidade para mudar o trilho. Se eu mandar três homens, em vez de seis, eles ficam lá, porque o trilho não consegue ser mudado com três homens. E isto é o treino. Quer dizer, eu tenho patamares de treino mínimos.

Eu dizia ao General Jerónimo: «Ó meu General,...» — e o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Comunista vai fazer essa pergunta, de certeza — «... nós estamos muito esticadinhos.» Várias vezes, esta foi a nossa conversa. «Ó meu General, cuidado, nós estamos muito esticadinhos.»

Por exemplo, a missão na RCA, se aquilo... Ouvi aí um debate e, agora, vou voltar a ser General Menezes... Parece que não gostam da minha maneira de ser, mas eu sou assim. Tenho muita pena, mas hei de mudar porque ainda sou novo. Quando ouço falar que vai aumentar para um batalhão na República Centro Africana, pergunto: e como é que se roda o batalhão? O batalhão de comandos que lá está agora ficou com 80 homens na parada, atenção. Portanto, isto está esticado.

Mas, quando os Srs. Ministros — peço desculpa e eu também seria assim — se sentam no fórum da União Europeia e da NATO, têm de ser pragmáticos. Eh pá! Estar calado também não ofende, não é obrigatório levantar o dedo e dizer: «Eu também quero dar!» «Não, não, calma. Não pode». «Sr. Ministro, peço desculpa, empenhe elementos da força nacional destacada, meta um oficial no Estado-Maior porque Forças não temos. Tenho pena! Olhe que não temos».

É isto que eu queria dizer. Não sei se respondi à questão?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, fundamentalmente, queremos tentar recentrar a questão em Tancos e a

resposta que acabou por nos dar teve a ver essencialmente com a escassez de meios humanos para os quais o poder político tem vindo a ser alertado.

Mas há evidentemente, em relação a esta questão concreta de Tancos, aquilo que é o apuramento das responsabilidades, no caso concreto as responsabilidades militares.

Há uma questão que não posso deixar de fazer e que se prende com o cruzamento de duas informações que temos, neste momento.

Temos o relato dos Srs. Comandantes que foram exonerados, que nos disseram que essa exoneração foi-lhes comunicada como fazendo parte de uma estratégia de comunicação do Sr. General Rovisco Duarte e que mal a questão da averiguação fosse concluída, seriam renomeados. Portanto, seria sempre temporária, sabemos assim, por 15 dias.

Mas temos também declarações do Sr. General Rovisco Duarte à Comissão de Defesa, quando cá veio explicar o que se passou em Tancos, que nos disse o seguinte: «Quando acompanhei o Sr. Presidente da República agora aos paíóis de Tancos, estive quase a ver aquela situação um pouco também. Há ali desleixo e isto é comandantes.»

Continuando, até por causa daquilo que é a fita do tempo que o Sr. General Rovisco Duarte nos deu, diz-nos, ainda, assim: «Começo a olhar, no sábado à tarde, para estes relatórios e que ocorreram 20 horas entre rondas e perguntei: ‘Então, e as unidades? Ninguém diz nada?’».

A pergunta é esta: houve desleixo, como o Sr. General Rovisco Duarte nos disse na Comissão de Defesa, e por isso exonerou comandantes, ou esta exoneração foi transmitida aos Srs. Comandantes como sendo apenas uma estratégia de comunicação e que a questão seria resolvida?

Gostaria de saber o que o Sr. General tem a dizer sobre isto.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, em amor à verdade, tenho de dizer que, como já afirmei, no dia 1,

telefonei aos meus coronéis, porque soube pelo General-Chefe que eles iam ser exonerados.

Portanto, a informação, primeiro, chegou aos coronéis e, depois, à cadeia de comando. Tive a preocupação de informar o Comandante da Brigada que os seus comandantes iam ser exonerados.

Os factos que me relatam são factos... Eu não tenho dados para dizer seja o que for porque nunca me falaram nesses termos, de que havia uma estratégia de comunicação. Sinceramente... Sim, senhor, eu assisti aqui. Já estava na reserva e comecei... Lá está, a questão do passo certo ou da parte errada. Não vou entrar por aí, porque não sei. Nem sei a conversa que os Srs. Comandantes tiveram ao telefone com o General Rovisco Duarte.

O que sei é que, na reunião de dia 3 da estrutura superior do Exército, houve uma pré-reunião informal do Conselho, porque o Sr. General tinha de ir a uma qualquer reunião. Foi uma reunião muito dura, muito agreste em que o Sr. General Rovisco Duarte pediu desculpa publicamente aos familiares dos coronéis, numa atitude de nobreza e de cortesia — entendeu assim.

Portanto, direi assim: «A bota não bate com a perdigota». Eu não posso vilipendiar o comportamento de um comandante e, depois, dizer que isto é só para fingir. Isso não é comportamento militar. Não estou a dizer que foi isso que se passou, estou a dizer é que, se isto se passou... Eu era incapaz de fazer isso, porque eu só tenho uma maneira de trabalhar com os meus comandantes e tive 36 comandantes em três anos. É assim: ou eles cumprem e têm a minha lealdade e eu defendo-os impreterivelmente, porque é assim que a gente aprende desde menino, ou, então, eles agem mal e há o regulamento de disciplina. Havia um camarada meu que dizia: «Para os amigos, tudo. Para os não amigos, as NEP».

Portanto, a bota não bate com a perdigota. Não sou capaz de criticar publicamente um escalão de comando e não agir em conformidade em

termos disciplinares. Não consigo conceber essa... Isso faz-me confusão, sinceramente. Eu não vou emitir qualquer juízo de valor porque já não estava no ativo, mas, com esse relatório e com essa visita à Comissão de Defesa, eu assisti e achei vergonhoso. E disse assim: «Eh, pá!, afinal são exonerados, mas não têm culpa?».

Isto porque sempre foi essa a minha posição: «Mas qual é o indício para exonerar os coronéis, pá? Se não há indícios, vamos com calma, vamos esperar. Deixem o processo andar, deixa ver como é que isto aconteceu e depois, sim, pá, se houver culpas, que se apurem as culpas.»

Partir do princípio de que se afastam pessoas para — como é que se diz? — dar clareza à investigação, é um comportamento que eu não aceito, não consigo aceitar e por isso bati com a porta, com todos os defeitos. Eu não consigo perceber isto.

Sempre trabalhei os meus subordinados com o respeito que a minha mãe me ensinou, que é «nunca faças aos outros o que não queres que te façam a ti». Eu, se fosse coronel, sinceramente, com toda a vergonha, dizia assim: «Meu General-Chefe, eu aceito a sua decisão, que é o meu dever. Não conte mais comigo para comandar nenhuma Unidade, enquanto não me limpar a imagem». Enquanto não me limpar a imagem perante a minha família e os meus camaradas...».

Não me passava pela cabeça... E percebam a minha dúvida... Ainda bem que não aconteceu nada, mas imaginem que há um coronel como eu. Eu não sou corajoso demais, mas tenho princípios. Alguma vez, eu iria entrar na minha unidade outra vez, envergonhado? E como é que eu explicaria aos soldados? Como é que eu explicaria ao meu segundo-comandante? Como é que o meu segundo-comandante ficaria? O segundo comandante tem lealdade com o comandante. Isto era impensável! Alguma vez, eu como segundo-comandante aceito que o meu comandante vá para casa sem haver nenhuma razão para ele ir para casa? Expliquem-me, se faz favor. Os

senhores, que não são militares, expliquem-me. Como é que isto se resolveu tão bem? Os coronéis aceitam voltar e é-lhes perguntado se querem vir comandar o mesmo Regimento? Isso admite-se? O Sr. Coronel vai comandar, aceita. Mas eu percebo a posição que eles tiveram aqui. Eles disseram, claramente: «Da mesma maneira que fui desnomeado, aceitei com a mesma disciplina a nomeação». Mas isto parte de cada um.

Como diz o Sr. Deputado, sinceramente, sei que eles não podem bater com a porta, a não ser que suportem as consequências para a sua família do seu ato. Como dizia o General Vaz Antunes, um general que tenho como referência, «Eu sou sempre General Vaz Antunes, mas também sou João Nuno». E o João Nuno tem uma mulher, tem dois filhos deficientes e tem cinco filhos, no total. Portanto, quando o General Vaz Antunes tomar uma decisão, é fácil tomá-la. O João Nuno, depois, tem de ir pagar por ela.

Portanto, aceitem claramente que os Srs. Coronéis podem ter alguma indecisão nesse assunto, mas eu não esperava deles — aliás, telefonei a todos quando voltaram para o comando a dar-lhes uma palavra de incentivo, a comunicar a minha constatação... Eu sempre disse isto: «Eh, pá!, há uma solução para isto: ‘exoneras-me a mim e readmites os Srs. Coronéis na reunião de segunda-feira’», e estava resolvida a questão. Só que não pode. O General já deu a face. E eu disse: «Porque é que foste ao *Telejornal?*».

Tudo isto era possível de ser contabilizado, de ser controlado. Foi tudo uma pressa, uma generosidade... Inexplicável!

Portanto, digo claramente assim: se o Sr. General Chefe considera que a situação que viu no paiol de Tancos é ofensivo para um comandante militar, tem de agir em conformidade. Eu não aceitaria. Se estivesse ao lado dele, tinha vergonha, tinha vergonha se o meu General-Chefe dissesse assim: «Ó Menezes, olha para a situação deste paiol.». E eu teria de dizer logo: «Meu General, tem toda a razão.» E o General dizia: «Sr. Comandante, venha cá.

Olhe, vais ao meu despacho, vamos acertar contas. O que é que se passou aqui?».

Também tenho uma explicação que convém em termos de justiça, e não estou a dizer com isto que é importante para o assunto. A questão é esta: eu tive hipótese de fazer a desmatação, mas tive medo de prejudicar a investigação pericial. Em abono da verdade, quero dizer que o Sr. Coronel, da Unidade de Apoio, disse: «Meu General, há possibilidade, com uma máquina de engenharia, limpar isto». E a resposta foi: «Eh pá!, não, isso não, porque dá nas vistas. Então, agora vais limpar isto? Deixa estar como está, porque a PJM também tem de ver».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General está a falar do que passou depois dos factos?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Exatamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. General referiu, há pouco, que não foi convidado para a visita do Sr. Presidente da República.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não é importante. É natural, porque a visita foi de alto nível. Quem sou eu para estar sentado ali.

Em termos da minha cadeia de comando, o Sr. Tenente-Coronel Correia, na altura Tenente-Coronel, disse: «Meu General, há possibilidade de dar... Amanhã, vai lá o Sr. Presidente da República...» — aquelas coisas normais — «... se calhar, é melhor dar uma limpeza». E a resposta foi: «Não, não, calma aí. Fala com a PJM, porque podemos estar, sem querer, a cortar

algumas pistas, ou coisa parecida. Não quero nada disso». Portanto, até isso eu assumia, está a ver. «Eh pá!, pronto, é um bode bem dado. Isto já cheio de mato». «Ó meu General, eu até mandava cortar, mas olhe que, depois, a PJM podia dizer: ‘Lá estão os gajos a encobrir alguma coisa, ou coisa parecida’».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, tem sido muito claro em relação à sua opinião quanto à forma como deveria ter sido resolvida a responsabilidade militar, tendo-se disposto, inclusivamente, a assumir como sendo o responsável. Se fosse necessário alguém, era o Sr. General o responsável. Disse-nos que transmitiu isso mesmo depois, formalmente, numa reunião do Conselho Superior do Exército.

Pedia que nos explicasse, até porque somos ouvidos lá em casa, o que é o Conselho Superior do Exército e o que foi dito nesse Conselho.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — O Conselho Superior do Exército, formalmente, tem uma ata, tem uma agenda, sai o despacho do General-Chefe... É uma reunião de todos os generais da estrutura superior do Exército, portanto os generais de três estrelas.

Resumidamente, é o General-Chefe, o General Vice-Chefe... O pressuposto antigo era difícil, porque eram 17 generais. Há umas notícias, em que a gente se ri, que referem «200 generais». Eh pá!, calma, isso não é no ativo. Eles não morreram, coitados, estão na reforma também.

Neste momento, no ativo estão o General-Chefe, quatro estrelas, o General Vice-Chefe, três estrelas, o Comandante das Forças Terrestres, três estrelas, o General-Comandante da Logística, que se intitula Quartel-Mestre-General, por tradição, que é o General Serafino, e o General-Comandante Pessoal, que também, por tradição, se chama Ajudante Geral do Exército, AGE, é a abreviatura. Eram estes os generais que estavam sentados, o núcleo

duro, e estava o Chefe de Gabinete como Secretário. A constituição da reunião é assim. Aí são tomadas decisões de âmbito administrativo como são as promoções, as escolhas, etc., mas, perante assuntos agendados, há conselhos formais.

Por isso, depois da cerimónia do dia 5, em Coimbra, eu pedi porque depois aquilo correu de tal maneira que parece que estava tudo... Pronto, a gente tinha dito umas posições, mas nunca mais havia formalidade. Disse: «Não, não, pá, desculpa lá, tem de haver um Conselho Superior do Exército, formal, com agenda». E foi marcado, por imperativo de agenda, para dia 6 que foi exatamente o dia em que, ao fim da tarde, o Sr. General Chefe veio à Comissão de Defesa Nacional. Certo?

E, nesse Conselho, eu disse: «O meu General não pode ir à Comissão de Defesa Nacional com um cenário tão negro». Portanto, voltámos outra vez, porque eu também fui questionado: «Eh pá, és muito valente, mas só batestes com a porta...». E eu respondi: «Calma, que isto tem *timings*».

É como disse o General Serafino: a estrutura militar não reage por impulsos, é com calma. As posições estão tomadas, são repensadas, são ponderadas e, a seguir, com calma...

Portanto, dissemos assim: «Não faz sentido um chefe militar ir à Comissão de Defesa Nacional responder por um incidente tão grave e dizer que já não tem generais». Não fazia sentido.

Então, decidimos esperar o fim de semana, lá está, dissemos que íamos esperar a audição na Comissão de Defesa Nacional e que, depois, com calma, segunda-feira, oficializávamos o pedido. Tenho, não vou entregar, mas acreditem em mim, o meu requerimento metido desde o dia 6. Foi nesse dia que fiz a entrega aos serviços.

E a minha posição do dia 5 de julho e do dia 7... Mas o que é importante é dizer, e voltamos à comunicação social... Sinceramente, não quero acreditar que seja possível que, depois de os generais decidirem que

as posições estavam tomadas e que iam ponderar no fim de semana e que falavam na segunda-feira todos, o *Expresso* — e nunca mais me esqueço disso e até me fere pessoalmente, porque o meu pai estava a ser operado ao coração nesse dia...

O General Calçada telefonou-me e perguntou-me: «Eh pá, já leste o *Expresso*?» Disse: «Não, estou aqui com o meu pai na Cruz Vermelha e tal». E ele disse: «Saiu que nós saímos porque não aceitámos que o Serafino fosse Vice-Chefe!»

Alguém, propositadamente, e não foi o General Chefe, porque eu falei com ele e disse-lhe: «Rovisco, tenho a máxima consideração por ti, mas diz-me se foste tu que disseste isto?» E ele respondeu: «Menezes, juro que não disse».

Portanto, acredito que o General Chefe não revelou as posições extremadas que estavam naquele Conselho de duas demissões agendadas. Não vou dizer quem foi, mas vou dizer que acredito no cadete que esteve comigo na Academia Militar, logo, acredito que o General Chefe era incapaz de revelar o que apareceu no *Expresso*, uma vez ter sido decidido naquele Conselho que não revelava os nomes nem as decisões.

O que é estranho é que contactei a senhora do *Expresso*, e por isso é que nunca mais dei entrevistas a nenhum jornalista, tenho pena, mas aproveito para cumprimentar os jornalistas presentes, porque achei que aquele comportamento foi vil. Podiam ter-me telefonado e perguntado: «Sr. General, confirma que se vai demitir?» E eu diria: «Não tenho comentários a fazer, porque o meu voto é secreto».

Mas aparecer escarrapachado no *Expresso*, que é um jornal que toda a gente lê, uma decisão que ainda não tomei...

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Nem toda!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Toda a gente que quiser ler! Está acessível, pronto, há liberdade de expressão.

Queria dizer claramente que o Conselho Superior do Exército tomou essas decisões, num Conselho formal, o mais formal, em respeito da decisão das exonerações no dia 6, repito, no dia 6.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, não deixa de ser estranho que estejamos a falar de um Conselho onde estão sentadas quantas pessoas? Sete? Seis? Cinco, mais um secretário, seis.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Se for para promoções, todos os Tenentes-Generais da GNR também estão presentes, mas quando são assuntos...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas não era o caso!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não era o caso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, Sr. General, foi uma dessas seis pessoas, então, que pôs a notícia, não foi? Supostamente era quem sabia...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, perdoe-me. Aceito claramente que tive uma conversa, e foi a última, com o Sr. General Chefe, como General Chefe e como General CFT, ao telefone e que lhe disse: «Rovisco, é só para te informar que tens o meu papel na segunda-feira na tua secretária». Ao que ele me disse: «Eh pá, faz o que entenderes...»

E eu continuei: «Mas agora diz-me uma coisa, claramente: o nosso voto foi cumprido ou não?». E ele respondeu: «Menezes, juro pela saúde dos meus filhos que não comuniquei nada!»

Eu, sinceramente, pelos ditames da honra e da virtude, acredito que o meu General Chefe na altura não revelou o que foi passado no Conselho.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, já agora, diga-me: o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército tentou demovê-lo da sua vontade de passar à reserva por discordar da suspensão ou da exoneração temporária destes comandantes?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, tenho de entrar num foro muito íntimo. Vamos lá ver: há uma situação em que, após esta confusão mediática toda, no tal Conselho de dia 6, houve um apelo, que foi perceptível e razoável de entender, para a manutenção da coesão do Conselho Superior do Exército.

Mas, sinceramente, nunca tentou demover-me, porque não era possível. O cenário que lhe apresentei foi claramente de... A exoneração dos coronéis era demasiado grave, para eu conseguir voltar ao comando dos meus coronéis.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. General. Há aqui uma questão que é particularmente delicada e que é abordada com toda a franqueza pelo Sr. General e que tem a ver com o que considera a gestão político-militar que qualificou, à semelhança do Sr. General Jerónimo, de um completo desastre ou desastrosa.

Ontem, o Sr. General Jerónimo contou-nos o que foi a gota de água que levou à sua demissão e passagem à reserva e que foi a interferência do Sr. Ministro Azeredo Lopes na sua esfera de comando.

Estava nesse momento no Exército, pode explicar-nos o quão delicado é para um militar este tipo de contactos. Ou seja, o que é que pode ferir o brio de um militar de modo a que leve a que ele queira abandonar as suas funções, considerando que estão a interferir na sua esfera de comando.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, obrigado pela questão. Ontem estive cá o Sr. General Jerónimo e tive oportunidade de visionar toda a sua audição.

Fiz parte de um Conselho Superior do Exército com o Sr. General Jerónimo, que foi meu General Comandante do CFT, era eu Comandante de Brigada. Foi nosso chefe de turma no Curso de Estado-Maior, meu e do General Rovisco Duarte. É um homem três anos mais antigo. É um comandante de tropa, por quem tenho muito respeito, assim como o tenho pelo General que é do meu curso, o General Rovisco Duarte.

A questão que se põe é que passei por essa decisão. Não é fácil, é muito pessoal. Cada um pondera os seus fatores. Para mim, não é importante... Isto que fique claro, nenhum General se demite pensando em benesses futuras ou nas benesses que vai perder ou ganhar. Quando a honra da instituição está em causa, o cenário de demissão é posto. Quando o diálogo está de tal maneira enferiado ou impedido de ser leal, não há condições para continuar.

A partir do momento em que se perde o vínculo da lealdade, a transparência, a capacidade de falar olhos nos olhos entre o escalão político e o escalão militar, só há um cenário, como o General Jerónimo nos disse na sua maneira frontal que ontem não usou: «A mim tentaram demover-me, mas sou paraquedista e uma vez saído do avião já não posso voltar».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ele disse!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Ai disse? Então não ouvi.

Fui surpreendido. Ia para Vila Real quando o chefe de gabinete me telefonou e disse assim: «Hoje há um Conselho Superior do Exército». E eu respondi: «Mas estou a caminho de Vila Real, tenho um evento à tarde»

O General Braga disse-me: «Tens de vir mesmo». Pensei: «Deve ser uma promoção à pressa para a GNR, uma coisa normal». Pensei eu mas entrei no Estado-Maior em Santa Apolónia e vi um olhar carrancudo. Tudo isto se passou com a máxima reserva.

O que o Sr. General Jerónimo aqui contou passou-se entre ele, o Sr. Ministro, os chefes de gabinete respetivos e o Sr. General CEMGFA. Os generais do Exército não sabiam de nada. Portanto, sentámo-nos ali, lembro-me e vou contar isto até com um sentido para verem como foi a surpresa.

Ao meu lado direito sentava-se o Comandante da Academia Militar que foi, depois, o General Vice-Chefe Rodrigues da Costa que é um homem que tem uma religiosidade naqueles Conselhos: abre a pasta, põe os óculos, põe as canetas alinhadas e tal.

Estava o General Costa a fazer isto, quando o General Jerónimo disse: «Acabei de mandar uma carta para o Sr. Presidente a pedir a minha demissão». E fez-se silêncio no Conselho Superior do Exército. Depois perguntei: «Mas, ó meu General, porquê?!» E ele contou aquilo que contou aqui. Basicamente foi isto.

Tenho a felicidade de ter tentado fazer tudo para que não se demitisse. Vou dizer que achei que o Exército tinha uma equipa coesa, como também vai ter agora, porque isto não tem nada a ver com as pessoas, mas com a coesão da equipa.

O melhor general para a logística estava escolhido; o melhor general para o pessoal estava escolhido. O general CFT era fraquinho! E, portanto,

acho que fizemos alguma coisa, tentámos resolver alguma coisa e estava a haver ali até um bom entendimento.

Ao princípio tudo parecia que eram rosas no relacionamento, sinceramente. Nunca vi problemas. O nosso General Jerónimo é agreste para todo o tipo de partido político, como viram aqui. Ele não olha a ... Ele é bruto, é um homem que dá a camisola por todos, mas é assim. Conheço-o, ele é bruto. Não se queira mudar aquela personalidade, porque os soldados adoram-no! Repito: os soldados adoram-no!

Ainda hoje, e não tem nada a ver com credibilidade, o soldado que é comandado por um general do tipo do General Jerónimo nunca mais o esquece na vida. Isso garanto eu! Uma palmada do General Jerónimo nas costas de um soldado é o melhor louvor que ele pode receber! Nunca mais o esquece, porque ele fala mesmo a linguagem de comando.

O que é que se estava ali a passar para ser tão grave? É assim que quero contribuir para a melhoria do relacionamento político-militar: a fronteira é muito ténue, repito, a fronteira é muito ténue entre a tutela... Isto é muito bom de pôr no papel: o Ministro é responsável por definir a política geral, etc. Mas o dia a dia, a prática é que é importante. E mais importante que a prática governativa é a reação a este espaço mediático que ataca a toda a hora.

Este é um problema da sociedade moderna. O político que está a exercer funções governamentais não deve responder aos impulsos que lhe vêm da comunicação social. Porque, às vezes, não está a decidir com base em factos, mas em rapidez!

As pessoas hoje põem no espaço público inverdades muito rapidamente, depois a decisão é tomada e não há volta atrás.

Diria que o problema do Colégio Militar foi grave. Se houvesse algum caso de *bullying* sexual no Colégio Militar, e o Sr. Deputado António Carlos Monteiro também lá andou e sabe isso, ainda não se falava em problemas de

gênero, de religião, de sexo, de nada... Mas há uma coisa que digo: o despotismo, e é disto que estamos a falar, não é de *bullying*, que eu não sei dizer isto, eu aprendi que é despotismo — ato de poder sobre um elemento mais fraco, mais vulnerável —, é repudiado na cultura de responsabilidade do meu Colégio Militar. Não me revejo nele se isto não for assim!

Está aqui o Sr. Deputado Ascenso Simões que teve lá uma filha e sabe isso perfeitamente. É este o valor que procuro quando quiser meter um neto no Colégio Militar. Sinceramente, é este o valor que procuro. É a responsabilidade, a tolerância e o impedir o poder do mais forte, do que tem mais autoridade, instituída ou consentida, do que é maior, do que tem a mania que a mulher é mais fraca do que o homem. Se alguma vez fosse diretor do Colégio Militar dizia aos graduados o seguinte: «Olha lá, no meu tempo, isso não se passou, então, admities que um gajo mais forte bata num mais fraco e que tem óculos!? Mas isto é o quê, pá?!»

Se isto aconteceu e não foi punido, é importante, mas não para o Sr. Ministro! O Sr. General Chefe de Estado-Maior do Exército chamou o seu diretor do Colégio Militar, como fez, à Jerónimo, porque assisti, porque ele não foi aluno do Colégio Militar e chamou-me. Perguntou-me: «Ó Menezes, passou-se isto, achas que é possível? Parece que há lá uns miúdos que têm umas opções sexuais diferentes e os gajos fazem violência para eles serem expulsos?».

E eu disse: «Ó meu General, isso no meu tempo não existia! Isso é despotismo, nem quero saber o motivo, é despotismo!». E ele continuou: «Mas foi um tenente-coronel que disse isso no *Observador*».

O delito de opinião, que eu saiba, não tem punição no Regulamento de Disciplina Militar. Não tem! Quer dizer, não posso ser punido por ter uma opinião parva ou ter falta de senso. Não existe punição disciplinar para isso. Tenho pena, mas não existe no Regulamento Disciplinar. Mas há o

juízo moral: posso dizer-lhe «tu és uma besta», sem o punir. Posso dizer-lhe, porque não me revejo naquele comportamento.

O Sr. Tenente-Coronel Grilo manifestou uma opinião. Foi levado a manifestar aquela opinião. Caiu que nem um patinho. Também sei a verdade toda, porque estava a referir-se às relações homem/mulher, nunca pensou que aquilo fosse levado para ali. Mas não interessa, revelou falta de senso, teve de levar um «bode». E o Sr. General Jerónimo deu-lho.

Quando o Sr. Ministro diz: «Sr. General, tem de tirar o homem de lá!» Com o devido respeito, os Srs. Deputados tiveram cá o senhor ontem, acham que o Sr. Ministro, com o relacionamento que teve com o General Jerónimo não sabia que estava a estivar a corda?

Vou dizer mais: o Sr. Chefe de Gabinete informou o Sr. Ministro e disse: «Cuidado, Sr. Ministro, está a entrar numa área... O General Chefe ejeta-se, olhe que isso não tem nada que saber!»

Depois, mais grave e paternalista, o Sr. Ministro mandou dizer por interpostas pessoas militares: «Epá, faz lá o jeito ao Ministro, senão isto...». Então é que o senhor foi lá para fora e saltou e para voltar cá para dentro nunca mais. Foi isto que se passou, basicamente.

Perdemos um... Não perdemos nada, porque os generais são todos bons, eu não sou bom, o que entrou é sempre melhor do que eu, a questão é que perdemos um ambiente proporcional às mudanças que era importante fazer e, se calhar, Tancos poderia ser atacado mais forte e mais cedo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. General, então, a nomeação de comandantes de Unidades, nomeação, por exemplo, do Diretor do Colégio Militar, é uma função única e exclusiva do Chefe de Estado Maior do Exército. É assim?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — As nomeações dos comandantes são prerrogativa do General Chefe do Estado Maior do Exército, sob proposta da cadeia hierárquica. Por exemplo, se for um comandante para comandar um Regimento dos meus, sou ouvido, e também pela especialidade. Portanto, se ele for de Infantaria, o diretor honorário de Infantaria dá a sua opinião. Portanto, claramente, este é um processo que chega ao General chefe e ele concorda ou não concorda consoante o perfil do coronel e a especialidade que ele tem.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, ter um responsável político a interferir na esfera de competência própria do General Chefe é considerado uma politização indesejável por parte do poder político. É isso?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sim, mas também porque não é isso que a lei diz. Repito, não é isso que a lei diz. O exercício da tutela está claramente definido. Agora, tem é uma latitude em termos da prática.

Portanto, nenhum chefe militar pode substituir-se ao Secretário de Estado. Percebo a pergunta, mas também há casos em que às vezes, e não vou falar de ninguém, também temos de ver o lado mau da coisa, que é os militares não podem impor soluções ao político, atenção, porque quem define a política é a política, não há cá dúvidas nenhuma sobre isso!

Agora, neste caso específico é quando o Sr. Ministro, seja ele quem for, interfere na competência própria de um chefe militar está em terreno perigoso. Repito, está em terreno perigoso. Como dizia há bocado ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, é claramente assim: há áreas em que não há cinzentos, é preto ou branco. É: «Sou chefe militar, se o senhor tem alguma coisa a dizer, chama-me. E goste ou não goste, olhe, vou-lhe dizer a

verdade». Interferir na escolha dos meus comandantes e já agora que falamos nisto também temos de corrigir, porque não foi só deste Governo. É vergonhoso...

Peço desculpa pelo «vergonhoso», vou reformular. É anormal que um ministro, titular de qualquer cargo público, anuncie no jornal que quer o General Menezes na GNR. Estou a dizer porque isto não se passou comigo, mas passou-se com outro nome.

Isto é inaceitável em termos militares, porque isto é uma pressão que se põe! E cria-se um mau nome ao general em causa que até poderia ser a melhor escolha. Mas, sinceramente, anunciar fora do âmbito militar provoca em termos do general uma colagem, provoca em termos dos generais que estão a nomear uma dificuldade. Isto porque é assim: «Eh pá, por acaso não era a pessoa que eu estava a pensar para ir para lá, mas pronto, se o Sr. Ministro diz que é este, olhe, tem de ser este». Depois para os generais que lá estão é uma ofensa também, porque é assim: «Porque é que este homem vem de fora se temos aqui dentro?!»

Portanto, tem de ser muito acautelado o funcionamento das competências próprias.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, já referiu aqui a sua entrevista com o Sr. Ministro a propósito da nomeação para o Chefe do Estado-Maior do Exército e relatou-nos a pergunta que lhe foi feita. Importa-se de nos explicar as perguntas que foram feitas por parte do Sr. Ministro?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — As perguntas institucionais reservo-me o direito de não revelar, porque é uma conversa institucional. Só revelei aquela parte em que me diz diretamente a mim. Sobre o processo em si, não há eleições no Exército. Digo isto, parece

uma parvoíce, mas queria dizer isto claramente: não há listas, os generais não se alinham pela direita e pela esquerda para ver se são chefes; o chefe é entendido pelos generais todos como uma escolha política e não pode deixar de ser assim.

Mas considero, na minha opinião pessoal, é que a lei que foi feita em 1993 está desatualizada do contexto em que se vive hoje em dia. Naquele tempo, o Exército, no caso que conheço, apresentava três nomes e desses três nomes o responsável político escolhia um. Mas se não gostasse da lista...

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Uma peça em três atos!

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Como estava a dizer, se não gostasse da lista, pedia mais três nomes. Como eram 17, isto dava múltiplas audições. Neste momento, se pedirem três nomes, só ficam dois de fora.

Mas há uma grave situação para quem já enfrentou este desafio, que é o respeito pela cadeia hierárquica. Fui convocado para uma reunião e o General Vice-Chefe não foi. Pergunto ao Sr. Deputado e a todos os outros: acham isto correto? Ele é meu comandante. Em vacatura de cargo, ele é o Comandante do Exército. Por que é que ele não é convocado? O que é que custa ao poder política ouvir quatro ou três generais? Ou dois ou cinco? É a mesma coisa! Aquilo são entrevistas de 20 minutos.

Sinceramente, confesso, acho que deviam pegar nisso, porque isso também evita colagens. É pouco transparente, porque a decisão é política, não há dúvidas nenhuma, e eu falo por mim, nunca tive dúvidas nenhuma de que isto não é um jogo de sortes, isto é um jogo de escolha política.

Vejam agora com o General Serafino. Vou dizer claramente: a solução mais equilibrada para o Exército, pelo prestígio, pelas feridas que estão

abertas, pelo sacrifício, pela lealdade, a generosidade com que o General Vice-Chefe ficou... Isto porque um general quando é vice-chefe de um chefe, deve-lhe toda a lealdade. E tem colagens, mas a colagem é leal! Não pode ser posto fora do concurso, mas foi assim porque queremos afastar o «fantasma de Tancos».

Não é assim que se tratam as pessoas! Estou a falar francamente porque juro que tenho aqui também no meu diáriozinho escrito — não sei se pus no *Facebook*, por acaso acho que não, mas tenho aqui... Pevrante o cenário de completa ferida aberta que existe no Exército pela forma generosa, frontal que o Sr. General Serafino pôs o seu lugar à disposição do chefe, pela maneira como não foi aceite, pela maneira que não foi pela solução mais fácil. Era mais fácil dizer assim: «Vou convosco». E se fosse connosco provocava a queda. É verdade ou não é?

É verdade, porque ninguém aguenta um Conselho Superior do Exército com um General Vice-Chefe que vai cair daqui a um mês! Portanto, o cenário é este. O Serafino contribuiu para a estabilidade do Exército, o que eu não fiz, mas assumo isto.

Portanto, era de bom-tom que toda a gente que tem decisão pegasse nisto e dissesse assim: «Sim, senhor, preciso que o Exército seja unido e a pessoa ideal para unir isto é o General Vice-Chefe». Não. Foram buscar uma solução fora. E o Sr. General Serafino é de uma nobreza de carácter que é incapaz de fazer isto que estou aqui a fazer e que é abrir o coração. Ele guarda aquilo para a cova e vai guardar.

Mas eu não perdoo, não perdoo, porque o que ele sofreu, as bocas que ele ouviu, o ambiente que ele teve de suportar por amigos meus, quer dizer, «amigos», que dizem: «eh pá, o Serafino não foi embora».

Mas digo sempre: «Não, não, o Serafino teve mais coragem do que eu, porque mesmo não concordando, ficou. Era fácil ir comigo e ele não foi». Isto porque achou que se caísse, o Exército caía todo, portanto decidiu ficar.

E no final disto tudo, quando está tudo já no caminho da cicatrização, em que o processo está no âmbito criminal, que vamos aguardar isto tudo, os processos estão estabilizados, o General Chefe demite-se, o Sr. Ministro da Defesa demite-se, há aqui uma turbulência, há um novo Ministro, e há um sinal para o Exército de ar fresco?! Mas qual ar fresco!? O ar está poluído! O ar está poluído, meus senhores, garantidamente!

E o General-Chefe tem a máxima competência. O Sr. General Fonseca é uma pessoa de elevadíssima competência, mas num período em que «a tropa está rota», como digo, em que a confiança precisa de inabalavelmente recuperada, de agarrar, sarar as feridas, de andar para a frente, eh pá, perdemos uma... Sinceramente, quem sou eu?! Não critico a decisão política.

O General Fonseca é o meu General Chefe de Estado-Maior do Exército. Estou na reserva e estou sujeito ao código disciplinar. Atenção! Respeito o nosso General Fonseca, é uma escolha política, como respeitei o meu General Rovisco Duarte. Agora, tenham calma! Também não contribuíram em nada para isto acalmar, quer dizer, isto agora é mais um ruído na engrenagem! Então mas um general que esteve seis anos na GNR é a melhor solução para um Exército que está a precisar de ser sarado? Lambido? Por amor de Deus!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, aquilo que nos disse já aqui na Comissão é que nessa reunião com o Sr. Ministro da Defesa lhe foi perguntado se, face ao que tinha sucedido no Colégio Militar, teria a mesma atitude que o General Jerónimo.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Confirmo. Foi-me perguntado e respondi claramente, e lembro-me como se

fosse hoje, porque pensei que as perguntas seriam mais exaustivas, como estou aqui a ser questionado. Acho que isto é importantíssimo.

Quem escolhe, tem de saber o que penso. Não vir a uma audiência e perguntam-me: «O senhor é do Colégio Militar? Se quiser, tenho uma coisa...» Não era essa a pergunta, mas «o senhor é candidato a ser Chefe do Estado-Maior do Exército, qual é a sua ideia para o Exército. Concorda com a política de defesa nacional que vou seguir? O meu projeto é este e este, o que é que o senhor tem a dizer sobre isto?»

Foi para isso que me preparei para ser inquirido, mas perguntaram-me: «O que é que o senhor acha dessa situação?» Eu disse: «Olhe, a situação não é uma página brilhante do relacionamento entre os políticos e os militares. Houve falta de diálogo. Alguém falhou no meio disto, porque não se pode chegar ao disparate em que o chefe militar não fala com o ministro. Isto é uma coisa inacreditável!».

Pronto, redigi logo a minha sentença. Saí da audiência sabendo claramente que não era Chefe do Estado-Maior do Exército, porque o que o Sr. Ministro me perguntou foi: «O Colégio Militar? E o que é que acha das meninas lá?» É uma conversa porreira para ter num café, mas pensei que ia ser ouvido para ser Chefe do Estado-Maior do Exército. Fiquei espantado.

Só posso dizer isto. É verdade. Não houve uma conversa que tenha sido muito secreta. Na verdade, não tenho nada a apontar à cortesia que foi ótima, mas o que espero do escalão político que tem de tomar uma decisão destas, e estamos a falar de inquirir a carreira militar de um oficial general é que lhes seja perguntado coisas concretas: o senhor concorda com a minha política? O senhor concorda com este projeto? O senhor tem condições para reunir o Exército e conferir maior valia ou não? Depois a ponderação será do Sr. Ministro.

Mas perguntar-me o que acho sobre o que aconteceu é dizer: quero que tu digas o que eu quero ouvir, ou seja, se fosses o Jerónimo também ias

embora... Ia! «Então podes ir embora, siga, venha outro!» Assim, não vale a pena.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas aquilo que nos está a dizer agora é que o critério de escolha do chefe foi se aceitava a interferência política do poder nas decisões da esfera militar...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas isso não. Só falo da minha entrevista, não falo das outras.

O critério da escolha do chefe militar tenho de pensar e aceitar que é sempre feito na melhor decisão política para a instituição que o Sr. Ministro tutela. Portanto, nenhum ministro vai escolher um chefe militar incompetente. Isso não existe! Para já, não há generais incompetentes e é isso que queria dizer. Foi isso que disse na última frase que disse ao Sr. Ministro: «Muito obrigado pela sua audiência, agradeço imenso a conversa e a amabilidade que teve comigo, quero dizer-lhe que tem um grande problema entre mãos».

Ele, como era uma pessoa muito franca... Sinceramente, nunca tive nada, porque gosto de pessoas assim. «Então, diga-me lá, qual é o problema?» E eu respondi: «Vai ter uma plêiade de generais em que vai ser difícil escolher quem é o futuro Chefe do Estado-Maior, e em que eu não me incluo, por falta de modéstia, com certeza...»

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas a questão não deixa de se colocar. Para além do mais, em resposta a um grupo parlamentar, falou em chefes militares submissos. Pode explicar-nos o que queria dizer com essa expressão?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — A pior coisa que num regime democrático e num Estado de direito que temos é não respeitar claramente que um chefe militar é o comandante dos seus homens e responde perante a Nação por tudo o que a sua organização faz, nomeadamente os interesses dos seus homens.

Portanto, quando o chefe militar aponta um problema, seja de regime estatutário, seja relacionado com funcionamento a um poder político, o poder político tem de entender que a condição militar, o voto a que somos obrigados e aceitamos de livre vontade que somos cidadãos com limitações claras em alguns direitos não permite, e é gravíssimo, quando algum ministro deixa que a coisa transborde e ponha em causa que eu, como soldado, como sargento, como oficial não me reveja no meu chefe como defensor máximo dos meus direitos e deveres.

A isto é que chamo... Não estou a dizer que existe, estou a dizer que nunca se pode chegar a isso. Não é esse o degrau que o nosso regime, que a nossa democracia quer de um chefe militar.

Acho que nenhum político quer uma pessoa para lhe dizer «yes». Quer um homem frontal, quer um comandante, quer um general! E os generais que são escolhidos para Generais Chefes ou Comandantes da Guarda Nacional Republicana são claramente comandantes.

Portanto, não faz sentido nenhum pensar que o ideal é um ministro com um chefe militar que está ao seu lado sempre a dizer que sim, que sim, que sim, que está tudo feito, que podemos fazer tudo! Não é isso que espera!

Espera-se de um chefe militar que seja leal, mas a lealdade tem dois caminhos: «Eu sou leal ao Sr. Ministro, não o vou deixar ficar mal porque isto não é justo. O senhor tentou meter verbas, tentou ajudar-nos. Portanto, esse debate político não tem nada a ver com isto.» Eu, como chefe militar, vou falar com minha malta e vou dizer. «Atenção que o Ministro tentou fazer isto e isto.»

Este é o comportamento normal. Tudo o que sai disto é padrão que classifico como abjeto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, sabemos que esse é o seu padrão e o critério que nos enunciou. Não sabemos se é geral e, por isso mesmo, fazia sentido fazer esta pergunta.

Queria terminar, uma vez que o meu tempo já acabou, com mais um pedido de esclarecimento em relação a uma frase que aqui utilizou e que ninguém quer dizer aos filhos, que é «eu bem avisei.»

Pode explicar-nos o que quis dizer com esta frase? Quem é que avisou e o que é que disse que ia acontecer, já agora?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Todos nós podemos fazer leituras da situação baseadas na nossa experiência.

Eu tenho a felicidade de ter passado muito tempo nas Unidades, em sítios em que os problemas do Exército são mais salientes, como os Srs. Deputados, pelas visitas que fizeram, sabem, como Santa Margarida, que é um campo militar concentrado, que não tem muitas comodidades perto, onde passámos tempos terríveis, como todos os portugueses, para tentar recuperar a nossa soberania, nos tempos da troica, e eu referia claramente que houve um esforço total, assumindo tudo o que é possível assumir legalmente.

Vou dar um exemplo: a terceira refeição dos contratados, como os senhores sabem, é um direito que só lhes é devido se estiverem de serviço ou em instrução noturna. Passámos tempos de crise, que a população também passou mas que naquele universo era especialmente crítica, pois os soldados não têm McDonald's à porta. Ou comiam no quartel ou, como não têm dinheiro para ir a casa, tinham de ser tomadas medidas no sentido de nunca descuidar quem está no quartel. Quem está no quartel, come, nem que se ponha mais água nos feijões!

Isto foi seguido e foi feito com sacrifício de tudo, mas não é um sacrifício, é uma responsabilidade, porque não conseguia dormir descansado nem estar a jantar sabendo que um soldado meu que não foi a casa e, não estando de serviço, vai bater à porta do refeitório e dizem-lhe: «marcaste refeição? Não? Então não comes, porque não tens direito.»

Não, isto dos direitos é muito bonito mas, com os soldados, não se brinca com direitos. Primeiro, come o soldado; segundo, come o cabo, o sargento e o comandante é o último a comer.

Como dizem, e muito bem, os antigos combatentes, o comandante é o primeiro a morrer e o último a comer. É assim que entendo a vida militar.

Portanto, o comportamento que referi é o comportamento de todos os generais que tive o prazer de servir e de que fui parte. Não aceito, e não seria justo da minha parte, fazer qualquer juízo de valor no sentido de que o Sr. General Rovisco Duarte foi escolhido por ser submisso. Não, o Sr. General Rovisco Duarte, quando foi escolhido, foi saudado, mereceu voto unânime do Conselho Superior do Exército e os seus camaradas de curso estiveram sempre ao seu lado. Sempre!

Não ponho em causa a escolha, não há escolha política. A escolha é do político, não há generais políticos. No Conselho Superior do Exército nenhum general chega a general de três estrelas por ser politicamente do partido A, B ou C, porque isso é tão conjuntural... Não conheço, sinceramente, não faço ideia se o Sr. General tem alguma...

Vou dar o exemplo do meu caso. Fui criticado porque aceitei um convite de um ex-aluno do Colégio Militar, que não foi o Sr. Deputado, que por acaso foi dirigente da JP (Juventude Popular), que por acaso é filho de coronel de engenharia e, por acaso, as nossas férias de família são passadas em conjunto — as minhas filhas têm a idade dele.

Quando eu estava no ativo, ele disse-me: «era engraçado se o meu General fosse lá falar à Escola de Quadros sobre a defesa nacional. Aquela

malta não fez serviço militar obrigatório, as famílias também não conhecem». Eu disse-lhe: «enquanto estiver no ativo, não».

Estava na Meia Praia, em Lagos, onde passo férias com a família Rodrigues dos Santos, e ele disse-me: «Então e este ano? Este ano preciso de ti». Eu disse-lhe que sim. Sabia eu lá que a coisa de Tancos ia acontecer! Sabia eu lá! E, de repente, aparece na comunicação social: «General vai à Escola de Quadros do CDS». Sinceramente, nunca tive tantos jornalistas à minha frente. E a Escola de Quadros da JP foi altamente prestigiada. Mas, sinceramente, estava tudo à espera que eu falasse de Tancos. Falei da importância da defesa nacional e disse textualmente a um jornalista: «olhe que eu estou aqui a cumprir um dever constitucional, que é o de contribuir para a educação da nossa juventude». Não sou ninguém, tenho algum jeito para dar isto, e se amanhã o seu grupo parlamentar, o do BE ou o do PCP me convidar, vou lá com muito gosto.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Ainda vai à Festa do Avante!

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Não tenho cor política, tenho um completo desprendimento dessas coisas.

Vou dizer uma coisa: estou tão preocupado que, porque sou distraído, me ofereceram uma coisa parecida com esta...

Neste momento, mostrou um caderno.

... e juro que o dei à minha filha, com medo que, andando eu com ele por distração — é que como tenho o da Câmara Municipal da Amadora também podia ter o da Escola de Quadros da JP —, então dissessem: «Olha o General é do CDS».

Sinceramente, não tenho essa coloração, não tenho essa preocupação, tenho amigos em todos os quadrantes e respeito sempre. Como digo, como militar, são todos portugueses como eu, que eu jurei defender e jurei respeitar, independentemente do que pensem sobre as Forças Armadas, do contraditório sobre a NATO, sobre a União Europeia. São sempre meus concidadãos e jurei defendê-los e protegê-los. Portanto, para mim, isso são batatas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Para terminar a primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Estou na reserva mas ainda consigo aguentar uma segunda ronda.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. General antecipou-se e, já agora peço, aos grupos parlamentares que informem. O Grupo parlamentar do PS já sinalizou que não tencionava fazer segunda ronda e o PSD também.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Eu ainda não sei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Machado tem a responsabilidade de, das suas perguntas, não resultar a necessidade de o CDS requerer a segunda ronda. Obviamente, estou a brincar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. General, o trabalho de quem encerra uma ronda de perguntas está sempre muito facilitado porque já temos um conjunto de informações.

Sr. General, queria registar que, apesar de, por razões óbvias, termos pensamentos diferentes do ponto de vista do que é o papel das Forças Armadas, independentemente do distanciamento no pensamento, que é evidente, respeitamos, apreciamos o estilo e a frontalidade com que respondeu e o que nos disse de uma forma muito clara.

Feita esta sinalização, queria recuperar algumas coisas que disse e que suscitaram dúvidas.

A determinada altura, quando falou da sua responsabilidade enquanto responsável primeiro pela segurança das instalações, referiu a perspetiva de que, na sua cabeça, seria manifestamente impossível que não houvesse cumplicidades internas e disse que houve o uso de aliciamento de sentinelas. Disse-o de uma forma hipotética ou sabe que isso aconteceu?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Se calhar, o título que atribui é mais grave do que o que aconteceu. Normalmente, o que acontece é a abordagem ao homem que está na porta de armas com perguntas do tipo: «mas, então, quantos homens é que aqui estão?» Isso é imediatamente um incidente para reporte.

Não tenho aqui presente se foram três, quatro ou cinco mas chegaram-me, e nem sequer foi muito próximo de Tancos, mas antes na região de Abrantes — estou a falar do RAME (Regimento de Apoio Militar de Emergência) —, uma vez até com perguntas que suspeitámos que seria algum jornalista que queria saber coisas. E até disse: «mas se a senhora queria saber, por que é que não lhe disseste para entrar e perguntar ao oficial de dia?» Estava a perguntar quantas ambulâncias é que eu tinha e, por amor de Deus, ambulâncias não é aqui, mas tudo bem.

Mas quando falo em aliciamentos é isto. Depois, há alguns incidentes, como o do cobre, que é aquele que tenho presente, em Santa Margarida.

A igreja de Santa Margarida tem um sino, que é de cobre. Nunca me passou pela cabeça que alguém fosse assaltar a igreja pelo sino. Não conseguiram, porque devia ser pesado ou coisa parecida.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Toda a gente vê!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Pois, mas a questão é: com tanto cobre que há para aí, vão tentar roubar cobre na igreja?! Eu nem sabia que era de cobre e fiquei surpreso. Devia ser bronze. Mas lá foram, só que aquilo devia ser pesado.

Portanto, houve violações. Normalmente, é mais no âmbito da atividade desportiva de bicicletas, de *tracking*, etc. Por exemplo, no Centro de Treino de Comandos, que é uma área na Carregueira, sem intenções maliciosas mas que são perigosas, porque os comandos não anunciam que têm instrução de tiro todos os dias, a pessoa que vai na sua bicicleta, como aquilo não está vedado, embora esteja sinalizado, e é uma tapada, houve...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, Sr. General, se me permite interromper, o que nos interessa aqui para o caso é mesmo relativamente a Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Em relação a Tancos, reafirmo que nunca, durante o meu tempo de Comandante da Brigada Mecanizada Independente, que foram dois anos, e também no CFT que foram três anos, nunca recebi um relatório de Tancos, nomeadamente do sargento que faz a segurança, que me dissesse que não

conseguiu fazer rondas ou que não teve a possibilidade de fazer isto ou aquilo.

Agora, as deficiências que constam do relatório, os meus comandantes reportaram — tenho de o dizer com toda a frontalidade — e eu encaminhei para os serviços, e já falámos aqui do General Serafino, mas nunca enjeitando responsabilidades, porque as decisões que são tomadas em Conselho Superior do Exército são-no sempre em conversa.

Como disse, fui a Tancos, em 2015, para saber qual a prioridade do SICAVE.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Este tipo de incidentes relativamente à abordagem de membros que estão à porta, ao sargento que está de guarda, etc., esse aliciamento, relativamente a Tancos, aconteceu?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não, nunca.

Sei perfeitamente, tenho presente onde é que foi. Foi no Regimento de Transmissões Porto. Foi nos núcleos urbanos, nos grandes núcleos urbanos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É que ficou a dúvida se tinha alguma ligação.

A determinada altura também disse — e fiquei na dúvida sobre se era a título de desabafo ou se era uma situação verificada — que «o nível de segurança foi alterado e eu não fui informado». Isso aconteceu relativamente a Tancos ou estava a colocá-lo num plano hipotético, ou seja, se isso acontecer, não ser informado relativamente a essa matéria?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Peço desculpa mas referi exatamente o contrário. Eu é que aumentei o estado de

segurança imediatamente, falando com os órgãos respetivos. Mas foi em resposta à ocorrência.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O facto de ter sido alterado o nível de segurança face ao acontecimento. Já percebi.

O segundo grupo de questões que queria colocar prende-se, como saberá, provavelmente assistiu a várias audições, com o facto de para o Grupo Parlamentar do PCP o apuramento das responsabilidades disciplinares ser apenas um patamar da abordagem desta matéria.

Aliás, o Sr. General foi muito claro quando disse que toda a gente tem de se chegar à frente e toda a gente tem de assumir. Para evitar uma doutrina de não responsabilização, tem de haver uma assunção de responsabilidades. Portanto, a nossa estranheza e incómodo é que neste processo, independentemente de toda a caricatura que já foi mais que escarpelizada relativamente à exoneração e não exoneração dos comandantes, tenhamos só um processo disciplinar para um soldado e para um cabo, o que para nós é inaceitável.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — E um oficial.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Um oficial, sim, mas por falsas declarações. Mas, para nós, isso é inaceitável.

A pergunta que lhe queria colocar, com a frontalidade que usou na sua intervenção e que também nós usamos na nossa intervenção, é a seguinte: na gestão do processo, em vez de ter sido feito o que foi, se tivéssemos tido — além do apuramento das responsabilidades disciplinares, que tem de ser verificado, e além do apuramento das responsabilidades criminais, que não nos competem — a tomada de decisão de demissão do Comandante das

Forças Terrestres e do Comandante da Logística e a assunção da responsabilidade, dizendo que «eu, enquanto Chefe de Estado-Maior do Exército, coloco o meu lugar à disposição, esta gestão seria diferente e, desta forma, não teríamos resolvido o problema?

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, com toda a frontalidade que utilizou, respondo: exatamente. Continuo a ter exatamente a minha leitura da situação que tinha e que era essa.

A partir de um certo momento, trazendo para o debate partidário o assunto de Tancos, estando os telejornais a abrir todos os dias com demissão, não demissão, expondo um chefe militar e um ministro na praça pública até ao desgaste completo, parece-me que foi uma tarefa de grande sacrifício sem benefício para a causa, ou seja, sem benefício para a credibilização rápida da situação.

É que todos nós, políticos, militares, cidadãos, estamos preocupados em que aquilo nunca mais se venha a repetir e em saber como foi possível ocorrer. Isso é que é importante.

A partir do momento em que há uma pessoa que, rapidamente, toma conta da responsabilidade, o assunto tem espaço para ser resolvido com calma, o que nunca teve.

Termino voltando à sua pergunta para dizer uma coisa que me faltou, e isto constato com alguma tristeza.

Estamos todos aqui e não fazemos críticas a ninguém, mas pergunto eu: dada a rapidez com que apareceu a verba para a transferência para o paiol de Tancos, para as obras todas, depois da ocorrência, por que é que não feito antes?! Parece que precisamos de levar um pontapé para, a seguir, nos levantarmos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E não há responsabilidades também dos próprios chefes, naquela perspetiva de que não queremos um chefe submisso?!

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Não faço a minha leitura neste caso específico.

A partir do momento em que se entrou no modo de controlo de danos, chegámos a um ponto em que... Sou o comandante de Santa Margarida e tenho conhecimento profundo do paiol de Tancos, fui lá três vezes. Porque não era a minha área, só fui ver a segurança, para saber o que é que os meus sargentos e os meus soldados faziam.

No paiol de Santa Margarida, tenho a mesma visão que tem o General Serafino do paiol de Tancos. O paiol de Santa Margarida era uma instalação mais pequena, com as mesmas dificuldades, também fazia guarda, com a vantagem de a brigada ser concentrada, mas também tinha lá o mesmo efetivo. Os sistemas de vigilância também não estavam bons.

Nunca houve um assalto, tive sorte. Tive sorte, vamos ser francos e honestos. Mas a identificação da obra, e estou aqui a falar como comandante subordinado... Podiam estar aqui a perguntar: «Então, Sr. General, foi comandante de Santa Margarida e nunca alertou?» Alertei toda a gente.

Depois, chega a um determinado patamar em que as pessoas não têm visão, porque a visão é de Exército. E a visão de Exército é assim: «Temos este problema aqui, temos aquele problema ali e temos ainda outro problema acolá. Prioridades?» E agora, tudo é criticável. Tudo é criticável.

Mas, perante as opções que tenho, que são as de criar melhores condições em Vila Real — estou a usar Vila Real como exemplo, peço desculpa, que é sempre Vila Real, «nem um passo à retaguarda».

Pois, gosto muito de Vila Real por causa do lema. Além da 1.^a Guerra, tem como lema os «peitos de aço, e do 13 nem um passo para a retaguarda», isso é...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É a terra dos Menezes.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Isso não sabia, mas olhe, está a ver...

Bem, a questão fundamental é a que estava a explicar ao Sr. Deputado. Reparem bem, quando estamos escaldados, os processos parece que correm mais rápido, já não há problemas, mas a tramitação é igual...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A minha pergunta vai no sentido de alguma experiência que fui adquirindo na Comissão de Defesa Nacional, de ouvir alguns chefes e, muitas vezes, parece-nos que não há a assunção das prioridades e um bater do pé que, se calhar, era preciso.

É nesse sentido que, quando refere que «não queremos chefes submisso», nós concordamos, subscrevemos. E, às vezes, também parece que há responsabilidades na própria estrutura hierárquica.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Sr. Deputado, aceito a sua ilação, mas não tenho dados concretos para dizer que o chefe *A*, *B* e *C* foi submisso. Estou a dizer é que não é uma figura de estilo que agrada a alguém.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, o facto de termos tido, num curto espaço de tempo, dois acontecimentos graves, quer o caso dos Comandos, quer, agora, o furto de Tancos, na sua opinião, é apenas uma coincidência, ou acha que há algo de mais grave e estrutural que o justifique?

O Sr. Ten. Gen. **Antônio Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Como perceberá, enfrentei — eu e o nosso General Rovisco Duarte — esses dois... E vou dizer-lhe claramente, o caso dos Comandos foi um caso que foi gerido com o General Chefe assumindo totalmente as responsabilidades, excetuando numa parte, que eu, sinceramente... É a tal coisa, a separação dos poderes, às vezes, é tão forte, que puseram o chefe militar vulnerável.

Tenho alguma dificuldade em falar nisso, porque chorei. Chorei porque tive que dar voz de prisão a seis rapazes. E a voz de prisão poderia ser justificada, nem ponho em causa a presunção de inocência, mas a linguagem utilizada, que tive de ler seis vezes, a olhar cara a cara os seus militares — cara na cara, porque, às vezes, tenho de pôr os óculos para ler —, era de uma violência terrível. Não queiram saber o que é dizer a uma pessoa que ela tem ódio patológico. Isto é uma coisa terrível.

Mas também estive nos funerais e sei a dor de uma mãe. Não consigo explicar a uma mãe que o filho morreu. Racionais? Não consigo, nem vale a pena. Digo: «D. Ângela, dê cá um beijinho. Muita força e para a frente.» É isto que fazemos. Não vale a pena estarmos ali a explicar: «Olhe, o seu filho estava a treinar, porque na RCA, está a ver...?» Não dá... Sou pai. Uma mãe em choro, só temos é de a consolar. Não há cá explicações.

Depois vamos apurar... E isso foi feito. A metodologia aplicada nos Comandos, inclusive o procedimento da Polícia Judiciária Militar, que é tão caucionado agora, foi considerado espetacular. Mas digo, claramente, que não foi espetacular! E vou provar porque é que a autoridade militar não tem nenhuma interferência com ela. Diga-me: acha normal, nos idos de 76, um inspetor da Polícia Judiciária, ou da Polícia Judiciária Militar, com mandato ou sem mandato, sem informar a cadeia de comando, ir buscar um Tenente-Coronel à parada?!» Já viu o perigo que isto é, com o espírito de corpo que aquela tropa tem?!

Pois eu evitei isso, porque disse: «isto está incorreto». Para já, está incorreto, porque qualquer presença dos militares é requisitada ao chefe. E eu arranjei a solução: «Ó meu General Chefe, o que vou fazer...». É que tenho militares que vão ser detidos para serem ouvidos. O militar está detido, porquê? Está na unidade! Nunca falhou nenhuma audiência em tribunal!

Respeito o Ministério Público, mas entendam-nos! Não posso pegar num sargento que está na Serra da Padrela e mandá-lo comparecer às 10 horas em Tomar, para ser preso, para, às 10 horas do dia seguinte, ser ouvido. Isto não é militar! Então mas ele está agarrado, está a comer na tropa, está tudo!...

Foi isto que disse ao meu General Chefe: «Faça uma cartinha, para o Sr. Presidente do Conselho Superior de Magistratura, a dizer que, independentemente da presunção de inocência, ou do apuramento posterior dos factos, a linguagem utilizada no mandato de detenção, independentemente de críticas à Sr.^a Procuradora, é um bocado ofensiva para todos os militares, oficiais, sargentos e praças que servem no Exército.» Era uma cartinha simples. Não foi sancionada, porque estávamos a interferir com o Ministério... Eu disse ao meu General-Chefe: «Olhe que assim, o senhor ganha os Comandos...» E depois teve de pagar com essa...

A Comissão de Defesa esteve brilhante, desculpe o termo, mas tenho de o dizer assim, esteve brilhante! Nunca se pôs nem do lado da culpa nem da... Onde é que se pôs? Com solidariedade.

Percebeu, claramente, que os Comandos são para ser empenhados em ambiente de grande risco, por isso a instrução tem de ser dura, mas nunca pondo em causa o potencial humano. Aliás, nenhum militar aceita isso. Mesmo na formação dos Comandos, o objetivo é chegar ao fim com toda a malta, como é lógico.

Portanto, a Comissão de Defesa deu um exemplo claro de solidariedade. Por isso é que fiz aquele voto aqui, em que disse: «Em todos

os meus mandatos tenho um respeito imenso pelo Parlamento». Ao contrário das pessoas que dizem: «Lá vão os chatos e tal...». Não, não! E todas as perguntas que me foram feitas, nomeadamente por aqueles de quem discordo intelectualmente, são as mais importantes, porque é no contraditório que aprendemos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, daquilo que já nos transmitiu das conversas tidas com o anterior Ministro da Defesa, percebeu-se que a escolha do chefe já estaria encaminhada, por assim dizer, ou, pelo menos, é uma ilação que retiro das suas declarações.

A pergunta que lhe queria fazer é se acha que há ou não uma excessiva governamentalização neste processo de escolha dos chefes.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — É uma matéria que causa muito debate. É a minha opinião e não é consensual. Se calhar, se ouvir aqui a mesa, há pessoas que dizem que querem escolher livremente qualquer Tenente-General, e eu tenho de aceitar isto, porque a decisão é política.

A questão não é essa. A questão é que não se perde nada no processo se se deixar cair essa prerrogativa de serem todos. Porque é que não põe o Conselho Superior do Exército, que eu expliquei ser constituído por tão poucos, a dar três nomes?

É muito difícil, para um decisor político, que, naqueles três nomes, não apareça a escolha dele. E, se não aparecer, segundo prerrogativa da lei anterior — que era «peço mais três» —, compete a um leque, e vai sempre cair no nome que querem.

A questão é...

Repare bem: não me senti bem — e só apanhei isto num processo —, senti-me mal, porque sou fechado numa sala, onde que me chega um

envelope, que é aberto pelo General Vice-Chefe, que diz assim: «Rovisco Duarte, podes sair da sala.» Ele sai e nós vamos dizer o que pensamos dele. Então, só há um cenário... Ou eu me demito, ou então voto por unanimidade!... Então o que é que eu posso fazer?! Ele é o chefe!

No processo anterior, o Conselho reúne e apresenta nomes e, depois, recebe o nome. Tudo bem. Mas eu manifesto-me sobre uma escolha. Isto é uma coisa um bocado difícil. Se eu não concordar, como é que, no dia seguinte, posso ser comandado por esse general? Por exemplo, o Rovisco Duarte entra na sala e alguém diz: «O Menezes votou contra!». Por amor de Deus, claro que me dizem: «Ó Menezes, põe-te a andar, desculpa lá, estás aqui a mais!» É assim... Estou a dar um exemplo absurdo para provar que isto não é uma coisa transparente.

E, depois, há o rótulo, que é uma coisa má. Não é ao nosso nível, é naquela conversa parva que há sempre na tropa: «ah, este é amigo do Ministro...». Não é amigo de Ministro nenhum, é amigo de Ministro onde?! Onde é que o Rovisco Duarte é amigo do Sr. Ministro Azeredo Lopes?! Mas se ele é de Vendas Novas e o Sr. Ministro é do Norte, como é que é amigo? O Sr. General Jerónimo é amigo do Sr. Dr. Aguiar Branco?! É amigo de onde? Institucionalmente funcionam. Têm de funcionar, porque é assim. As pessoas conhecem-se e funcionam.

Mas há um ponto importante, que não fique essa dúvida: eu não fiquei com a ideia de que a escolha estava feita, fiquei antes com a ideia de que eu não era — ainda há outros três que podem ficar. Fiquei com essa ideia, porque, como lhe disse, quando as perguntas não são relacionadas com o cargo que poderei, eventualmente, ocupar, sou um bocado desajeitado...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, não vou ocupar o tempo todo, até porque a última pergunta que tinha, não lha vou fazer, porque não só adivinhou que lha iria colocar,...

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Mas faça, porque é importante.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... como, apesar de ter feito esta pergunta várias vezes, finalmente obtivemos uma resposta, relativamente à gestão dos meios, de como é que as opções de recursos humanos são geridas no âmbito das nossas Forças Armadas, a escolha das missões, de como, depois, a manta é curta e como ficamos. O Sr. General respondeu já a esta pergunta e foi o primeiro a fazê-lo.

Portanto, para terminar, e como ainda tenho algum tempo, deixo esta história: tenho um filho de 16 anos que foi a uma peça de teatro sobre o Pinóquio. Ele contou-me que, no meio da peça, o Gepeto tenta ensinar o Pinóquio a dormir, dizendo-lhe: «Deitas-te e ficas quieto e caladinho. Quietos e caladinhos. Quietos e caladinhos.» Já percebemos que alguns Srs. Ministros deviam ficar quietos e caladinhos, no que diz respeito à atribuição de missões para as quais não têm os recursos humanos nem as condições, do ponto de vista da estrutura, para assumir.

O Sr. Ten. Gen. **António Xavier Lobato de Faria Menezes**: — Só um comentário, se me permite.

Peço desculpa, porque, como disse, tenho tempo — e interesse — em acompanhar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Como tenho disponibilidade, não me custa nada passar três horas, custa-me apenas quando tenho outras coisas, no entanto, não me preparei para nenhuma pergunta específica, de nenhum grupo parlamentar, porque acho que isso não era justo. Não seria justo porque as perguntas têm sempre...

Aliás, como instrutor e como professor, sempre disse aos meus alunos — e peço desculpa por esta imagem, que pode ser chocante —: «nunca há

uma pergunta estúpida. Há uma resposta estúpida». Sempre disse aos meus alunos: «Vocês perguntam o que quiserem. A culpa não é vossa, é minha. Eu é que tenho de responder ao que vocês perguntarem.» Portanto, o Sr. Deputado tem todo o direito a fazer as perguntas que quiser.

O que quero dizer é: a gestão do Comandante das Forças Terrestres, que é o responsável pela componente operacional do Exército, que é a razão de ser do Exército, é uma gestão constante de risco e de meios. Portanto, não é uma tarefa feita por computador ou por algoritmo, é feita por pessoas, para pessoas e com as pessoas.

Naturalmente, tem erros; naturalmente, terá más avaliações, mas, neste caso específico de Tancos, reitero: o meu processo de decisão é baseado em ameaças e respostas às ameaças.

É assim que procedo quando levanto opções militares para Forças Nacionais Destacadas, para incêndios, para quaisquer missões. É assim que procedo. É preciso de uma máquina de engenharia para apoiar a Câmara de Pedrógão. Sim senhor, vai uma máquina de engenharia e vai um binómio cão/PE para dar segurança». É assim que procedo. Pode ser pouco, pode ser muito, mas são os meios que tenho disponíveis.

Também digo ao Sr. Deputado uma coisa que é preciso dizer aqui: fora do ambiente académico, quando a manta é curta, é muito difícil pedir às pessoas que façam estados de segurança superiores ao necessário quando a ameaça não aparece.

Por exemplo, o Regimento de Paraquedistas diz assim: «Ó meu General, a minha missão prioritária é dar o curso de paraquedismo. A minha missão prioritária é pôr os homens a qualificar para os saltos. A segurança do paiol também a dou, porque o Sr. General me mandou. Podia ser eu, porque estou aqui mais perto, mas olhe que acho que 8 é pouco, se calhar 5 faziam isto...». Nunca nenhum Coronel me pôs este diálogo, de 8 é pouco,

porque isto não é a mercearia. É: «é uma força armada que quero lá, de escalão secção».

Mas, digo ao Sr. Deputado, e a todos, que estava a falar com o Coronel João de Brito, que também faz o favor de ser do meu curso da Academia Militar, e é aquilo que o General Jerónimo diz: temos umas dimensões de força na nossa cabeça. Quando dizem que é uma companhia, eu respondo: «150 homens»; quando dizem que é um batalhão, respondo: «600 homens». Depois, fui comandante, e aí tenho de mudar o meu raciocínio. Quando digo: «batalhão mecanizado», quero dizer 200 homens.

Quando um político me pede «um batalhão», já sei que ele não está a pedir o meu conceito de batalhão, porque o meu batalhão é de 600 homens.

Vou dar um exemplo — aproveitando o seu contraditório, que é importante — da força de elite de primeira resposta da NATO chama-se *Nato Response Force*. Portugal, com os Ministros dos dois Governos — foi, portanto, transversal —, aceitou o desafio de ter, em três anos, esta força em aprontamento, *stand-by* e *stand-down*. Isto obriga a ter...

O Sr. Jorge Machado (PCP): — 600 homens?

O Sr. Ten. Gen. António Xavier Lobato de Faria Menezes: — Não, não eram tantos. Melhor, eram 600 homens, um batalhão, mais o núcleo de suporte.

Mas o importante é — repare bem — olhar para o meu dispositivo e dizer: «onde é que não tenho problemas? Braga, Vila Real e Viseu.» Porquê? Porque o serviço, como está feito, os militares têm três anos fora da sua residência, vão para Santa Margarida, o que é um sacrifício, e depois, à medida que o seu contrato vai andando, vão-se aproximando da sua área de residência.

Naturalmente, quando chego a Braga, como CFT, vejo pessoas conhecidas, as caras dos soldados são conhecidas e pergunto: «Isto não varia?» Não, porque já está no fim do contrato acabou em Braga.

Sei claramente que, quando é uma missão que exige o máximo de potencial de combate humano, tenho de apostar em Braga. Porque em Braga, posso mandar um destacamento de Braga, no caso do Kosovo ou no caso do Afeganistão, e ainda ficam lá dois, porque aquilo é uma fonte importante.

Quando pensei neste desafio, disse ao meu general, ao General Jerónimo: «Meu General, vamos apostar em Vila Real e Viseu, porque isto é que nem o aço. Têm as *Pandur*, é a força mais moderna em equipamento e sistema de comunicações que a gente tem, é nisso que vamos apostar.»

Pois fique sabendo que, com o efetivo que tinha em Viseu e Vila Real, que era bastante para mim, não consegui os 600. Tive que reforçar com outra unidade. Portanto, é este o drama que estamos a enfrentar. Os efetivos são um problema que não se resolve com conversa, nem com promessas. Ou atacamos de ponta... Já agora, aproveito, foi isso que eu disse nas jornadas da JP: a atratividade para as Forças Armadas é zero! E quanto mais alta é a escolaridade, mais zero é, como eu diria!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Machado.

Gostaria, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito agradecer ao Sr. Tenente-General Faria Menezes todas as respostas que prestou. Penso que todos os Sr. Deputados podem testemunhar o modo claro e assertivo como respondeu às questões que lhe foram colocadas. Às que não quis responder, por não terem componente factual, obviamente, respondeu, legitimamente, como entendeu.

Gostaria ainda, ao mesmo tempo que renovo os cumprimentos ao Sr. General, e antes de dar por encerrada esta reunião, informar as Sr.^{as} e os Srs.

Deputados que na próxima quarta-feira, pelas 17 horas, procederemos à audição do Sr. Major-General Luís Nunes da Fonseca.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 13 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.